

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Francisca Genilce Gomes

**A Central de Movimentos Populares (CMP) e os
Desafios da Articulação dos Movimentos Sociais**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2010

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Francisca Genilce Gomes

**A Central de Movimentos Populares (CMP) e os
Desafios da Articulação dos Movimentos Sociais**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Professora Dr^a. Mariangela Belfiore Wanderley.

SÃO PAULO

2010

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

À Prof^a. Dr^a. Mariangela Belfiore Wanderley, por toda sua dedicação e pela generosidade com que me orientou.

Aos Professores Dr^a Maria Lúcia de Carvalho da Silva e Dr. Luiz Tokuzi Kohara, que participaram da banca de qualificação, com importantes contribuições.

À minha amiga Professora Dr^a Telma Maciel da Silva, por seu incentivo e colaboração;

Ao meu filho Bruno Gomes Terribas, pelo companheirismo e contribuição nas leituras e opiniões.

A todos os entrevistados, dirigentes e militantes da CMP, pelo apoio e pela realização deste estudo.

À minha mãe e irmãs, e à minha filha Patrícia e minha neta Luiza, que têm me ensinado muito sobre a vida.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa recebida, que viabilizou meus estudos no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social.

Gomes, Francisca Genilce. A Central de Movimentos Populares (CMP) e os Desafios da Articulação dos Movimentos Sociais. São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RESUMO

A presente dissertação de mestrado tem por objeto o estudo da Central de Movimentos Populares, criada em 1993, como sujeito coletivo, na sua particularidade de articuladora dos movimentos sociais populares.

Partindo da constatação de que uma das principais justificativas para a criação da CMP era superar a fragmentação dos movimentos sociais populares e organizá-los numa central de movimentos populares, objetivou-se investigar e analisar qual é o sentido dado à articulação por seus fundadores e dirigentes. E se há reconhecimento da CMP como articuladora dos movimentos sociais populares, em torno do eixo de luta por políticas públicas com participação popular.

O estudo do objeto foi realizado por meio de pesquisa qualitativa. Inicialmente, foi feito um levantamento bibliográfico nas áreas da Sociologia, Ciência Política, História e Serviço Social, para a construção do referencial teórico, relativamente aos conceitos de movimentos sociais populares, participação popular, políticas públicas e sobre a particularidade das organizações articuladoras de movimentos sociais populares. Procedeu-se, ainda, a uma pesquisa documental nos arquivos da CMP e em *site* da Internet

Para a aproximação com os sujeitos da pesquisa, foi utilizada como instrumento de coleta de dados uma pesquisa semi-estruturada, com perguntas abertas, que partiam de um roteiro. A observação participante acompanhou todo o processo de investigação.

A pesquisa revelou que os fundadores e os dirigentes da CMP reconhecem a organização como articuladora de movimentos populares, mas o eixo de luta, que passou por mudanças, não foi completamente incorporado. Persistem resquícios de eixo anterior – luta pela reforma urbana e pela cidadania - possivelmente pelo fato de a CMP ter sua base formada majoritariamente por movimentos de moradia, daí decorrendo a dificuldade de consolidação do eixo de luta por políticas públicas com participação popular.

Palavras-chave: movimentos sociais populares, políticas públicas, participação política, articuladoras de organizações populares.

GOMES, Francisca Genilce - People's Central Movements (CMP) and the challenges on their joint work. São Paulo, 2010. Master's Thesis - Catholic University

ABSTRACT

This mastership degree essay has as its subject to study the People's Central Movements, created in 1993, as a collective subject, within its particular of joint worker from the social movement of people.

By concluding that one of most notorious justifications to create CMP were always to surpass the fragmentation of the social movement of people and thus organizing them into a people's central movements, we had as a purpose to investigate and analyse what is the sense, given the joint work performed by its founders and management. Plus, if there is some recognition of CMP as a joint worker of people's social movements, all along the core of the struggle for public policies with people's participation.

Study of the object has been performed by qualitative survey. To begin with, to build a theoretical reference, regarding the concepts of the social movements, people's participation, public policies, as well as particulars of the joint work performed by agencies of people's social movements, it has been made a bibliographical survey in the areas of Sociology, Policy Science, History and Social Working. Yet, it has been made a document survey in the files of CMP and on Internet *websites*.

So as to get closer with the research subjects, as an instrument for data collection a half-structured research, with open questions has been used, from a scenario. Participants' notes have been an integral part of all the process of investigation.

Survey has shown that the founders and management of CMP do recognize the organization as a joint work of the people's movement, and the core of the struggle, which passed through changes, has not yet been completely incorporated. Remains of the past core resist -- a struggle for urban reform and for citizenship -- possibly due to the fact that CMP has its base formed especially for residence movements, then occurring from this matter the difficulties from consolidating the core of the struggle of public policies with people participation.

Keywords: people's social movements, public policies, politic participation, joint workers from people's organizations.

Uma poesia, por quê?

Porque não podemos mais nos sacrificar, numa luta permanente de todos, contra todos(as), em nome de um dito projeto político. Esse projeto, que antes unia companheiros(as), agora fragmenta relações.

Porque não podemos mais nos resignar diante das relações capitalistas, que reproduzimos com a ilusão de que estamos sendo revolucionários.

Porque não podemos mais perder a combatividade, a utopia, os horizontes, as afetividades, a sensibilidade de mulheres e homens, guerreiros e poetas.

É possível sonhar.

É possível construir, até mesmo destruir, se preciso for, para ser possível fazer de novo.

É possível destruir as estruturas sem destruirmo-nos internamente.

É possível restabelecer a cumplicidade carregada na voz que chamava “o outro” de companheiro.

É possível fazer política, defender o projeto, conquistar hegemonia, sem des-fazer de pessoas, sem quebrar princípios, sem perder o encanto, sem perder a ternura...

É possível fazer política, por simples amor ao projeto, por acreditar na potencialidade revolucionária das classes populares.

É possível fazer política, sem atrelar-nos à falsa segurança das “verdades” dogmáticas de tendências partidárias.

É possível fazer arte-política, fazendo a política com arte.

A política rimada com poesia, ritmada com a dança, feita com alegria;

A política que gera vida, que faz nascer cidadão;

A política que faz crescer a consciência de ser gente;

A política que traz o novo na vida do povo;

A política que faz a Revolução;

Cotidianamente,

Insistentemente,

Amantemente!

(Lauricéia)

LISTA DE SIGLAS

ABONG- Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
ALCA- Área de Livre Comércio das Américas
ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento
Cebrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEBs - Comunidades Eclesiais de base
CESE- Coordenação Ecumênica de Serviço
CMP - Central de Movimentos Populares
CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAM - Confederação Nacional das Associações de Moradores
CONIC- Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
COOPERAPIC Cooperativa de Associações de Promoção à Cidadania
CUT - Central Única dos Trabalhadores
FCOC - Frente Continental das Organizações Comunitárias
FMI- Fundo Monetário Internacional
FNRU- Fórum Nacional da Reforma Urbana
FSM - Fórum Social Mundial
IAB- Instituto dos Arquitetos do Brasil
LGBT- Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
MLB - Movimento de Luta nos Bairros e Favelas
MLB - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MMM- Marcha Mundial das Mulheres
MNLM - Movimento Nacional de Luta por Moradia
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NEMOS - Núcleo de Estudos de Movimentos Sociais do Programa de Pós-Graduação da PUC/SP
ONG - Organização Não Governamental
PAISM- Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PC do B- Partido Comunista do Brasil

PEC- Proposta de Emenda à Constituição
PED- Processo de Eleições Diretas
PIB- Produto Interno Bruto
PT - Partido dos Trabalhadores
SOF - Sempre Viva Organização Feminista
SUS- Sistema Único de Saúde
UNE- União Nacional dos Estudantes
UNEGRO-União dos Negros Pela Igualdade
UNMP - União Nacional por Moradia Popular
URSS- União da Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
CAPÍTULO I REFERENCIAIS CONCEITUAIS QUE APÓIAM ESTA INVESTIGAÇÃO.....	23
1.1 Movimentos Sociais Populares - Sujeitos Coletivos Sociopolíticos.....	24
1.2 Participação Popular	30
1.3 Políticas Públicas.....	37
1.4 Articulação - Organizações Articuladoras de Movimentos Sociais.....	41
CAPÍTULO II CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES: SURGIMENTO E TRAJETÓRIA.....	44
2.1 Contexto Histórico e Político da Criação da Central de Movimentos Populares.....	48
2.2 Os Anos 1990 - Mudança de Eixo.....	49
2.3 Princípios e Filiação.....	60
2.4 Bandeiras de Luta.....	65
2.5 Principais Atividades Nacionais Desenvolvidas entre 1990-2000.....	67
CAPÍTULO III A CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES NA PERCEPÇÃO DE SEUS DIRIGENTES - REFLETINDO AS MUDANÇAS.....	71
3.1 A CMP Hoje.....	71
3.2 As Parcerias e as Assessorias.....	75
3.3 Organização e Articulação nos Estados.....	77
3.4 Mobilização.....	83
3.5 Projeto Político e Mudança Social.....	86
3.6 A Base da CMP.....	93
3.7 Os Congressos e a Composição da Direção.....	96

CAPÍTULO IV A CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES NOS NOVOS CENÁRIOS DO SÉCULO 21.....	99
4.1 De Frente para o Estado.....	104
4.2 Como Dosar o Apoio?.....	110
4.3 CMP e a Utopia da Articulação de Movimentos Populares.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	122
ANEXOS.....	130

APRESENTAÇÃO

A presente dissertação de mestrado propõe o estudo da Central de Movimentos Populares (CMP), seu percurso e sua contribuição na articulação dos movimentos sociais populares e na luta em defesa das políticas públicas com participação popular.

Muito já se analisou do papel exercido pelos movimentos sociais populares na sociedade brasileira, principalmente nas últimas décadas, época em que, a partir da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anampos)¹, surge a CMP, buscando superar o isolamento e a fragmentação dos movimentos populares e tornar-se articuladora deles.

A fundação da CMP, em 1993, coincide com a aceleração da implementação do projeto neoliberal no País. As mudanças resultantes da globalização afetam com maior profundidade os chamados “países emergentes” em todos os planos da vida social. Os estudos existentes mostram como essas mudanças trouxeram transformações de fundo no Estado e na sociedade civil, bem como nas relações entre eles.

As avaliações dos impactos desses processos na dinâmica dos movimentos sociais populares oscilam, por um lado, entre a constatação de que eles sofreram “refluxo”, desapareceram ou foram fragilizados e, por outro, na constatação da emergência de novos movimentos, de ações de mobilização e organização.

Ao ingressar na graduação da PUC-SP, surpreendeu-me o fato de existirem poucas publicações sobre a CMP. Tal escassez acrescenta importância às Dissertações de Mestrado e à Tese de Doutorado apresentadas até o momento. O levantamento sobre a produção acadêmica localizou a defesa recente (2007) da Tese de Doutorado

¹ A primeira fase da Anampos, iniciada no encontro de Molevade (MG), que aconteceu de 1979 a 1983, pode ser caracterizada, basicamente, pela ideia de junção do sindical com o popular, com a tentativa de se criar uma entidade que incorporasse e aglutinasse as lutas dos movimentos sindicais e populares. Na segunda fase, já com os movimentos sindicais aglutinados na recém-criada Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Anampos passou a priorizar a organização dos movimentos populares, com o intuito de fundar a Central de Movimentos Populares. A terceira fase foi a criação da Pró-Central dos Movimentos Populares, no 8º Encontro Nacional dos Movimentos Populares, realizado em Belo Horizonte, no ano de 1989, quando foram debatidas as propostas de unificação dos setores populares (CADERNO DE DEBATES. O PT e o 2º Congresso da Central de Movimentos Populares, 1999:33).

apresentada por Sônia Regina Ribeiro Carvalho², intitulada A Central de Movimentos Populares e o Processo Brasileiro de Democratização: Uma Trajetória em Construção - 1993-2003.

Entre os trabalhos de mestrado, foram localizadas as dissertações de José da Cruz Bispo Miranda, cujo tema trata da Central de Movimentos Populares do Piauí: Dilemas e perspectivas (1998)³; a de Luiz Fernando Monteiro de Souza, sobre O Processo de Construção da Central de Movimentos Populares: Uma Experiência da Representatividade Popular (1997)⁴; e, por último, a de Euli Marlene Steffen, que apresenta A Trajetória de Criação da Central de Movimentos Populares no Rio Grande do Sul (2002)⁵. Encontramos, ainda, o Projeto de Iniciação Científica da aluna Camille Soares de Aguiar, (2006)⁶ cujo tema é Os atuais Desafios dos Fóruns e Movimentos Sociais na Cidade de São Paulo, e o subtema: Central de Movimentos Populares(CMP).

No período de graduação em Ciências Sociais, meu trabalho de conclusão de curso versou sobre Os Dez Anos da CMP, e discorreu, basicamente, sobre a origem da entidade, a tentativa de superar o isolamento, e a fragmentação dos movimentos sociais populares, os primeiros passos para a fundação e a contribuição da Anampos no processo de criação da Pró-Central. Dotive-me especialmente no momento da fundação da entidade (1993), num contexto de implementação do projeto neoliberal, analisando, também, as mudanças no eixo político de atuação da Central.

Além de pesquisas quantitativa e qualitativa, que buscavam explorar o perfil dos participantes do 3º Congresso da CMP (2003), momento em que se comemorou os dez anos da entidade, minha pretensão foi buscar compreender a estrutura, a relação e a articulação da CMP com outras esferas e organizações como o Estado, as igrejas, os partidos políticos e as entidades de movimentos sociais populares, bem como as principais lutas que desenvolveu e a identificação das dificuldades, ganhos e perspectivas futuras para as lutas populares.

² Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

³ Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais, PUC-SP, 1998.

⁴ Programa de Pós-graduação em Ciência Política pela Universidade São Paulo, 1997.

⁵ Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grandes do Sul, 2002.

⁶ Graduação em Serviço Social, PUC-SP, 2006.

O curso de graduação e a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso configuraram-se como oportunidades de pesquisa e reflexão crítica, de apreensão de novos conhecimentos sobre essa entidade, o que gerou novas inquietações teóricas sobre a forma de articulação e luta dos setores organizados da sociedade por políticas públicas com participação popular. Além disso, observamos que a fundação da entidade e as mudanças ocorridas nessas quase duas décadas estão inseridas no bojo do que o projeto neoliberal representou para o Brasil.

Tais mudanças nos movimentos sociais populares e na CMP requerem da universidade como um todo, e Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas, em particular, um arcabouço específico na construção de novos conhecimentos, já que o momento é de compreender o processo de globalização, que se traduz em mudanças, tanto no mundo do trabalho quanto nas formas de organização da sociedade, processo este que interfere em várias esferas, com destaque para o Estado.

A partir do exposto, entendemos que a CMP se constitui em um objeto de estudo relevante para o Serviço Social. Esta dissertação se insere na linha de pesquisa Política Social: Estado e Associativismo Civil, no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (Nemos) do Programa de Estudos Pós-graduados de Serviço Social da PUC-SP.

O fato de, na biblioteca da PUC-SP, serem escassas as publicações recentes sobre os movimentos sociais populares e, mais especificamente, sobre a CMP, pode ser explicado pela diminuição dos estudos sobre a atuação dos movimentos sociais e populares urbanos, que, abundante nos anos de 1980, foram rareando, a ponto de, nos anos de 1990, chegarem a uma quase inópia. E o fato tem gerado debates em torno do que realmente aconteceu com esses movimentos.

Feitas essas constatações, acredito que a dissertação tem justificativa apoiada em razões relevantes, não só acadêmicas, mas sociais. A razão social preponderante é entender a contribuição da CMP na articulação dos movimentos sociais populares e na luta por políticas públicas com participação popular. A razão acadêmica diz respeito ao desejo de aprofundar a análise e o conhecimento teórico sobre o tema, pois há um

importante espaço de estudo dentro do campo profissional e de pesquisa do Serviço Social e das Ciências Sociais.

Concordamos que: “(...) ‘desocultar’ os movimentos sociais é tarefa própria da pesquisa empírica e, nesse terreno, apenas a conjugação e acumulação de inúmeros esforços poderão desenhar um quadro abrangente” (GURZA LAVALLE, CASTELLO, BICHIR, 2004:3)

A produção acadêmica sobre a CMP e os estudos feitos até o momento estão concentrados, em sua maioria, nos anos de 1990, e suas temáticas se voltam principalmente para análises da gênese da Central e para as polêmicas sobre a autonomia dos movimentos, focalizações compreensíveis, se levarmos em conta o tempo histórico em que se situam. A importância de tais estudos é indiscutível, porém, não tratam especificamente da proposta de a CMP constituir-se como uma articuladora dos movimentos sociais populares.

Esta pesquisa reafirma a necessidade de se estudar a organização e a articulação dos movimentos sociais populares, num contexto de escassa participação popular nas decisões dos temas nacionais, na pouca apropriação do espaço público e, conseqüentemente, na debilidade que esses fatores apresentam para a consolidação da democracia, permanecendo ainda velhas práticas de clientelismo, mandonismo e apadrinhamento político.

A história da CMP tem mais do que simplesmente fatos da vida pública e privada, na verdade, traz elementos analíticos, sociológicos, políticos e históricos relevantes.

(...) malgrado e, em boa medida, graças a semelhante sucesso, sabe-se surpreendentemente pouco acerca do *modus operandi* das organizações civis reais. Caracterizações altamente estilizadas de uma esfera de ação societária circunscrita por princípios unificadores comuns, e por nítida diferenciação em relação ao Estado e ao mercado, alimentaram consensos largamente difundidos sobre as potencialidades da sociedade civil, por sinal, consensos pouco sensíveis às diferenças internas, conflitos, afinidades, hierarquias e modalidades de articulação próprias ao universo das organizações civis reais. Filões completos de questões sociologicamente ricas e passíveis de problematização permaneceram, assim, nos “bastidores” da sociedade civil; área sob o domínio biográfico dos atores, rara vez frequentada pelo olhar externo. (LAVALLE, CASTELLO, BICHIR, 2006:4)

Em síntese, a temática aqui apresentada é multifacetada, cabendo a futuros estudos indicar novos rumos e aprofundar questões.

Esta dissertação tem como **objeto** de estudo a Central de Movimentos Populares, como sujeito coletivo, na sua particularidade de articuladora dos movimentos sociais populares, o que ocasionou sua criação em 1993.

O **objetivo geral** desta investigação traduz-se, portanto, na análise da trajetória da CMP na sua especificidade de articuladora dos movimentos sociais populares.

Como **objetivos complementares**, pretende-se:

- a) Contribuir nos estudos sobre a CMP e seu modo de operar nos espaços públicos, bem como em outras questões relacionadas aos movimentos sociais populares, às políticas públicas com participação popular.
- b) Identificar e sistematizar os documentos elaborados pela própria CMP e, desta forma, superar o déficit da própria Central em manter acervo ou memória sistematizada de sua trajetória.

Nesse sentido, planeja-se recuperar lições aprendidas; gerar insumos para a prática; construir e recuperar memória; suprir de alguma maneira as carências detectadas, por meio da reflexão e análise, tanto no âmbito acadêmico quanto no âmbito do próprio movimento popular, promovendo um levantamento historiográfico, um retrato analítico, político e sociológico e um registro memorialístico, que, de outra forma, podem se perder completamente. Ao findar a pesquisa, os resultados serão entregues à direção da CMP.

Partimos da constatação de que uma das principais justificativas para a criação da CMP era superar a fragmentação dos movimentos sociais populares e organizá-los numa Central de Movimentos Populares. Indagamos, então, sobre o sentido dado à articulação por seus fundadores e dirigentes. E se há reconhecimento da CMP como articuladora dos movimentos sociais populares em torno do eixo de luta por políticas públicas com participação popular.

Tal indagação nos coloca em face do tema escolhido e do objeto de nossa pesquisa e nos orienta na interlocução com os sujeitos diretamente envolvidos.

Nossa investigação está apoiada num referencial teórico e que servirá como diretriz e orientação de caminhos e reflexão, não propriamente como modelo e forma, “uma vez que o pensamento criativo não pode escravizar-se mecânica e formalmente a ele” (SEVERINO, 2002:162).

Esse referencial abrange concepções tais quais: movimentos sociais populares, políticas públicas, participação popular e a particularidade das organizações articuladoras de movimentos sociais populares, estando ancorado nos autores que debatem e analisam esses temas. Para entender os movimentos sociais populares, optamos pelos seguintes autores: Gohn, Gurza, Castello, Bichir, Alvarez; Escobar, Jacobi, Kowarick, Sader, Wanderley e Dagnino. Na interpretação de participação popular, por: Cornwall, Romano, Shankland, Gomes da Silva, Paz, Nogueira. Para a reflexão sobre políticas públicas, por: Yazbek, Nogueira, Vieira, Netto, Wanderley.

Na compreensão das organizações articuladoras de movimentos sociais, tomamos como referência os estudos de Adrián Lavalle Gurza, Graziela Castello, e Renata Mirandola Bichir.

As categorias teórico-metodológicas são aqui entendidas como **categorias histórico-sociais construídas**, como **modos de ser do ser social**, tendo em mente que “todo método está apoiado em pressupostos teóricos de alguma ciência, regido por alguma crença ideológica e destinado a produzir alguma prática. Daí que nenhuma metodologia pode ser vista como neutra, pura ou inocente”. (PEREIRA, 2001:140)

Em resumo, o método adotado propõe a apropriação do real como manifestação dinâmica e contraditória.

Há uma infinidade de métodos para investigar diagnosticar, programar, executar, avaliar, pesquisar, entrevistar, abordar, medicar, aconselhar, até seduzir e dominar... Há também, diferentes concepções filosóficas a respeito do método: ele pode ser intuitivo, dialético, fenomenológico, estruturalista, semiótico, funcionalista etc. O método será sempre uma baliza, um guia, um caminho, um modo de aproximação, jamais um receituário de certezas e verdades. Essa baliza poderá ser utilizada visando aprimorar o conhecimento

da realidade a ser estudada e fixar previamente quais são os objetos a serem alcançados. Assim, o alcance dos resultados será facilitado. (PEREIRA, 2001:140)

A **metodologia adotada** inclui os seguintes procedimentos, elencados a seguir:

1. Pesquisa bibliográfica: dissertações, teses, livros, artigos, *sites* e bibliografia pertinente ao tema. Procedemos também ao levantamento de textos produzidos por assessores dos movimentos e da CMP.
2. Pesquisa documental: por meio do recolhimento de informações disponíveis em materiais e documentos, como cartilhas e jornais da CMP, que registram os diversos momentos de uma trajetória complexa, constituída por pessoas e acontecimentos concretos e singulares.
3. Pesquisa exploratória na Internet para identificar bibliografia e documentos relativos à CMP.
4. Entrevista exploratória com Frei Beto, dada a sua participação na fundação da CMP.
5. Pesquisa em banco de dados disponível no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), a partir de resultados empíricos inéditos, frutos de análise com tecnologia de redes. (Fonte: CEBRAP/ IDS. **Rights, representation and the poor**: comparissons across Latin America and India and México. 2002. Pesquisa baseada em *survey* realizado na cidade de São Paulo, com 202 atores da sociedade civil.)
6. Observação participante. A observação dos participantes acompanhou toda a trajetória de pesquisa, a partir de nossa vivência e nas reuniões realizadas. Para tal, utilizamos um caderno de campo para anotações.
7. Pesquisa qualitativa utilizando como instrumento para coleta de dados entrevistas semi-estruturadas, com perguntas abertas, a partir de um roteiro. Todas as entrevistas foram gravadas, com a devida autorização dos entrevistados. Parte delas foi usada para a produção de um DVD.

Os sujeitos da pesquisa foram escolhidos tendo em vista a abrangência da CMP no território nacional e estabelecidos como critérios que fossem lideranças da direção nacional ou militantes das regiões Norte, Sul, Sudeste e Nordeste. Estão contemplados homens e mulheres, com diferentes tempos de participação, que vão desde a fundação até as lideranças novas. Foram entrevistadas sete pessoas, das quais cinco são homens e duas mulheres.

- **Perfil dos sujeitos da pesquisa**

Jorge Sena, apelido Azul, mora em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tem 40 anos. Esteve no Congresso de fundação em 1993. Fez parte da CMP no período de 2003 a 2006. É militante da CMP. Atualmente, participa do setorial de saúde. Jorge Sena, ou Azul, como prefere ser chamado, é oriundo do movimento negro, e já atuou no setorial de negros e negras da CMP. No IV Congresso Nacional de 2008, definiu-se pelo setorial de saúde, por apostar na sua rearticulação. Essa escolha é ligada ao histórico de militância, que inclui a prática de educação popular e saúde. Retornou à CMP em 2008, por acreditar que a entidade tem perfil popular, o que lhe agrada. Sua trajetória de chegada à CMP aconteceu por meio da participação em uma reunião da CMP no Rio Grande do Sul.

Carlos Roberto de Oliveira, ou **Carlão**, mora na cidade de Campinas (SP). Participa da CMP desde 1995. Relata que esse foi um período de efervescência do Movimento de Moradia na sua cidade. Obteve conhecimento mais aprofundado da CMP após a visita de um dirigente nacional, que esteve na região durante um ato político da CMP realizado em conjunto com a CUT e a Igreja Católica. A partir dessa ocasião ficou motivado a entrar na organização. Nesse mesmo ano, aconteceram encontros regionais da CMP nas cidades de Hortolândia e Sumaré (SP). O momento é recordado como o marco do primeiro encontro com outras pessoas interessadas na entidade. Nesse período, passou a participar e conheceu mais essa articulação. O dirigente explica que não esteve no Congresso de fundação, em 1993, e só em 1995 saiu da militância sindical para entrar na CMP. Carlão enfatiza que participou de todos os outros

Congressos, a partir do segundo. Hoje, faz parte da direção nacional, representando o Estado de São Paulo.

Paulo Ruben Nascimento Cohen mora na cidade de Belém (PA). Tem 47 anos. Seu perfil de participação na CMP traz algumas particularidades. O que o distingue é que foi militante e dirigente da CMP, tendo participado por períodos distintos. Sua trajetória de militância o sagra com um dos principais articuladores para a fundação da CMP, participando desde a Pró-Central. No 1º Congresso, foi eleito para a direção. Esteve afastado de 1996 até 2008, portanto, por 12 anos. Retornou em 2008, no 4º Congresso – no qual obteve reconhecimento, por seus pares, como alguém que presta contribuição à entidade. Foi, então, convidado, indicado e eleito para compor a direção por mais um período. No momento, também é membro da executiva nacional.

Conta-nos que, quando entrou na CMP, representava o movimento de moradia. Sua trajetória de militância começou quando participava, em Belém, da Comissão de Bairros. Paulo ressalta que, no período em que esteve na CMP, participou de todas as fases de articulação, desde a Anampos até a Pró-Central e dos vários Congressos, desde a fundação realizado em Belo Horizonte (MG), 1993, e o Congresso de Praia Grande (SP), em 1996.

Valdelene Verônica de Lima, moradora da cidade de Recife (PE), tem 35 anos. É dirigente do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), fundado em 1999. Ao criar o movimento, o intuito era construir um movimento combativo, livre do fisiologismo e do oportunismo presentes em diversas organizações populares brasileiras. Segundo Valdelene, dez anos depois, inúmeras lutas e conquistas tornaram o MLB um dos principais movimentos de massa na luta pela reforma urbana do País e uma das principais forças a compor a Central. Valdelene explica que o objetivo do MLB é impulsionar a luta do povo pela Reforma Urbana e pelo socialismo, única maneira de garantir cidades mais justas e menos desiguais. A dirigente milita na CMP desde 2000 e, em 2002, passou a fazer parte da direção nacional; atualmente é da executiva. Não participou da fundação da CMP e esteve presente no III Congresso, de 2003, que ocorreu em São Paulo, e no IV Congresso, realizado em 2008 em Brasília (DF).

Miriam Hermógenes, moradora da cidade de São Paulo (SP), é da executiva estadual da CMP e milita no Movimento de Moradia do Centro. Entrou na luta dos sem-teto em 1987 e a entidade da qual participava era filiada ao Fóruns dos Cortiços e, do mesmo modo, à CMP. Sua participação política acontece na região central da cidade de São Paulo. Defende a política de moradia nos prédios abandonados, contra o vazio urbano e pela função social da propriedade. Organiza as famílias para buscarem esse direito constitucional.

Raimundo Vieira Bonfim, 46 anos, mora na cidade de São Paulo (SP), está na militância desde 1985, e atua na CMP desde a Pró-Central. Atualmente é coordenador-geral da CMP/SP. Passou a participar das pastorais sociais sob a influência da Teologia da Libertação. Atualmente, está na área das políticas públicas, mais especificamente na da reforma urbana. Advogado, é natural do Estado do Piauí.

Começou a militar no movimento popular em 1985, na favela de Heliópolis, por influência da Igreja Católica e da Pastoral da Moradia. Quando entrou na Pró-Central era “remunerado” pela Pastoral. Conheceu a CMP quando houve um seminário da Pró-Central em Campinas (SP). Havia o critério para que cada região de São Paulo indicasse pessoas para participar e, por ser agente da Pastoral da Moradia da região sudeste, foi escolhido e nunca mais se afastou, participando desde a fundação da CMP, em 1993, e compondo várias direções, tanto estadual como nacional.

Benedito Roberto Barbosa, mais conhecido como **Dito**, mora na cidade de São Paulo (SP) e atua há muitos anos na luta pela moradia na região sudeste. Atualmente na área de conflitos fundiários, é da direção nacional da CMP, advogado e membro da executiva nacional. Dito é advogado do Centro Gaspar Garcia dos Direitos Humanos, coordenador da União Nacional dos Movimentos de Moradia filiada à Central dos Movimentos Populares e conselheiro do Fórum Nacional da Reforma Urbana. Nasceu na cidade paulista de São Joaquim da Barra e veio como seminarista para São Paulo em 1982. Começou a trabalhar na Pastoral da Favela, hoje Pastoral da Moradia, e desde então nunca mais abandonou a luta em prol dos sem-tetos, favelados e moradores em cortiço. Em 2008, recebeu o título de cidadão paulistano.

O processo da pesquisa aqui apresentada passou por várias etapas. O primeiro momento caracterizou-se pela análise bibliográfica e documental, e pela entrevista exploratória, o que permitiu as primeiras aproximações com o referencial teórico e com nosso objeto de estudo, que foi sendo construído por sucessivas aproximações. A observação participante acompanhou toda nossa trajetória de pesquisa, a partir de vivência própria e nas reuniões. Para tal, utilizamos um caderno de campo para registro. Segundo Moroz, a observação é uma atividade que ocorre diariamente, no entanto, para que possa ser considerada um instrumento metodológico, é necessário que seja planejada, registrada adequadamente e submetida a controles de precisão. “A observação pode ser utilizada tanto para registrar situações típicas (tais como ocorreram) quanto para registrar situações em que tenham sido criadas deliberadamente.” (MOROZ, 2002:65)

No segundo momento, a pesquisa de campo foi realizada entre os dias 13, 14 e 15 de agosto de 2009, em Brasília (DF)⁸, com os coordenadores e membros da CMP. Posteriormente, no dia 25 de outubro de 2009, demos continuidade, em São Paulo, com mais três entrevistas e gravação em DVD.

Após as entrevistas, procedemos à sistematização dos dados coletados, inicialmente com a transcrição do conteúdo das entrevistas gravadas. Passamos então à análise de dados, com sucessivas leituras para levantar as principais temáticas presentes nas falas dos sujeitos, as quais foram sistematizadas nos tópicos seguintes:

1. A CMP hoje;
2. Parcerias e assessorias;
3. Organização e articulação nos Estados;

⁸A pesquisadora se deslocou de São Paulo a Brasília para realizar a pesquisa de campo. Um momento propício e único, pois o calendário da reunião da nacional não é fácil de ser conciliado entre os membros das várias regiões. Enfrentamos dificuldade em conseguir as entrevistas pois, embora tenham sido agendadas com antecedência, os dirigentes estavam o tempo todo reunidos. No entanto, foi uma oportunidade de observar a forma como se conduz a reunião e as deliberações. As entrevistas aconteceram nos momentos mais adequados para os dirigentes.

4. Mobilização;
5. Projeto político e mudança social;
6. A base da CMP;
7. Os Congressos e a composição da direção.

Esse momento exigiu releituras e a busca de outras fontes sugeridas no exame de qualificação. O terceiro e último momento consistiu na elaboração da dissertação propriamente dita.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. No Capítulo I, Referenciais Conceituais que Apoiam esta Investigação, são abordados os seguintes conceitos: movimentos sociais populares, participação popular, políticas públicas, articulação.

O Capítulo II, Central de Movimentos Populares - Surgimento e Trajetória, apresenta o contexto histórico e político da criação da Central de Movimentos Populares, a conjuntura e a entidade nos anos 1990, a mudança de eixo, os princípios e a filiação, as bandeiras de luta e as atividades nacionais desenvolvidas entre 1990-2000

O Capítulo III, A CMP na Percepção de seus Dirigentes - Refletindo as Mudanças, contém as reflexões e a análise sobre o que é a CMP hoje, as parcerias e assessorias, temas atuais, mobilização, organização e articulação nos Estados, a relação da nacional com as estaduais, o projeto político e as mudanças sociais, a composição da base.

No Capítulo IV, A CMP nos Novos Cenários do Século 21, abordamos os cenários nacional e internacional que influenciam a CMP, de frente para o Estado em que analisamos a CMP na interlocução com o Estado e governo; a CMP e a utopia da articulação dos movimentos sociais populares, em que refletimos sobre a dimensão utópica presente na CMP.

As Considerações Finais expressam os resultados da pesquisa, assim como as reflexões sobre novas necessidades e aprofundamentos da temática abordada.

CAPÍTULO I

REFERENCIAIS CONCEITUAIS QUE APÓIAM ESTA INVESTIGAÇÃO

Ler significa reler e compreender, interpretar. Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam.
 Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é a sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma releitura.
 A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha.
 (Leonardo Boff, 2004:9)

Neste capítulo, são apresentados os referenciais teóricos que embasam e orientam a dissertação. Buscamos pesquisar obras e documentos que pudessem sustentar teoricamente nossa pesquisa, especialmente no que se refere aos conceitos de movimentos sociais populares; participação popular; políticas públicas; e articulação das organizações de movimentos sociais, de modo a iluminar a reflexão sobre nosso objeto de estudo, a CMP.

Recorremos, para começar, à contribuição do geógrafo Milton Santos sobre o que é ser cidadão no Brasil. Muitas ponderações sobre o tema cidadania apontam para a dificuldade de sua efetivação, pois, embora os cidadãos brasileiros vivam as dificuldades econômicas, políticas e sociais, não participam da mesma forma na proposição das soluções, o que prejudica a ideia de cidadania plena. Essa evidência nos faz concordar com Milton Santos de que, no Brasil, poucos são cidadãos, pois a maioria não tem os direitos garantidos.

Quantos habitantes, no Brasil, são cidadãos?

Quantos nem se quer sabem o que são?

O simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana.

Viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada um prerrogativas sociais.

Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, à chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna. (SANTOS, 1998)

A realidade vivida pela maioria da população brasileira está longe das condições de cidadania plena. Esse afastamento, muitas vezes, é preenchido pela resignação, violência e/ou loucura. Para outros, uma das saídas é organizar-se em movimentos, canalizando, assim, para a ação política, a perspectiva de concretizar a cidadania.

1.1 Movimentos Sociais Populares - Sujeitos Coletivos Sociopolíticos

É considerável a produção brasileira sobre o tema dos movimentos sociais populares, numa perspectiva inovadora potencializada nas décadas de 1970 e 80, conforme Wanderley (2005)⁹:

O tema deve ser datado e estudado. Como diversas obras analisaram, nas décadas de 1970 e 1980, em algumas regiões da América Latina, e particularmente no Brasil, entre as práticas de resistência, denúncia e proposição alternativas, dinamizadas por grupos e instituições, irromperam os movimentos sociais populares, rurais e urbanos, constituídos por membros das classes populares que contavam com a elaboração ativa de segmentos de outras classes. (p. 23)

Considerando o objeto desta investigação, a CMP, nosso estudo centrou-se nos movimentos sociais populares urbanos e nos seguintes autores brasileiros: Gohn, Gurza, Castello, Bichir, E. Sonia Alvarez; Escobar, Jacobi, Kowarick, Sader, Luiz Eduardo Wanderley, Dagnino, dentre outros.

Estes autores fizeram emergir ideias fundamentais sobre os movimentos sociais populares urbanos, considerando-os como sujeitos coletivos, políticos, portadores de particulares engendradas na experiência cotidiana, onde se destacam como atores importantes no processo de (re)construção da democracia brasileira.

⁹ Este texto, elaborado primeiramente na forma deste artigo, foi apresentado no Congresso Internacional Ecumênico de Teologia (Ciet), em São Paulo, em março de 1980, e publicado na coleção Encontros com a Civilização Brasileira, há muito esgotada. Considerando o valor histórico, o autor manteve o escrito na forma original (modificando apenas a introdução, substituída por esta, além de poucas correções).

Wanderley (2005) descreve as características gerais dos movimentos sociais populares que devem ser estudados em dupla especificidade dada pela dimensão histórico-estrutural e pela dimensão conjuntural, ambas sempre interligadas, mas que mostram aspectos diferenciados, quando se comparam as formações sociais capitalistas industrializadas e centrais com as dependentes e periféricas, ou quando se comparam os vários países da América Latina entre si.

Ainda sobre o conceito de movimentos sociais populares, Wanderley (2005) explica que o conceito inicialmente se aplicou mais ao movimento operário e ao movimento sindical, nas sociedades de capitalismo industrial. Também aos movimentos de cunho revolucionário, que tomaram o poder de Estado (socialismo), e, hoje, aos movimentos de grupos minoritários, que se proclamam revolucionários e que atacam o Estado, mas não conseguem mobilizar um grande número de adeptos nem sensibilizar o movimento operário, e a certos movimentos de cunho mais reformista (ainda que alguns de seus seguidores possam ter ideias mais contestadoras), tais como os da contracultura e os da defesa da ecologia.

Estudioso da realidade dos movimentos sociais populares urbanos brasileiros, Kowarick (2000) destaca a força da resistência democrática que estes representaram contra a ditadura militar:

(...) desde os anos setenta, grupos e associações que discutiam as condições de espoliados da vida cotidiana, pressionavam de múltiplas formas os poderes públicos e, mais do que isso, trazendo à tona problemas que forjaram uma consciência de exclusão que passou a ser um elo de reivindicação entre moradores de numerosos bairros das periferias da Metrópole: naquela época, em grande parte devido à ação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Clubes de Mães, Associações de Jovens e outras articulações ligadas às pastorais católicas, as pessoas passaram a se reconhecer, a perder o medo de pensar e agir e, de forma ainda embrionária e fragmentada, começaram a esboçar um campo de resistência e organização popular. (p. 38)

Sader (1988), em sua obra *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*, escrita no final dos anos 1980 e que se tornou um marco no estudo dos movimentos sociais populares daquele período, pesquisou o significado e o alcance das mudanças observadas no comportamento das classes populares na vida política do País,

particularmente em São Paulo, constatando a chegada de um novo personagem na cena política brasileira.

Sader (1988) faz interessante estudo sobre como os movimentos sociais populares abrem novos espaços políticos, ressignificando experiências participativas do cotidiano e fazendo emergir um novo sujeito coletivo. “Quando uso a noção de novo sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades. Constituindo-se nessas lutas” (p. 55).

No prefácio do livro de Sader, Chauí explicita a descoberta de um novo sujeito social e histórico. E porque sujeito novo?

Novo, porque criado pelos próprios movimentos sociais populares do período: sua prática os põem como sujeitos, sem teorias prévias que os houvessem constituído ou designado, porque se trata de um sujeito coletivo e descentralizado, portanto despojado das marcas que caracterizam o advento da concepção burguesa de subjetividade (...) como centro de onde partem ações livres e responsáveis e o sujeito como consciência individual soberana de onde irradiam ideias e representações, postas como objetos domináveis do intelecto. O novo sujeito é social; são os movimentos sociais populares em cujo interior indivíduos, até então dispersos e privatizados, passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas. (SADER, 1991:10)

Dialogando com essas concepções de sujeito, trazemos aqui as contribuições de Wanderley (1992) que considera que os **sujeitos¹⁰ constituídos** são:

Segmentos, setores, estratos, dotados de identidade, cidadania e organização – em comunidades, associações, movimentos e partidos (...) Exercem papel importante na sociedade civil, na interlocução com o Estado e, em aliança com outras forças sociais, na direção do desenvolvimento (p.154)

E complementa suas reflexões afirmando que “os movimentos sociais, em geral, e os movimentos populares, em particular, constituem forças básicas para a construção de uma ‘nova’ sociedade” (p.155). Os movimentos sociais urbanos surgem no decorrer do processo urbano-industrial e dentro de setores da sociedade civil, apresentando

¹⁰ Wanderley (2007) conceitua sujeito como aquele que faz a ação ou dirige, como o ser livre e igual dono de si mesmo, construtor do seu mundo, defensor de direitos e da subjetividade, condicionado pela realidade social e capaz de transformá-la.

composição heterogênea, com demandas reivindicativas e defensivas que giram fundamentalmente em torno da esfera de consumo (WANDERLEY, 2005).

Para a compreensão de nosso objeto de estudo buscamos, também, fundamentação em Maria da Glória Gohn (1997), pesquisadora dessa temática, que vem acompanhando sistematicamente os movimentos sociais. Para ela, os movimentos sociais são:

Ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio de solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas públicas (estatal e não estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média e longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam, portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressistas como conservador ou reacionário dependendo das forças sociopolíticas a que estão articuladas, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem a problemática conflituosa da sociedade onde atuam. (p. 251-2)

Para Gohn (1997), os movimentos sociais populares são históricos e se configuram de formas diferentes, no tempo e no espaço. É uma ação dos homens na história: “Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de uma práxis, portanto” (p. 247).

Gohn (2001) observa que é característica brasileira a hegemonia dos movimentos populares diante de outros tipos de movimentos sociais, sendo que a maioria luta por terra, casa, comida e equipamentos básicos: “Ou seja, necessidades

sociais materiais básicas elementares a sobrevivência, direitos sociais básicos e elementares. Não há nada de modernidade nestas lutas. Elas são seculares...” (p. 228).

Discorrendo sobre a origem dos movimentos populares, Wanderley (2005) acrescenta que esses se constituem das contradições sociais que afetam as classes populares: “No entanto, cada parcela da população trabalhadora afetada sofre o peso das contradições de uma forma própria e dá origem a um movimento social específico” (p. 47).

No documento do 8º Encontro da Anampos¹¹, ocasião em que se discutiu a criação da Pró-Central, está expresso o conceito de movimento popular e seu principal desafio daquele momento, e que ainda prevalece, de construir-se e consolidar-se como um movimento estratégico. Segundo o documento, o movimento popular deveria ter como papel a construção de um projeto global de organização e funcionamento das cidades, garantindo, ao conjunto da população, o acesso a questões como: ocupação do solo urbano, moradia, transporte, saúde e educação, lazer, etc. Combater todo processo de acumulação capitalista, e acabar com as formas de marginalização e discriminação social. Ao movimento popular também caberia combater as políticas capitalistas, enfrentando e desmistificando o Estado e seu caráter de classe, ao mesmo tempo em que fortaleceria os organismos e mecanismos de poder popular, rumo à construção de uma nova sociedade.

O movimento popular caracteriza-se pela variedade de formas de organização e pela possibilidade de mobilizar a população a partir de diferentes interesses, sejam eles ligados ao espaço de moradia até os que dizem respeito às discriminações raciais, físicas ou sexuais. As diversas formas de luta e organização dos movimentos populares são originárias das contradições capitalistas e expressam a luta dos setores explorados, e no âmbito da luta de classe apresentam perspectivas dos interesses históricos de libertação do nosso povo (DOCUMENTO DA ANAMPOS, 1989:12).

O histórico de enfrentamento dos movimentos sociais populares foi turbulento, desde o período da ditadura, momento de resistências para conquistar a democracia, a liberdade política e, finalmente, o direito ao voto. Nos anos 1980, as novidades e os avanços surgem com a criação de partidos, e movimentos e centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o

¹¹ Realizado em Belo Horizonte (MG), de 11 a 13 de agosto de 1989.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Nos anos de 1990, no bojo das reformas do Estado, entraram em cena as Organizações Não Governamentais (ONGs).

Na pesquisa *Protagonistas na Sociedade Civil: Redes e Centralidades de Organizações Cívicas em São Paulo*, Lavalle, Castello e Bichir assinalam que as ONGs costumam trabalhar para beneficiários definidos em termos de uma unidade abstrata, composta por determinados recortes ou segmentos da população concebidos não como membros ou sócios, mas como público-alvo.

Nas dissertações e teses¹² pesquisadas que trabalharam com as ONGs, pôde-se visualizar as artimanhas contidas nessa forma de organização que, muitas vezes, acaba por se constituir em uma extensão e braço do Estado, em amortecedora dos conflitos sociais, e, mais grave ainda, manifestando-se em nome dos excluídos.

Após anos de experiências democráticas, tem-se condições de analisar como se comportam os movimentos sociais populares: alguns foram cooptados; diversos se institucionalizaram; e tantos outros, no período, se contentam em participar dos diversos conselhos consultivos e fóruns. Para Lavalle, Castello e Bichir (2004), tais acontecimentos não bastam para afirmar que os movimentos saíram de cena. Perderam a centralidade, é verdade, e hoje convivem com outras organizações. Os autores defendem, no entanto, que mudaram as categorias analíticas adotadas pela academia e pelos estudiosos para analisá-los.

Porém, se os atores estelares dos anos 1980 saíram de cena no decênio seguinte, cedendo passo à centralidade da nova sociedade civil, isso parece ter decorrido não apenas dos processos de institucionalização e normalização, mas, pelo menos em parte, de mudanças nas categorias analíticas empregadas. Por outras palavras, os atores continuaram em cena, mas permaneceram despercebidos na literatura porque novas lentes analíticas passaram a iluminar outro tipo de atores como alicerces da expansão da democracia. O pensamento acadêmico parece ter sucumbido, assim, a um velho dilema da construção de conceitos: se, de um lado, o

¹² GOMIDE, Cristina de Mello. **Movimentos sociais e ONGs: relações em questão** - São Paulo - 2000 a 2007. Dissertação (Mestrado)- Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 2008.

COUTINHO, Joana Aparecida. **ONGs e políticas neoliberais no Brasil**. Tese (Doutorado)- Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 2004.

horizonte da transformação social, da emergência de processos inéditos apenas torna-se acessível mediante a reforma do pensamento e a criação de novas idéias capazes de capturar o *novum* no mundo; do outro, é difícil elucidar até que ponto não é a própria mudança de perspectiva analítica que produz um efeito de novidade sobre fenômenos preexistentes. (LAVALLE, CASTELLO E BICHIR, 2004:35-53)

Por último, uma interpretação bastante elucidativa para os que insistem em pesquisar os movimentos sociais talvez sirva como um alento. Nas palavras de Silva (2001), os movimentos são como as ondas do mar, vão e voltam, mas estão sempre presentes nas sociedades humanas. De ontem, de hoje e de amanhã.

E as teorias sobre eles necessitam ser sempre aprofundadas criticamente e reelaboradas ou formuladas outras, novas, procurando captar que a multiplicidade e variabilidade dos atores sociais explicitam a pluralidade dos significados analíticos, contido no mesmo fenômeno empírico (p.13-38)

Chegamos à primeira década do século 21. Devemos indagar como se configuram os movimentos sociais neste seu início.

1.2 Participação Popular

Outro conceito que fundamenta nosso estudo é o de participação. Os estudos apontam que existem várias formas de adjectivá-la. A participação pode ser cidadã, social ou popular. Neste estudo, utiliza-se o sentido da participação popular, que é o eixo e a defesa da CMP, ou seja, a presença do povo nas decisões políticas do País, e não apenas no momento eleitoral. Segundo Wanderley (2007):

o povo, entendido como os pobres ou massa, não terá condições de elaborar um projeto político societário de cunho popular, com sua participação ativa, enquanto não se derem as condições de transformações estruturais, que incluem a conquista da cidadania pelas maiorias e avanços na sua conscientização e organização, como causas e conseqüências dessas mesmas transformações. Ele não será sujeito social e político por uma determinação apriorística, nem como um fato natural, mas em construção na história. Sua constituição é heterogênea, continua sendo majoritariamente heterodeterminada, os conflitos e as contradições sociais estão presentes em seu interior. Para as transformações pretendidas, fazem-se necessárias alianças com todos os que convergem na defesa de sua causa, os verdadeiramente democratas, incluindo compromissos táticos em casos concretos com os que impedem a sua libertação (p.61).

Os principais autores pesquisados para a compreensão desse tema foram Cornwall, Romano, Shankland, Ilse Gomes da Silva, Rosangela Paz, Marco Aurélio Nogueira.

Na Constituição Federal de 1988¹³, a participação popular foi positivada no ordenamento jurídico da seguinte forma:

(...) refletindo o impulso organizativo das camadas populares, introduziu mecanismos de participação popular no processo decisório das políticas estatais, deixando para as leis orgânicas de cada município a definição do caráter, composição e competência dos respectivos mecanismos. Diferentemente das outras constituições que diziam que todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido, a nova Constituição prescreve que ‘todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição’ (CF, art.1º, parágrafo único). Assim, a “participação da comunidade” ou “uma gestão democrática”, fica garantida em diferentes níveis de poder decisório, previstas em política como a seguridade social, a saúde e a educação. (SILVA,1988:35)

Houve tensões nas tentativas de efetivar a participação popular anteriormente à Constituição de 1988. A história mostra que, nos governos eleitos democraticamente após a ditadura, foram avaliadas como “pouco significativas”, pois as estruturas de relações de poder em quase nada se modificaram. Segundo Jacobi (1987:14,15): “O tema da participação popular se torna aos olhos da população uma generalidade falaciosa na medida em que os princípios básicos de sua concretização pouco representaram enquanto avanços efetivos no plano da democratização das gestões municipais”

No plano internacional, para Caccia Bava (2003), a participação popular começa a ocupar a agenda das agências multilaterais quando eclodem as crises dos anos 1990, em alguns dos principais países que seguiram à risca o modelo do Consenso de Washington, colocando em risco a estabilidade política dos governos e, em alguns casos, subtraindo das elites tradicionais o controle da nação.

¹³ Sobre a participação popular na Constituição de 1988, a Câmara dos Deputados publicou coletânea de textos que apresentam a visão de pessoas que participaram da Comissão de Legislação Participativa, como representantes de seus segmentos nas discussões constituintes (CÂMARA DOS DEPUTADOS. Constituição 20 anos: estado, democracia e participação popular. **Caderno de Textos**, Brasília: Edições Câmara, 2009).

Para esse autor, essas crises acontecem em razão do alto custo social dos ajustes, do aprofundamento da pobreza e da desigualdade, e geram, por sua vez, crescentes manifestações sociais de protesto, seja no interior dos países nos quais ela ocorre, seja no plano internacional, área em que vai se estruturando um movimento cada vez mais importante e abrangente de oposição e denúncia do Consenso de Washington e dos organismos internacionais por meio dos quais ele é imposto (CACCIA BAVA, 2003)

Em resposta a essas manifestações, o Banco Mundial, já em 1994, formula uma política de relações públicas para melhorar sua imagem, e dá início ao processo que desembocará na produção de uma agenda social mundial e nas propostas de participação e empoderamento associadas ao tema da governabilidade.

A Oficina Regional para a América Latina aprova, em 1999, a primeira Estratégia Regional sobre Sociedade Civil 2000-2001. Nela constam: a inclusão da participação da sociedade civil nos projetos do Banco Mundial; a promoção de diálogos entre governos, sociedade civil e setor privado; a produção e a divulgação de um crescente número de trabalhos analíticos sobre a participação da sociedade civil.

Acrescentando elementos, Gohn (2001) analisa que a participação dos cidadãos é uma forma de transformar o Estado em um campo de experimentação institucional, onde coexistam soluções institucionais e coletivas permanentes de cidadãos organizados, todos participando sob iguais condições.

Analisando o processo de participação, Silva (2003) considera que não há tanta igualdade de condições, e explicita que esse tema tem centralidade nas discussões da direita e também da esquerda. Para os liberais, a globalização da economia teria ampliado a democracia. O mercado teria dado plena liberdade de participação e os indivíduos encontrariam mais chances de participar dos processos sociais.

Nas propostas de democracia participativa, o conteúdo liberal da participação política dos trabalhadores se mantém, visto que não ocorrem mudanças significativas na concepção de indivíduo como consumidor de bens públicos e na naturalização da desigualdade social. Portanto, ainda permanecem os princípios da defesa da propriedade

privada, da exploração do homem pelo homem e dos interesses do mercado, dificultando ou afastando qualquer perspectiva de transformação.

A autora finaliza sua análise enfatizando que se a democracia participativa inova ao ampliar os espaços de atuação para além da escolha do governo, e ao colocar na agenda política formas de autogestão ou de democracia direta, também conserva o interesse de controle. De certa forma, não rompe com a noção de que a política deve ser para especialistas ou de que as classes populares somente são aptas a participar se forem educadas de modo a não oferecer riscos ao poder das classes dominantes.

Contribuindo com elementos importantes na análise da participação, Paz (2003) enfatiza que o diferencial está na participação ativa dos sujeitos nos momentos de decisão, execução e controle das políticas sociais. Para participar, no sentido cidadão, é preciso conhecer, ter informações, saber o montante de recursos empregados, e como são gastos - em quê e com quê. “É se apropriar coletivamente de algo que é seu. À medida que há uma apropriação individual e coletiva, passa-se a ser sujeito ativo e não objeto das ações, exigente e fiscalizador” (p. 3).

Segundo Dagnino (2006), na América Latina está em jogo a disputa entre dois projetos políticos, o neoliberal e o democrático participativo. Esses projetos têm como pano de fundo a herança cultural e institucional autoritária que marcou a história da maioria dos países e que permanece, renovada. A autora defende que o potencial de desenvolvimento democrático na América Latina depende do tipo de projeto democrático participativo, que pode impulsionar a inovação democrática e o confronto tanto teórico como prático, da democracia elitista dominante, e enfrentar as questões, sempre pendentes, da transformação social.

Caracterizando cada um dos projetos, o neoliberal e o democrático participativo, a autora nos informa que há uma “confluência perversa”:

Essa confluência designaria o encontro, de um lado, dos projetos democratizantes que se constituíram no período de resistência contra os regimes autoritários e continuaram na busca do avanço democrático e, de outro lado, com os projetos neoliberais que se instalaram, com diferentes ritmos e cronologias, a partir do final de 1980. A perversidade se localizaria no fato de que, apontando em direções opostas e até antagônicas, os dois conjuntos de projetos utilizam um discurso comum. (DAGNINO, 2006:16)

Nesse panorama, a participação é entendida de forma distinta, em cada um dos projetos. Para Dagnino (2006), no projeto democrático participativo, a prestação de contas se vincula a outras formas de participação dos cidadãos, orientada pela perspectiva de garantir direitos e assegurar o controle social do público. No projeto neoliberal, a prestação de contas se coloca, basicamente, na perspectiva de assegurar melhor comunicação e, portanto, maior eficiência na relação do Estado com os cidadãos clientes, contribuindo assim com a governabilidade.

A participação tem mudado, ao longo dos anos: se há um consenso, é o de que a Constituição de 1988 - que completa 22 anos e, portanto, a maturidade -, trouxe para a arena pública uma baliza e possibilidades novas de participação. Talvez a maturidade seja um momento propício para a avaliação das práticas e dos espaços participativos.

No rol das adjetivações, Cornawal, Romano e Shankland (2007:260) propõem um “Olhar crítico sobre a participação”, denominando-a, na forma como se apresenta hoje, como “participação convidada”. Nesta, a participação se configura num desenho em que os governos, as agências de cooperação, que buscam influir na governança, convidam as pessoas ao diálogo e à participação no processo. O protesto, a greve e a recusa a participar, nos termos do convite, são excluídos da própria definição do termo “participação”. Para os autores, esses são espaços de participação oficializados, existentes no Brasil e em outros países.

Nesse formato, houve uma tentativa simultânea de deslegitimar espaços e formas de participação popular preexistentes. Em contraponto à participação convidada e oficializada, os autores propõem a reapropriação de outras formas de participação popular e a ampliação da noção de “participação”, de modo a incluir os mutirões, empates e greves das quebradeiras de babaçu, por exemplo, que dão uma visão bem mais ampla daquilo que o engajamento público no domínio da política e da formulação de políticas pode acarretar na prática. Nessa proposta, a participação seria a realmente popular, pois;

Se ampliarmos nossa noção de participação para abranger o envolvimento da população marginalizada na construção da cidadania, também podemos identificar os métodos e práticas relacionados ao processo de reivindicação de cidadania enquanto formas de participação. Ao fazer isso, voltamos a

colocar a pobreza, a marginalização e a desigualdade como questões políticas, e não apenas como assuntos técnicos e burocráticos. (CORNAWAL, ROMANO, SHANKLAND, 2007:260)

Não há como descartar que o Estado é o agente estruturador e principal planejador e executor do orçamento e das leis, sendo a descentralização desses poderes para outros setores uma tarefa que exigiria outra estrutura.

O pano de fundo dessa proposição parece simplista e despojado de sentido, porém, ao fazer a defesa da participação popular, a entrada em cena desses sujeitos, por sua vez, movimentará interesses poderosos de grupos que têm se beneficiado desta estrutura de sociedade, que detêm significativa parcela do poder e que resistem em abrir mão de privilégios. Por isso, hoje, diante da urgência dos fatos, é imperativo fazer valer as promessas da democracia e radicalizar na defesa da cidadania, da democracia e da participação, principalmente a participação popular, que trará para a cena política os sujeitos sem vez e sem voz, desvelando os conflitos.

Nogueira (2004) afirma que,

A reforma democrática do Estado abriga participação em seu próprio miolo constitutivo. Mas o incentivo à participação não é nela concebido como expediente para exacerbar os particularismos ou aprofundar a fragmentação das classes sociais e dos interesses. A participação democrática possibilita uma melhor vocalização das demandas, diferenças e aspirações, mas faz isso tendo em vista sua recomposição unitária, um processamento político que garanta o alcance de uma síntese delas. Participação sem totalização política é mais luta de interesse que exercício de cidadania. É por isso que a participação não tem como se viabilizar *contra* a ideia de representação de *costas* para as instituições (parlamentos, partidos, associações). Pensada como exercício radicalmente democrático, a participação não objetiva acabar com o poder, mas multiplicar os espaços em que as relações de poder estejam abertas à contestação democrática (p.74).

Na Constituição de 1988, foram garantidas à sociedade diversas formas de participação e o desafio atual é pensar que tipo de participação. Nunca é demais refletir sobre se ela é arma ou armadilha. Arma porque, durante anos de ditadura militar em que a participação democrática ficou tolhida, a crença era de que participar das decisões políticas seria a solução para a democratização e, nesse cenário, representava uma arma importante. Armadilha porque a participação limita-se a alguns espaços. Decidir, portanto, só dentro do permitido, do consentido, do convidado.

Ao perguntarmos aos dirigentes da CMP porque a participação é importante, as respostas foram variadas e auxiliam na reflexão sobre o tema. Segundo Carlão, a participação é importante em dois aspectos:

Primeiro, para organizar os setores da CMP e centralizar em uma ação comum. Segundo, porque é nesses espaços que tem conseguido suas principais conquistas, como a regularização fundiária e melhor qualidade de vida em várias regiões do país têm haver com a participação nestes espaços.

Cohen ressalta que, na democracia, a opção feita pelos movimentos é a via institucional em que a luta armada não está no horizonte dos militantes políticos. Sendo assim, a participação:

Permite colocar nosso projeto, nossas propostas, discutir o que os nossos movimentos na base estão pensando e querendo de mudança para o País. Como nós não temos a opção da luta armada, a nossa luta é pela via institucional. Participar destes espaços representa colocar o nosso pensamento, ideias e projetos. Isso é importante para as mudanças que nós queremos e que precisamos fazer neste país.

Para Valdelene, a participação é importante para fazer a política dos movimentos, compreendendo que os espaços de participação institucional existem para ouvir a sociedade civil e fazer o governo cumprir sua meta. É importante estar nos espaços para fazer a luta política, o debate. Porém, o movimento não pode se focar e pautar apenas por isso, na verdade, o mais importante é trazer o que almejamos das ruas para esses espaços de decisão.

Não quereremos só cumprir meta de governo, queremos que o governo estabeleça uma política de Estado e não de governo, e só tem essa compreensão quem é de esquerda, estou falando dos governos de esquerda, por isso, oferece espaço para a sociedade civil organizada participar do Estado, mas só quer cumprir sua política de governo, não avança para cumprir a política de Estado.

Os autores Cornawal, Romano, Shankland (2007) oferecem-nos uma reflexão importante sobre os espaços de participação. Eles retomam a discussão sobre espaços de poder e identificam que há contradições nos espaços de “participação convidada”, uma vez que eles nunca são neutros e “podem ser criados com um objetivo em mente e usados por aqueles que se engajam nele para propósitos bastante diferentes” (p. 278-279).

Por outro lado, a participação política e popular é relevante, mas só a participação sem um pensamento crítico acerca do que isso significa. Sem as pessoas tomarem contato com o funcionamento do Estado e, antes de exigir para o seu movimento específico, entendesse porque falta dinheiro para resolver as questões estruturais, entender que a sua luta local precisa ser interligada com as questões nacionais, talvez a participação tomasse a qualidade que é necessária.

Bonfim destaca que

a participação é importante para influir nos rumos e decisões políticas. Seja nas mobilizações ou tomando partido no que a sociedade está discutindo, temos tomado posição em vários temas polêmicos, então, é político, o movimentos popular por si só já esta inserido no mundo político.

1.3 Políticas Públicas

Outro conceito capital que vem ancorar as bases teóricas do presente estudo é o de políticas públicas. Para a reflexão sobre políticas públicas, buscamos os autores que pesquisam o tema: Carmelita Yazbek, Marco Aurélio Nogueira, Evaldo Vieira, José Paulo Netto, Wanderley, entre outros.

Na história política brasileira, os problemas sociais são, muitas vezes, tratados como caso de polícia. Raramente as políticas públicas tiveram um caráter transformador e, em geral, são elaboradas e executadas de cima para baixo, ignorando o enorme prejuízo que essa estratégia traz para o fortalecimento do processo democrático. Além do que, quando a abertura para a participação democrática é deixada de lado, prevalecem formas já tão conhecidas das “políticas públicas” como paliativas para os problemas ou, mais explicitamente, tornam-se políticas compensatórias, que não visam nem à solução do problema nem ao fortalecimento da cidadania, mas apenas contribuem para acentuar a dependência, criando espaço para a corrupção e o apadrinhamento político.

No início do século 20, as organizações de trabalhadores se configuravam em diferentes tipos. Houve momentos em que as greves e as diversas formas de reivindicação não passavam pelo crivo regulatório do Estado. Mas a situação foi modificada quando o Estado foi “chamado” pelos empresários a intervir, e assim foi

instituído um desenho institucional ou “modelo de sindicato e greves”. Nesse processo, tanto as organizações trabalhistas como sua principal forma de reivindicação, a greve, foram reguladas por leis trabalhistas específicas. Essas mudanças ocorreram por meio de intervenção estatal durante o Estado Novo, na Era Vargas.

Refazendo o contexto histórico da política social, Yazbek (2008) observa que:

O Estado brasileiro, como outros, na América Latina, se construiu como importante aliado da burguesia, atentando à lógica de expansão do capitalismo e, nesse sentido, as emergentes Políticas Sociais no país devem ser apreendidas no movimento geral e nas configurações particulares desse Estado. Nesta perspectiva, o que pode ser constatado é que a Política Social estatal surge a partir de relações sociais, que peculiarizaram a sociedade brasileira nos anos 30 do século passado, representando uma estratégia de gestão social da força de trabalho (p. 80).

Nos anos de 1990, Nogueira (2004) identifica dois discursos sobre a atuação do Estado. De um lado, estão os que se concentram no tema da modernização, mobilizando a seu favor ideias de que é preciso adotar novos procedimentos gerenciais e transferir, para a sociedade civil, encargos e atribuições antes exclusivas do Estado. De outro lado, estão aqueles que se voltam para a denúncia, a resistência em nome dos direitos sociais, de uma sociedade mais justa e da mobilização dos interesses subalternos dos marginalizados e não privilegiados.

Com percurso institucional semelhante ao da participação, o histórico da Política Social brasileira também vai encontrar na Constituição de 1988 uma inovação. Para Yazbek (2008), a novidade é a definição de um sistema de Seguridade Social para o País, colocando-se como desafio a construção da Seguridade Social universal, solidária, democrática e sob a primazia da responsabilidade do Estado. A Seguridade Social brasileira, por definição constitucional, é integrada pelas políticas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social, e supõe que os cidadãos tenham acesso a um conjunto de certezas e seguranças que cubram, reduzam ou previnam situações de risco e vulnerabilidades sociais.

Segundo Yazbek (2008), não há como dissociar política social dos conflitos e contradições presentes no capitalismo. Nessa perspectiva, a Política Social será abordada como modalidade de intervenção do Estado no âmbito do atendimento das necessidades sociais básicas dos cidadãos, respondendo a interesses diversos. Ou seja,

a Política Social expressa relações e conflitos e contradições que resultam da desigualdade estrutural do capitalismo. As políticas sociais expressam interesses que não são neutros ou igualitários e que reproduzem desigual e contraditoriamente relações sociais, na medida em que o Estado não pode ser autonomizado em relação à sociedade e as políticas sociais são intervenções condicionadas pelo contexto sócio-histórico em que emergem.

Yazbek (2008) desvenda a aparente neutralidade dos interesses postos quando se define a Política Social e, nesse sentido, o papel do Estado como regulador e fiador das relações sociais:

O papel do estado só pode ser objeto de análise se referido a uma sociedade concreta e dinâmica contraditória das relações entre as classes sociais nessa sociedade. É nesse sentido que o Estado é concebido como uma relação de forças, como uma arena de conflitos. Relação assimétrica e desigual que interfere tanto na viabilização da acumulação, como na reprodução social das classes subalternas. Na sociedade capitalista o Estado é perpassado pelas contradições do sistema e, assim sendo, objetivado em instituições, com suas políticas, programas e projetos, apoia e organiza a reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações. A forma de organização desse estado e suas características terão, pois, um papel determinante na emergência e expansão da provisão estatal face aos interesses dos membros de uma sociedade (p.82).

Vieira (2007), propondo mais do que a crítica da política social, sugere que é imprescindível fazer a crítica da crítica da política social, que consiste em compreender:

a separação entre direitos sociais subordinados ao Estado e direitos subordinados à sociedade, comumente apresentada em vários escritos. Distinguem-se os autores 'estatais' e os autores 'não estatais', propondo que os primeiros derivam da ação estatal dos direitos sociais, enquanto os segundos os fazem provir dos movimentos sociais. (p.11)

Para Netto (2006), as políticas sociais são uma resposta do Estado burguês, do período do capitalismo monopolista, às demandas do movimento social. Para o autor, o Estado burguês, funcional ao capitalismo dos monopólios, por meio das políticas sociais, responde às pressões dos segmentos da sociedade vulnerabilizados pelas diferentes mazelas da questão social. No domínio da saúde, da habitação, da renda, do emprego, etc., o foco das políticas sociais recai sempre sobre uma expressão ou expressões da chamada questão social.

Reconhecendo os limites e a não neutralidade e as disputas colocadas para que os cidadãos alcancem as políticas sociais, Yazbek (2008) faz a defesa das políticas como direito do cidadão de um Estado:

(...) a Política Social Pública permite aos cidadãos acessar recursos, bens e serviços sociais necessários, sob múltiplos aspectos e dimensões da vida social, econômico, cultural, político, ambiental entre outros. É nesse sentido que as políticas públicas devem estar voltadas para a realização de direitos, necessidades potencialidades dos cidadãos de um Estado (p. 85).

O entendimento do que seja uma política social não é unívoco; muitas vezes, é concebida como favor, benesse e não um direito, tornando-se, assim, instrumento e espaço de disputa tanto da sociedade civil, quanto da sociedade política e do Estado. Tratada assim, ela se desconfigura, sendo aplicada de forma fragmentada e desarticulada. Concordamos com Vieira (2001):

A política social do neoliberalismo (...) atende a indigentes. Quem são os indigentes? São aqueles que não têm condições de gerar mínima renda, atende-se como forma de política social. Mas isso não é política social, política social não é um serviço de distribuição de sopa, de distribuição de leite; política social é uma estratégia governamental de intervenção (p.24).

Reconhecendo o curto tempo de democracia experimentada em nosso país, podemos afirmar que houve avanços, do ponto de vista democrático. Tal progresso pode ser verificado pela formulação e fiscalização das políticas públicas, concretizada por meio dos vários conselhos, das conferências, etc.

É preciso, no entanto, avançar, o que significa acompanhamento e avaliação, num processo com começo, meio e fim. Desde a elaboração da política, seguida do monitoramento e da fiscalização de sua implementação, enfim, um controle social real.

Nosso referencial sobre os atributos para o funcionamento das políticas públicas estará ancorado no conceito de “público” conforme formulado por Wanderley (2006). Além da recuperação que faz das análises de Habermans, Cunil, Grau, Nogueira, e outros, o autor elabora uma ‘constelação de atributos’ para a construção de políticas públicas, que deve conter:

Universalidade. Objetiva o atendimento de toda a população de uma nação, a ser efetivado nas políticas de desenvolvimento, saúde, de educação etc. (...) **Visibilidade social.** Supõe transparência nas ações governamentais e dos distintos atores sociais, publicidade de fidedignidade das informações

que orientam as deliberações (...) **Controle social**. Significa acesso de instâncias governamentais e da sociedade no controle das regras e aplicação dos recursos, fiscalização competente. Mecanismos de prestação de contas mais eficientes são necessários (...) **Democratização**. Requer cidadania, mecanismos de participação, sistemas de representação, diálogo que implique compatibilizar conflito e consenso, e debates públicos. Saber distinguir entre democracia política, econômica e social e como modo de vida (...) **Cultura pública**. Vem da cultura cívica, que tem origem na família, escola, igreja e mídia. Baseia-se no conhecimento e exercício constante. Supõe superação da 'cultura privatista' de apropriação do público pelo privado, o autoritarismo, do fisiologismo, do paternalismo, vigentes historicamente na sociedade brasileira (...) **Sustentabilidade**. Significa um processo constante de reprodução institucional, em equilíbrio entre os objetivos e o orçamento (p. 24-25).

Estes atributos auxiliam na análise do sentido e significado das políticas públicas em nosso país.

1.4 Articulação - Organizações Articuladoras de Movimentos Sociais

Considerando que uma das finalidades da constituição da CMP é a articulação dos movimentos sociais populares, entende-se necessário buscar referências para a compreensão desse conceito. Buscou-se apoio nos resultados da pesquisa realizada por Adrián Lavalle Gurza, Graziela Castello, e Renata Mirandola Bichir (2006), para a compreensão das entidades articuladoras de movimentos sociais. Para eles, o exame das relações que as articuladoras estabelecem com outras associações traz à tona algumas feições que complementam a compreensão do papel desse novo ator.

Durante o processo de elaboração da Constituição de 1988, os movimentos sociais populares, os partidos, as entidades de classes, enfim, uma gama de atores sociais, articularam-se para aprovar leis que contemplassem suas demandas e, para tanto, constituíram articulações para alcançar seus objetivos. Posteriormente, no início dos anos 1990, surgem vários movimentos nacionais e é, também, dessa época a fundação das entidades articuladoras, criadas por movimentos que buscam se fortalecer para se posicionar na cena política.

Possuem esse perfil, dentre outros, a Associação Brasileira de ONGs (Abong), uma articuladora de organizações não governamentais; a União Nacional de Movimentos de Moradia (UNMM), que se constitui como um movimento nacional e também articuladora de movimentos de moradia; os movimentos feministas, que se

organizam em redes de ONGs; a Rede Brasileira de Entidades Assistenciais Filantrópicas; a Rede Nacional Feminista de Saúde de Direitos Sexuais e Reprodutivos; a Cooperativa de Associações de Promoção à Cidadania (Cooperapic), e a Central de Movimentos Populares, cuja natureza é ser articuladora de movimentos populares.

Os pesquisadores Gurza, Castello, Bichir (2004) desvendam essa trajetória e identificam novos arranjos institucionais e novas formas de articulação, de maneira a desmistificar o misterioso desaparecimento dos movimentos sociais no debate acadêmico dos anos 1990, após a grande expectativa depositada neles na década de 1980. Os autores mostram que os movimentos sociais continuaram acontecendo no cenário da ação coletiva, com considerável vitalidade, e sustentam, ainda, que “os movimentos sociais mantiveram seu protagonismo no cenário da ação coletiva; no entanto, esse protagonismo é hoje compartilhado com novos atores - ‘articuladoras’ -, criados majoritariamente nos anos 1990 por outros atores da sociedade civil” (p. 2).

Esses mesmos autores defendem que a novidade do início dos anos 1990 foi a forma de organização das entidades, que passaram a ser articuladoras. Argumentam que elas são compostas de:

(...) atores com capacidade de coordenar e impulsionar as agendas dos seus membros, bem como de representá-los perante o poder público e perante outros atores políticos, econômicos e inclusive civis. Embora não surpreenda a alta centralidade das articuladoras (...) dada sua qualidade de entidades cujos públicos são outras entidades, os resultados atestam o sucesso das iniciativas de criação desse novo tipo de atores nos últimos anos. Os efeitos de seu caráter de organizações de sócios ou membros institucionais também transparecem na análise relacional: elas são relativamente distantes do universo mais amplo de entidades com as quais mantêm relações e acusam capacidade limitada de alcançar outros atores plausivelmente além dos seus próprios membros. Como as organizações populares, e por motivos semelhantes alta centralidade acompanhada de vínculos com algum tipo de entidade periférico, as articuladoras sustentam relações marcadas pela assimetria. (LAVALLE, CASTELLO E BICHIR, 2006:41-42)

Para eles, a especificidade das articuladoras é o seu nascedouro e o diferencial que as distingue, uma vez que têm a função de coordenar a ação de diversos conjuntos de atores e de representar seus interesses. Eles consideram que as articuladoras ocupam a centralidade, no conjunto das organizações civis, quanto à sua relevância para cada tipo de entidade, e, em especial, para atores periféricos, como as organizações de bairro.

Os autores assinalam que os esforços de organizações civis orientadas para a construção de novos sujeitos com mais capacidade de intermediação e agregação foram “(...) não apenas bem-sucedidos para organizações altamente centrais, mas também para entidades territoriais de base, de condição periférica, que, graças à intermediação das articuladoras, ampliam sua capacidade de ação para além do plano local” (LAVALLE, CASTELLO e BICHIR, 2006:43/44).

Sendo assim, as entidades articuladoras são consideradas como uma inovação, no cenário político brasileiro, e apontam para uma mudança de envergadura da ação coletiva, que até agora passava despercebida na literatura sobre o assunto. As articuladoras costumam ser classificadas como ONGs e não têm sido objeto de estudos sistemáticos. (LAVALLE, CASTELLO e BICHIR, 2006: 43-44)

CAPÍTULO II

CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES: SURGIMENTO E TRAJETÓRIA

Nada é impossível de mudar.

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente:
não aceites o que é dado de hábito como coisa natural, pois é tempo de
desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer
impossível de mudar.

Bertold Brecht¹⁵

Neste capítulo, nos deteremos na apresentação da CMP, objeto empírico desta dissertação, considerando seu surgimento e trajetória, contextualizados num determinado cenário sócio-histórico e econômico.

Para reconstituir a trajetória da CMP, utilizamos dados encontrados na pesquisa documental e recolhidos de informações disponíveis em materiais e documentos, como cartilhas e jornais, Internet e na pesquisa de campo com os sujeitos. Ancoramo-nos nas referências históricas do livro *Globalização da Pobreza*, de Michel Chossudovsky. O autor mostra como as estruturas da economia global foram fundamentalmente modificadas, desde o início da década de 1980.

Explica com detalhes de que modo as principais instituições financeiras internacionais, notadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, forçaram o Terceiro Mundo e, a partir de 1989, os países do Leste Europeu a facilitarem essas mudanças. Discrimina as consequências de uma nova ordem financeira que se alimenta da pobreza humana e da destruição do meio ambiente, estimula o

¹⁵ Poema de Brecht. Disponível em: < [http://www.astormentas.com/escrituras.aspx?id=Bertold Brecht&tp=>>](http://www.astormentas.com/escrituras.aspx?id=BertoldBrecht&tp=>>). Acesso em: 27 jan. 2010.

racismo e os conflitos étnicos e mina os direitos das mulheres. O resultado é a globalização da pobreza.

Para entender a criação da CMP na sua particularidade de articuladora dos movimentos sociais, objeto desta pesquisa, é necessário entender o Brasil, seus contrastes e desigualdades sociais. Com um território gigantesco, o País possui uma das economias mais dinâmicas do planeta. Apesar dos problemas econômicos e da recessão vividos nas últimas décadas, a trajetória econômica brasileira apresenta índices de crescimento e modernização surpreendentes.

No entanto, ao mesmo tempo em que ocupa um lugar de destaque na economia mundial, sua população vive uma realidade descrita, no mínimo, como medíocre, em índices de desenvolvimento humano e social, fruto da concentração de renda perversa, que nenhum processo de crescimento econômico ou de modernização foi capaz de combater, tornando-o um País em que milhões de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza, milhões vivem sem terra, sem moradia e sem trabalho. Grande parte dessa população foi expulsa do campo, pelo latifúndio, pela mecanização da agricultura, e por falta de condições de trabalho para a agricultura familiar.

O êxodo rural deu surgimento a grandes centros urbanos, nos quais proliferam as favelas e os bairros periféricos, sem infraestrutura, mergulhados na poluição e na violência, expressos em indicadores sociais que apontam a existência de vastos bolsões de miséria e exclusão. Problemas estruturais agravados pela falta de planejamento urbano, de investimentos em políticas públicas e pela especulação imobiliária.

Os efeitos da orientação neoliberal aumentaram a pobreza e acentuaram a desnacionalização da economia; a transferência de patrimônio público, por meio das privatizações; a destituição de direitos de cidadania; o aumento da violência nos grandes centros urbanos; a abertura indiscriminada das economias pelo livre comércio; o abandono dos projetos nacionais de desenvolvimento e a desregulamentação da economia.

A reestruturação da economia mundial sob a orientação das instituições financeiras com sede em Washington, o chamado consenso de Washington¹⁶ restringiu cada vez mais, aos países em desenvolvimento, a possibilidade de construir uma economia nacional. A internacionalização da política macroeconômica transforma os países em territórios econômicos abertos e as economias nacionais em “reservas” de mão de obra barata e recursos naturais (CHOSSUDVSKY, 1999).

Nos anos de 1990, a economia brasileira incorporou explicitamente o Consenso de Washington. Entramos na era da globalização que, apesar de ser apresentada como um fenômeno de abertura simultânea das economias, o que resultaria numa mundialização homogeneizada, é seletiva, visando a determinadas regiões, atividades e segmentos sociais.

Os resultados das políticas neoliberais para a América Latina e, em especial, para o Brasil, foram desastrosos, do ponto de vista social. Talvez ainda precisemos de tempo para entendê-los em profundidade. Chossudovsky (1999) descreve a globalização como sendo a da pobreza: “as reformas patrocinadas pelo FMI contribuíram para a polarização social e o empobrecimento de todos os setores da população (...)” (p. 182).

Foi nesse cenário dos anos 1990 que surgiu a CMP, entidade em que estão presentes vários “tipos” de movimentos sociais populares. Atuam, na Central, os setores mais marginalizados, empobrecidos e oprimidos da sociedade: negros, mulheres, profissionais do sexo, portadores de deficiência, homossexuais, favelados, sem-teto, entre outros segmentos.

A CMP se constituiu como parte e continuidade da história da classe trabalhadora. Para conseguir superar a fragmentação que é característica desses movimentos, a Central busca, na riqueza da diversidade de sujeitos, a qualificação e a proposição de políticas públicas. Junto com outros setores da sociedade, procura

¹⁶ Segundo Batista (1994), em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais - FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro convocado (...) era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de Consenso de Washington.

contribuir na elaboração de um projeto político para o País, que privilegie a distribuição de renda, a participação popular, a construção de uma sociedade igualitária. É uma organização por meio da qual diversos movimentos decidiram se unir, apesar da diversidade, com o objetivo de articular os movimentos sociais populares em torno de suas lutas comuns e, assim, vencer fragilidades e a fragmentação.

A CMP é fruto de um processo histórico de resistência e dos movimentos sociais populares. As lutas sociais dos anos 1980 deixaram um legado importante, ao criarem espaços públicos plurais, informais e descontínuos, e permitindo o reconhecimento de outros como portadores de direitos. Os movimentos sociais populares e operários ajudaram igualmente a constituir arenas públicas nas quais os conflitos ganham visibilidade. Os sujeitos coletivos são os interlocutores de direitos, estruturam uma linguagem pública que delimita os critérios pelos quais as demandas coletivas por justiça e igualdade podem ser problematizadas e avaliadas (ALVAREZ, DAGNINO & ESCOBAR (Org.), 2000:43).

Portanto, esse tipo de organização articuladora de diversos movimentos sociais populares é uma inovação para a realidade brasileira, na medida em que busca superar a fragmentação dos movimentos sociais populares, e construir, na articulação de lutas comuns, o entendimento de que não é pela focalização das demandas específicas que se consegue melhores condições de vida. Pelo contrário, são necessárias articulações gerais como forma de fortalecer a luta por políticas públicas de caráter universal, o que reforça a ideia de que a democracia tem de ser para e com o povo, de frente para ele.

Nos documentos da CMP é realçada a identidade como um canal de articulação dos movimentos sociais populares. Busca, assim, não substituir, mas apoiar e reforçar suas lutas específicas; propõe-se a difundir a importância das várias questões para o conjunto dos movimentos, articular, dirigir, encampar lutas e campanhas gerais, a partir de um ponto de vista transformador. Aponta, assim, para um novo modelo de sociedade, fundada na igualdade, no cooperativismo, na autogestão e na liberdade de criação cultural.

2.1 Contexto Histórico e Político da Criação da Central de Movimentos Populares

Apresentamos brevemente, a seguir, o contexto histórico e político para melhor situar e compreender o momento de criação da CMP. Sabemos que o tempo não é linear e, muitas vezes, é feito de palimpsestos. Acreditamos, do mesmo modo, que a reconstituição da história não é neutra, pois

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente,
nas condições escolhidas por eles, mas nas condições diretamente dadas e
herdadas do passado.

(KARL MARX, O 18 Brumário)

A primeira eleição direta para a Presidência do Brasil, após o período ditatorial, só ocorreu em 1989 e teve como vencedor Fernando Collor de Mello. Seu programa de governo refletia uma nova conjuntura internacional, uma nova ordem política e econômica, organizada a partir das transformações do capitalismo e do fim do bloco socialista liderado pela ex-URSS.

O governo Collor foi marcado por corrupção em diversas áreas, o que levou ao surgimento do Movimento Ética na Política, que deflagrou uma campanha nacional de denúncias de corrupção, iniciando um amplo movimento pelo *impeachment* do presidente. Esse processo culminou na mobilização de parte significativa da sociedade e levou milhões de pessoas às ruas, em todos os cantos do País, para pedir o afastamento do presidente.

Foi nesse contexto social, político, econômico que aconteceu o 8º encontro da Anampos¹⁷, em 1989, em que os participantes decidiram pela criação da Comissão Pró-Central de Movimentos Populares, com a tarefa de realizar um amplo debate nacional sobre a necessidade de se criar uma entidade para congregar os movimentos populares. Mesmo sendo ainda uma Pró-Central, a organização participou do processo pelo *impeachment*, articulando-se com outros movimentos e mobilizando a base dos movimentos sociais populares.

¹⁷ A Anampos foi fundada antes da CMP e se caracterizava por defender a unificação dos movimentos populares com o sindical e tinha como proposta realizar articulação com os movimentos populares, com a finalidade de criar bases para uma articulação nacional. Intitulava-se suprapartidária e caracterizava-se pela união de setores sindical e popular. (Carvalho, 2007)

O escândalo político durante o governo de Fernando Collor de Mello teve papel significativo na reestruturação do Estado brasileiro. O primeiro presidente a ser 'eleito democraticamente' marcou o fim da ditadura militar, bem como a transição para uma nova 'democracia autoritária' sob o controle direto dos credores e das instituições financeiras internacionais sediadas em Washington. (CHOSSUDOVSKY, 1999:170)

2.2 Os Anos 1990 - Mudança de Eixo

Em 1990, em Brasília, foi realizada a 1ª Plenária Nacional dos Movimentos Populares, que deu início ao processo de construção da CMP.

Segundo Frei Betto¹⁸:

(...) Até então, não havia nenhuma experiência de central de movimentos populares, nem no Brasil, nem na América Latina. Era um desafio muito grande, porque não tinha como se espelhar em uma experiência semelhante. Era algo novo, e que exigia habilidade política, para não cometer erros que inviabilizassem a criação da Central. (CARTILHA DA CMP-SP, 1999:30)

Em 1992, ocorreu, em São Bernardo do Campo (SP), a segunda plenária da Pró-Central que definiu a Reforma Urbana e a Cidadania como eixos capazes de articular os diversos movimentos. Que é um eixo de luta?

Um eixo de luta reúne diversas lutas fragmentadas sobre questões específicas em uma luta mais ampla a ser assumida pelos vários movimentos específicos. Estes passam a desenvolver ações articuladas em torno de tal eixo, sem negar suas bandeiras particulares. Portanto, definir um eixo de luta não é apenas encontrar uma luta prioritária que, em dado momento, mobilize muitas pessoas e movimentos em ações conjuntas (esta é a função da bandeira de luta¹⁹). Mais do que isso, um eixo de luta deve sempre ligar a realidade imediata conjuntural com os objetivos estratégicos de construção de uma nova sociedade, o que supõe a superação do capitalismo. Quando

¹⁸ Frei Betto, escritor, frade dominicano, assessor da CMP e do MST, ex-assessor especial da Presidência da República do governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003 a 2005). Foi entrevistado por mim na fase exploratória desta pesquisa.

¹⁹ Bandeiras de luta são a tradução, para o campo imediato, dos eixos apontados. São propostas concretas de luta (que complementam aquelas já estabelecidas por movimento específico) e que emergem da articulação dos movimentos em torno dos referidos eixos.

diversas lutas são unificadas, os Movimentos Populares desenvolvem melhor seu papel estratégico na transformação da sociedade. (TEXTO BASE EM PREPARAÇÃO AO 1º CONGRESSO DOS MOVIMENTOS POPULARES – PRÓ-CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES, maio de 1993)

O eixo de luta Reforma Urbana consistia na possibilidade de aglutinar os movimentos de moradia, de saneamento, de transporte, de educação e outros, na direção da melhoria das condições de vida e da democratização da cidade. A luta pela Reforma Urbana não se restringiria apenas à democratização de uso e ocupação do solo, coibindo a especulação imobiliária. Nesse sentido, a ênfase era a função social da terra, mas precisava avançar na direção da gestão democrática da cidade. Isso implicaria a conquista da participação popular no planejamento dos vários aspectos da vida na cidade.

Concomitantemente, o eixo de luta por Cidadania correspondia a discutir a questão da mulher, do negro, do homossexual, das várias formas de discriminação vigentes na sociedade. Debater os diferentes modos de desrespeito aos direitos humanos e a dominação ideológico-cultural sobre as classes populares. A construção da cidadania é um processo constante de conquista e de criação de novos direitos e da afirmação de uma nova ética.

A cidadania exige uma democratização radical, na qual efetivamente se possa exercer a soberania popular e criar condições para a realização humana. Trata-se de inverter a relação historicamente predominante do Estado com a sociedade e apontar na direção inversa, para uma nova relação, onde o pólo de decisões e criação esteja na sociedade civil organizada, que transformará e recriará um estado a serviço dos interesses coletivos e da emancipação das classes populares.

No encontro de São Bernardo, em 1992, foi decidida, também, a realização do 1º Congresso dos Movimentos Populares, com o objetivo de fundar a CMP²⁰. É importante destacar que, durante a vigência da Comissão Pró-Central, houve intenso debate entre lideranças populares e intelectuais²¹ que se colocavam tanto a favor como

²⁰O nome Central de Movimentos Populares foi decidido depois de muito debate no Congresso de fundação.

²¹Revista Movimento Popular, n. 1- Lutas Populares e Urbanas: Articulação e Unificação. São Paulo: Polis-CPV, abr. 1989.

contra a criação de tal organização. A maioria dos teóricos dos movimentos tradicionais conclui que os movimentos sociais e as associações cívicas desempenham, na melhor das hipóteses, um papel secundário na democratização e tem, portanto, concentrado sua atenção na institucionalização política, que é considerada o fator mais importante e urgente de consolidação da democracia. (ALVAREZ, DAGNINO & ESCOBAR, 2000)

Pergunta semelhante fez José de Souza Martins²² ao Frei Betto, quando da criação da CMP:

A constituição de uma central de movimentos populares retira deles a vitalidade que lhes é própria, a criatividade e a imaginação tão necessárias à renovação social e política de uma sociedade como a nossa. Penso que um caminho poderia ser o da criação de um grupo de avaliação e de acompanhamento das organizações populares, que pudesse reconhecer as peculiaridades dessa forma de expressão das demandas sociais. (MARTINS, 1993:18)

O debate consistia em avaliar a viabilidade da proposta, algo novo e ao mesmo tempo desafiador, tendo em vista a dimensão territorial do País e a fragilidade dos movimentos populares. Como assessor dos movimentos populares no Brasil, Frei Betto justifica a necessidade que havia da criação de uma CMP:

O objetivo era criar uma articulação bastante democrática de movimentos populares brasileiros. Nós assessores, que rodávamos muito o Brasil, constatávamos que havia vários movimentos numa mesma área de atuação (...). Só que um movimento não sabia do outro. Um movimento não passava sua experiência para o outro. Nós assessorávamos movimentos similares, e víamos cada um indo para uma direção, com uma proposta diferente. Não que todos devam ir na mesma direção. (CARTILHA DA CMP-SP, 1999:11)

Na defesa de uma articulação nacional dos movimentos, Frei Betto acrescenta que a luta fica mais fácil, porque se cria mobilização nacional em torno de determinadas conquistas.

²²MARTINS, José de Souza. Carta ao Frei Betto, **Boletim Quinzena** 168, São Paulo, CPV, policopiado, 31 ago.1993, p.18.

²⁴Em 3 de abril de 1994 o jornalista Xico Sá fez uma reportagem intitulada *Holding da Miséria*, na qual escrevia sobre a fundação da CMP “entidade que reúne os que reivindicam terra, moradia, saúde e fim do ‘sexismo’”. Para ele, os sem-terra, sem-teto, sem-saúde e mais um série de organizações possuem agora uma espécie de *holding* (controladora) que congrega entidades de marginalizados de todo o País. Na sua definição, era a CUT dos indigentes e dos desempregados. O domínio político, a exemplo da CUT, também é do PT. É mantida pelas entidades filiadas e também com recursos obtidos de entidades estrangeiras, como agentes de cooperação internacional e organizações não governamentais.

A Central é fruto de um processo social que gerou, além dela, o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros movimentos sociais que existem no Brasil. Este processo se inicia dentro da ditadura militar, que começou em 1964. Ele começa com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), com a metodologia popular de Paulo Freire e, de certa maneira, a partir do fracasso da luta armada na resistência militar. (CARTILHA DA CMP-SP, 1999:11)

Itamar Franco era o presidente do País, no ano de fundação da CMP. Substituindo o presidente Fernando Collor de Mello, prometeu aumento real dos salários, diminuição dos preços das tarifas públicas e mudança no programa de privatização, sem perceber que estava de mãos atadas pelo acordo assinado com o FMI no ano anterior. Embora contasse com maioria significativa no Congresso, em decorrência da coalizão de partidos, o governo de Itamar Franco não obteve de imediato assentimento das instituições de Washington.

As declarações populistas do novo presidente desagradaram tanto aos credores quanto às elites nacionais. O FMI decidiu ser muito mais rígido com o novo governo; três ministros da Fazenda foram indicados, durante os sete meses do primeiro ano de mandato do presidente, nenhum deles foi “amigavelmente endossado pelo FMI, que sempre enviava seus auditores para monitorar o progresso econômico nos termos do acordo em vigor” (CHOSSUDOVSKY, 1999:47). Esses fatos denotam a instabilidade que assolava o País.

“A vida devia ser bem melhor e será”, frase da música de Gonzaguinha, foi tema do cartaz do Congresso de Fundação da CMP²⁴, realizado em Belo Horizonte (MG), de 28 a 31 de outubro de 1993. O refrão da música foi cantado durante todo o evento, que representou mais uma etapa de uma longa caminhada, iniciada com a Anampos²⁵, criada em 1980 e que, após ter contribuído com a fundação da CUT, em 1983, passou a discutir a necessidade de se fundar uma entidade que congregasse os movimentos populares.

²⁵ Segundo Frei Betto a Anampos existiu 80% por causa da fundação de uma central sindical, e 20% preocupada com o movimento popular.

No encontro de fundação, estiveram presentes 950 pessoas²⁶, oriundas de 22 Estados do País e representando vários movimentos, tais quais os de prostitutas, negros, mulheres, crianças e adolescentes, homossexuais, moradores de rua, portadores de deficiência, índios, movimento por transporte, moradia, saúde, saneamento, direitos humanos, entre outros, demonstrando a amplitude e a diversidade ali representadas.

As categorias analíticas caracterizam tais organizações como “novas”, ou seja, são os novos movimentos sociais populares entrando em cena, em virtude do processo de recriação de espaços públicos; devido à heterogeneidade dos sujeitos envolvidos e das suas respectivas concepções políticas; pela diversidade das manifestações de luta e de forma de organização de base, diferenciada das décadas anteriores; em decorrência do desenvolvimento por fora da institucionalidade e dos significados atribuídos à realidade das suas condições de vida. Embora fragmentados, unificavam-se na luta por direitos sociais e pela democratização do Estado, exigindo a participação direta nas decisões que lhes afetavam. (SILVA, 2003)

Tais movimentos populares inovam por reivindicarem direitos na sociedade e não apenas no Estado, e por contestarem as rígidas hierarquias sociais que ditam lugares fixos na sociedade para os seus (não) cidadãos, com base em critérios de classe, de raça e gênero. (ALVAREZ, DAGNINO & ESCOBAR (Org.), 2000:32)

Para Bonfim,

Todos esses movimentos não tinham espaço a nível nacional onde eles pudessem fazer debate e também se articular com outros setores. Nesse processo [de articulação] se constituiu uma visão importante de país, de democracia etc. O congresso de Belo Horizonte, de outubro de 1993, como Congresso de Fundação da Central de Movimentos Populares, foi uma confirmação de todo esse processo, que se iniciou lá em 1980 (...), a partir da necessidade de se criar uma articulação nacional de Movimentos Populares no Brasil. (CARTILHA CMP-SP, 1999:10)

²⁶ A pesquisa sobre o perfil dos participantes do 1º Congresso Nacional de Movimentos Populares, realizado em Belo Horizonte, no período de 28 a 31 de outubro de 1993, é o desdobramento de uma investigação mais ampla sobre o perfil da militância dos movimentos populares ligados à Pró-Central. A primeira etapa foi realizada por um grupo de entidades - Cepis/Fase/Cajamar/Pró-Central - na segunda plenária nacional dos movimentos populares, em 1991, e serviu como experiência inicial. A continuação, desenvolvimento e finalização foi possível graças ao esforço de diversos colaboradores e, em especial, do acompanhamento mais direto do Programa Urbano da Fase (Porto Alegre e São Paulo).

O primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso ocorreu de 1995 a 1998. As credenciais de respeitável intelectual e sociólogo o qualificaram para exercer anteriormente o cargo de ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco, que o encarregou de conduzir as reformas políticas do País. Em junho de 1993, o ministro anunciou cortes orçamentários de 50% na educação, na saúde e no desenvolvimento regional, enquanto apontava para necessidade de revisões na Constituição.

Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente.

Apoiado por uma campanha de muitos milhões de dólares na mídia, bem como um acordo (verbal) feito com os principais interesses comerciais do país, para que os preços não fossem aumentados durante a campanha eleitoral. A introdução do real, enquanto era ministro da Fazenda, resultou na desindexação dos salários, mas as taxas de inflação notavelmente baixas nos meses que precederam as eleições para a presidência da República foram fundamentais para a obtenção do apoio à sua candidatura, particularmente nos setores mais pobres da população, que sobrevivem à margem do mercado de trabalho. (CHOSSUDOVSKY, 1999:179)

O presidente eleito deu um novo impulso na implementação do consenso neoliberal, que se caracteriza por identificar o Estado como ineficaz, parasitário e predador. Nesse sentido, a única alternativa possível para garantir a liberdade do mercado e, conseqüentemente, o desenvolvimento, seria reduzir as funções exclusivas do Estado, que passam a ser: legislar, regular, julgar, policiar, fiscalizar, definir e fomentar políticas.

A proposta do governo FHC promove uma radical alteração no caráter dos serviços básicos até aqui prestados pelo Estado e na relação com determinados setores dominados. Os serviços essenciais como a saúde, a educação e o saneamento, que na Constituição Federal de 1988 são considerados 'direitos do cidadão e dever do Estado', são transformados em serviços sujeitos à competitividade e à lógica do mercado, que o Estado não assume compromisso de oferecer diretamente à população. A prestação desses serviços pelas 'organizações sociais' é uma clara transferência do patrimônio público para as mãos de particulares, considerando que o financiamento, o patrimônio e os funcionários têm como origem o Estado. Os funcionários (chamados de 'burocratas sociais') serão estatais, mas sem o regime jurídico público; o financiamento seguirá a lógica de competitividade e apresentação de resultados administrativos; o controle social será limitado visto que os usuários não terão acesso ao conselho administrativo. A fiscalização dessas organizações será efetivada pelas próprias agências do Estado segundo critérios de resultados. (SILVA, 1998:40)

O novo cenário econômico e político não foi favorável aos movimentos sociais populares e sindicais, desafiados por uma longa e aguda crise econômica que levou milhões de brasileiros ao desemprego e ao mercado informal. Com a insegurança financeira, sem um sistema de proteção social, e com uma jornada de trabalho cansativa, os trabalhadores aos poucos perderam a disposição para participar das mobilizações. O movimento sindical, que sempre esteve à frente das lutas, entra na defensiva e, nos piores casos, apoiam as políticas neoliberais.

Em tal conjuntura, os movimentos sociais populares avaliam que os cortes de recursos para as áreas sociais seriam a marca preponderante do projeto neoliberal, o que deixava nítida a necessidade de oposição. Em 1995, a CMP faz sua primeira caravana a Brasília²⁷ e a direção é recebida pelo Presidente da República. A pauta de reivindicação entregue a FHC e seus ministros foi preparada num processo de discussão entre os diversos movimentos, nos vários Estados em que a entidade estava organizada. Para incorporar e contemplar todos os interesses, foi preciso disposição e diálogo. Essa forma conjunta de discussão do documento a ser entregue, bem como a organização dos diversos movimentos espalhados por este país continente, representou um desafio para a organização.

Em 1998, o presidente Fernando Henrique Cardoso é reeleito.

Os presidentes responsáveis pela implantação dos programas de ajuste orientados pelo Fundo Monetário desenvolveram a tendência a buscar conservar o poder através de reeleição, que implica alterar a constituições, como foi o caso de Menem, Fujimori e Fernando Henrique Cardoso. Mais do que vaidade pessoal ou autoritarismo de novo tipo, trata-se de orientação internacional para a consolidação das reformas neoliberais empreendidas por estes. (VIZENTINI, 2002:98)

Nesse período:

No Brasil, o presidente Fernando Henrique Cardoso cumpre o receituário neoliberal, implementando uma 'reforma do Estado' que visa readequar as políticas de Estado aos objetivos da economia 'globalizada'. Nesse sentido empreende uma luta ideológica que apresenta os direitos sociais como privilégio e entraves ao desenvolvimento econômico. Aponta como condições para solucionar a crise da economia brasileira e inserir o país na

²⁷ As caravanas são uma das formas de luta dos movimentos e, para que se realizem, é preciso muito esforço por parte das entidades e dos militantes. Os militantes precisam organizar-se nos Estados e enfrentar os desafios econômicos, além de enfrentar as dificuldades da viagem e das acomodações. Sobre essa caravana, há material na imprensa brasileira.

dinâmica da globalização, a desregulamentação da economia e a flexibilização da legislação do trabalho, a diminuição dos gastos públicos, a privatização das estatais, a abertura do mercado de investimentos transnacionais, entre outras medidas. (SILVA, 1998:37)

Refletindo o momento, seis anos após a fundação, já se observavam profundas mudanças de orientação da CMP. No II Congresso Nacional, realizado de 13 a 16 de maio de 1999, em Belo Horizonte (MG), o eixo principal passou a ser Políticas Públicas com Participação Popular, expressando um contraponto à diminuição do papel do Estado. Segundo Eloisa Gabriel, dirigente nacional da CMP

Agora a CMP tem nítido o seu eixo, mas passou 70% da década de 90 confusa com o eixo e com isso perdeu a chance de acumular experiência²⁸, antes com quatro eixos Direitos Humanos, Cidadania, Reforma Urbana, Reforma Agrária não priorizou nenhum dos quatro e nem atuou em nenhum dos quatro, então ficou diluído diante do processo político e da conjuntura do país. Agora com o eixo políticas públicas com participação popular está acumulando discussão política na questão da participação popular, do Estado, já na atuação nos conselhos não deu conta e precisa aprender mais. (Entrevista realizada em novembro de 2003)²⁹

Os delegados representantes de diversos movimentos entenderam que esse novo eixo retratava melhor a luta da organização diante da guinada neoliberal do Estado brasileiro e de sua política de privatização e desenvolvimento econômico que não contemplam as demandas populares, ao contrário, aumentam a pobreza e a exclusão social.

Bonfim explica que a mudança foi necessária, já que no início era reforma urbana e cidadania, mas que:

Quando íamos discutir com outros movimentos como, por exemplo, o de saúde e negros, eles não se sentiam contemplados porque reforma urbana era específico da moradia, do transporte, do saneamento, e nos indagavam: E as outras lutas? Então, num segundo momento, acrescentamos aos eixos já existentes o da reforma agrária. Refletimos, tempos depois, que esse ultimo não caberia, sendo característico da luta do campo. Não nos compete, poderíamos ser solidários, fazer luta em conjunto mas não era nosso eixo, nosso papel.

²⁸ Gohn (1997) escreve que a experiência é uma das categorias para entender os movimentos “(...) deixa de ser vista como produto pronto, acabado, inerte, e passa a ser vista como depositária de forças e energias, motivadoras da ação, do fazer político dos indivíduos. A cultura política passa a ser fundamental. Ela será o fermento gerador da consciência e da organização dos sujeitos na história” (p. 265).

²⁹ GABRIEL, Eloísa. **Os dez anos da central de movimentos populares**. Trabalho de conclusão de curso. São Paulo, 2003. Entrevista concedida a Francisca Genilce Gomes.

O novo eixo refletia uma oposição à estratégia neoliberal, que foi a de realizar programas de infraestrutura em parceria com a iniciativa privada; os programas sociais foram descentralizados administrativamente para as esferas subnacionais e em parceria com as ONGs; e o controle das políticas estatais foi transferido das instâncias colegiadas para as agências reguladoras.

Silva (2003) alude que a estratégia neoliberal conseguiu, em larga medida, atingir seu objetivo ideológico:

expandiu-se para todas as esferas das relações sociais capitalistas obscurecendo o agravamento de seu caráter opressivo e explorador. Com o auxílio dos diversos aparelhos ideológicos, redefiniu e exacerbou o desenvolvimento de valores como autocontrole, a autodisciplina e a capacitação profissional, a fim de manter sob controle os interesses, as exigências e as orientações político-sociais, remetendo a sua satisfação para o mercado. (p.65)

Segundo Bonfim, depois de muita discussão *definimos políticas públicas, porque entra na política pública, a saúde, criança e adolescente, as políticas afirmativas para os negros, mulheres*. Era uma novidade, pois nos movimentos não se falava em políticas públicas.

Quando mudamos o eixo, estávamos num momento de implementação do projeto neoliberal no Brasil, que se caracterizava exatamente por diminuir o papel do Estado e cada vez investir menos nas políticas públicas; as políticas públicas não eram interessantes para o projeto hegemônico que governava o Brasil naquele momento. Quando reafirmamos o eixo de políticas públicas, queríamos fazer um contraponto à visão neoliberal, contra o Estado mínimo que não investe em políticas públicas e nos direitos. Esse eixo ficou até hoje, e ninguém até agora propôs mudá-lo. Criamos até o dia 31 de maio³⁰ como o Dia Nacional de Luta em Defesa das Políticas Públicas com Participação Popular.

Naquele momento, o novo eixo de luta – políticas públicas com participação popular – retrata a posição ideológica da CMP em não aceitar a tendência de alguns movimentos e ONGs, que, em vez de lutar por políticas universais, se contentaram em participar e desenvolver políticas compensatórias em parceria com o Estado. Dessa forma, a CMP pretendia diferenciar-se desses segmentos. Segundo Bonfim, o objetivo era reafirmar esse caráter das políticas públicas com participação popular, que elas

³⁰ O Dia Nacional de Luta por Políticas Públicas com Participação Popular é dia 31 de maio, mas, dependendo do dia da semana, a manifestação pode ser realizada em outra data.

fossem além, debatidas com os movimentos e a sociedade e que não fossem definidas só nos gabinetes.

Este não foi o primeiro eixo, antes passou por reforma urbana e cidadania, entre outros. Queríamos encontrar um ponto central para nortear a atuação da entidade, a reforma urbana restringia, pois os outros movimentos, como o de mulheres, criança e adolescentes e saúde não tinham esta discussão da reforma urbana. Este eixo caracterizava a entidade mais com a luta de moradia. Após discussão no interior da entidade e nos congressos, decidiu-se que o eixo melhor seria o de políticas públicas com participação popular, principalmente pelo período de enfrentamento com o projeto neoliberal, que visa à destruição das políticas públicas, diminuição do papel do Estado. Achamos importante reafirmar esse caráter das políticas públicas universais e com participação popular, que quer dizer que além da nossa luta ser por políticas públicas que elas fossem debatidas com os movimentos e sociedade e que não fossem definidas só nos gabinetes, por isso o eixo. (Entrevista realizada em 2003)³¹

Em 2003, na tese do 3º Congresso, momento em que a CMP refletiu sobre o eixo e também fez um balanço dos dez anos de atuação da entidade, houve destaque para um dos eixos que careceria ser avaliado, o da participação popular. Não estava definido qual seria o tipo de participação e a organização pelos quais a CMP deveria se pautar. Se nas instâncias dos governos, nos diversos conselhos, ou participação nas atividades gerais. Em entusiásticas discussões, o debate girou em torno dos resultados da participação.

A indagação era sobre quais eram os avanços que a participação trouxera para os movimentos e em específico para a CMP. Quais as conquistas efetivas? Havia dúvidas se, ao compor os conselhos e todas as instâncias criadas pelos governos federal, estaduais e municipais, a participação não extrairia do movimento sua principal característica - que o difere principalmente das ONGs -, ou seja, uma articulação de movimentos que têm o papel de aglutinar as lutas, mobilizar e reivindicar, podendo muitas vezes ficar com o seu valioso tempo ocupado com esse tipo de participação.

Participação que, às vezes, não garante o respeito pelas conquistas, pois as principais decisões já foram tomadas no âmbito macroeconômico, que determina a destinação dos recursos, cabendo aos movimentos que participam apenas discutirem e, muitas vezes, se dividirem. Expressadas as preocupações e feitas as reflexões, o eixo de luta se manteve o mesmo até o presente momento.

³¹ BONFIM, Raimundo. **Os dez anos da central de movimentos populares**. Trabalho de conclusão de curso. São Paulo, 2003. Entrevista concedida a Francisca Genilce Gomes.

Nessas quase duas décadas de existência, a CMP têm atuado com outros atores da sociedade na implantação dos fóruns, conselhos, conferências, etc. Esses espaços têm representado uma arena para a elaboração, reivindicação e controle das políticas públicas. São instrumentos de articulação, mobilização e participação, que tem aumentado a capacidade de negociar propostas entre os diversos atores envolvidos, de conquista da sociedade que se mobilizou para criá-los, e mais um canal de diálogo entre atores da sociedade civil e os governos dispostos a desenvolver uma nova forma democrática de governar.

Na CMP, a polêmica é constante, quando o tema é a participação. Dito enfatiza que, como orientação para a política nacional, a CMP defende a participação nos conselhos, fóruns e conferências. Para ele, “nós que fazemos a luta pela política pública devemos participar”. Já alguns setores acreditam que a participação nos conselhos seria apenas uma forma de democratizar o Estado capitalista. A opinião contrária é defendida pelos que pensam que a atuação nesses espaços seria uma forma de luta pela transparência. O consenso ocorre na avaliação de que os conselhos não são suficientes, menos ainda um fim em si mesmo. O dirigente assim se expressa:

o entendimento é de que se não tiver o povo na rua fazendo mobilização... o conselho é bom para fazer pactuação mais ampla no campo das políticas públicas e das mais específicas, tudo bem... Mas para além da discussão dos conselhos, temos que por o povo nas ruas, organizar na base, fazer a luta social, os enfrentamentos, as marchas, as ocupações, isso é para além dos conselhos, essa já é uma posição hegemônica dentro da CMP.

Contudo, persiste o debate interno sobre a participação nos conselhos, fóruns e conferências³², o que tem sido motivo de divergência interna, segundo Dito:

tem gente que diverge radicalmente, pois acha que esse não é o caminho. Defendo a participação em alguns conselhos que são estratégicos. Evidente que a Central não pode ficar perdendo tempo em participar de todos os conselhos senão perde seu tempo na institucionalidade, agora alguns são importantes, mas não é o fim em si mesmo. Isso não resume nossa luta, nossa participação. Sou de uma visão em pouco mais eclética.

³² Notícia veiculada no jornal *Folha de S. Paulo* (Brasil A5), em 2 de janeiro de 2010, informa que, durante as duas gestões do governo Luis Inácio Lula da Silva, aconteceram 60 conferências das 101 já realizadas, contra 21 registradas no governo Fernando Henrique Cardoso.

Percebemos preocupação constante a respeito da participação, que a princípio seria uma proposta de democratizar o Estado, tornar-se uma forma de engessar os movimentos com discussões sem fim e votações. Aprofundar o significado dessas experiências participativas é atentar para o projeto político e o papel do Estado em determinadas conjunturas em que ficam circunspetos a garantir a ordem da classe dominante e não têm condições precípuas de um Estado promovedor do bem-estar para todos.

Esse enfoque fica mais intenso sob o neoliberalismo, uma vez que os governos priorizam o cumprimento de acordos que garantam o pagamento de dívidas, investidores e especuladores, embora no discurso afirmem que farão mudanças e investimentos nas áreas sociais. Uma confluência perversa.

Nogueira (2003) lembra que:

Parte expressiva do aparato categorial típico do processo histórico da democratização (tal como democracia, participação, reforma, desenvolvimento, justiça social) foi capturado pelo discurso conservador e por ele assimilada. Já não se sabe bem a que se refere quando se empregam estas expressões, que acabaram por serem sugadas pelos circuitos da reprodução midiática da hegemonia; já não se consegue estabelecer com facilidade contra quem se combate. Por fim, para complicar ainda mais o processo, esvaziou-se o campo das utopias, das apostas em determinados desenhos de futuro, no qual e com o qual seria mais fácil fixar proposições alternativas ao discurso do sistema (p. 31).

2.3 Princípios e Filiação

De acordo com os documentos e cartilhas pesquisados, a CMP se define como entidade de articulação de movimentos populares. Não substitui, mas apoia e reforça suas lutas específicas; propõe e difunde a importância das várias questões para o conjunto do movimento. O que se dá a partir de um ponto de vista transformador, que aponta para um novo modelo de sociedade, fundada na igualdade, no cooperativismo, na autogestão e na liberdade de criação cultural.

A Central tem como objetivo construir um projeto popular alternativo, rumo ao socialismo, organizando e mobilizando os movimentos populares no combate ao projeto

neoliberal, tornando-se uma referência nas lutas por políticas públicas com participação popular.

Os movimentos sociais populares são um dos instrumentos que a sociedade tem para lutar por seus interesses em relação ao Estado, especialmente no Brasil, um país em que há pouco espaço nas decisões políticas, econômicas e sociais dos governos, já que os canais criados para isso às vezes tornam-se inoperantes, ilegítimos e não representativos. Nesse cenário, os movimentos sociais populares têm se constituído como força e energia que agitam e influenciam os acontecimentos da nação. Sem a luta dos movimentos populares, a história do Brasil poderia ser outra.

A CMP é um polo que aglutina os setores dos movimentos populares com uma identidade comum de práticas e concepções. São aqueles movimentos que participam da implementação de um projeto democrático de sociedade, que buscam superar as opressões econômicas, políticas e culturais. Para isso, a CMP pretende contribuir na qualificação desses movimentos como sujeitos políticos democráticos e autônomos, que ocupem o papel de mobilização, de pressão e de interlocução com o Estado e outras esferas da vida nacional, construindo e propondo, disputando e controlando a gestão de políticas públicas coerentes com o projeto de sociedade que defende.

Silva (2003) afirma que os movimentos populares podem exigir políticas estatais, sem que isso venha necessariamente a interferir em suas formas de organização interna. No entanto, não significa defender a democracia como valor universal, acreditando que, paulatinamente, se pode transformar o Estado capitalista. Pelo contrário, as lutas sociais e o incremento da participação política encaminhada pelos movimentos populares, podem, em tese, figurar como um processo que aponte os limites estruturais do Estado capitalista. Obviamente, em termos concretos, isso passa pela composição social do movimento, por suas formas de organização e de luta, por seu perfil político-ideológico e pela correlação de forças em cada conjuntura.

A CMP estabelece alguns princípios básicos para os movimentos que fazem parte da entidade e para os novos movimentos que quiserem aderir à sua proposta. Dentre os quais:

- Devem se tornar sujeitos de uma nova cultura social e política, com base na solidariedade e na fraternidade.
- Ter autonomia, ou não estarem submetidos a partidos políticos, sindicatos, igrejas, órgãos públicos, grupos políticos, econômicos ou de assessoria; o que não significa ausência de relações com parceiros, aliados, adversários e, até mesmo, com setores “não organizados”, mas tendo em vista que o poder de decisão deve estar nas mãos dos próprios movimentos.
- Vivenciar a democracia, assegurar a todos os seus membros o acesso às informações, aos debates, bem como o direito de participarem das decisões e de realizarem suas atividades.
- Garantir o respeito às decisões internas, à pluralidade cultural e à forma de organização de cada movimento.
- Lutar pelos direitos das classes populares, de forma a contribuir para a construção de uma sociedade sem opressão econômica, política ou cultural.

Além disso, esses movimentos devem possuir outras características como ser de base, ou seja, ter um trabalho organizado capaz de qualificar sua participação na luta coletiva e evitar o distanciamento entre a direção e seus componentes. Ser de massa, o que significa que não podem se reduzir a um pequeno número de pessoas, mas buscar envolver o máximo de interessados a fim de fortalecer a luta popular.

A questão central explicitada nessa lista de princípios é a tentativa de evitar a cooptação dos movimentos sociais, uma vez que, muitas vezes, a participação dos cidadãos pode produzir ambivalências, como explicita Gohn (2001):

(...) cidadãos ativos, no sentido de politizados, com visão crítica da realidade, conhecedores dos problemas que o circundam com compreensão sobre as causas e as origens desses problemas, ou simples tarefeiros, que executam ‘missões,(...) personalistas e individualistas, distante do sentido público, reproduzindo éticas e culturas que (...) só contribuem para corroer ainda mais a já desgastada credibilidade dos órgãos públicos. (p.44)

Indagados sobre os critérios atuais para entrar na CMP, os dirigentes não citaram a Carta de Princípios, porém, outras informações surgiram tais como: “Cada direção tem uma metodologia”. Ou então, agora “vamos debater uma nova política de critério a partir das regionais”. Percebemos que a filiação dos movimentos organizados acontece das mais diversas formas.

Dentre os critérios, destacam-se ainda a responsabilidade e a participação, ou seja, as pessoas precisam fazer parte de algum movimento organizado e/ou de movimentos locais. Não é possível participar da CMP de forma individual. Paulo Cohen explicita o caráter coletivo da filiação já que, para ele, “ninguém é dirigente de si mesmo”. O dirigente tem de estar ligado a um grupo, fazer parte de um coletivo em debate. Então, “se você não faz essa ponte, essa interligação, não tem lógica”.

Inovando com uma proposta de filiação, a CMP-SP³³, a partir do 4º Congresso (2007), passou a fazê-la por escrito, após avaliar e aprovar os dirigentes. Os critérios valem para os movimentos que já integram e para aqueles que pretendem ingressar. Ao filiar-se, o movimento compromete-se com os objetivos da entidade e passa a contribuir financeiramente.³⁴

A filiação reforça a responsabilidade dos movimentos para com a CMP e vice-versa. Os movimentos, em sua maioria, desenvolvem lutas específicas, o que dificulta a articulação das lutas gerais. Por isso, o principal objetivo da CMP é articulá-los para que passem a atuar também nas lutas comuns.

Segundo Bonfim, é possível se filiar a qualquer momento. A CMP estabelece alguns princípios, entre eles, que o movimento tenha compromisso democrático popular de esquerda,

³³ A CMP nacional não possui sede própria, por isso, a nova direção alugou com recursos de parceiros um escritório, em Brasília. Por muito tempo, a sede esteve no mesmo espaço da CMP/SP, na Rua Fiação da Saúde, 335, próximo do metrô Saúde. A estadual é proprietária da sede, adquirida por meio de doação da entidade não governamental E-Changer (Suíça). A CMP/SP tem características específicas de entidade localizada geograficamente numa metrópole e, em virtude disso, as atividades desenvolvidas têm visibilidade.

³⁴ A contribuição financeira em São Paulo não tem valor estipulado, mas função pedagógica de fazer com que os movimentos se responsabilizem pela entidade da qual fazem parte.

essa é uma das divergências com alguns parceiros que explicitam e não negam que qualquer entidade pode se filiar, basta requerer a filiação que automaticamente entra. Na CMP, temos critérios, avaliamos, tem que ser minimamente comprometido com a democracia, não pode estar vinculado às forças de direita e conservadoras.

A CMP não é um partido, é movimento popular, porém, no próprio ato da fundação, a CMP estabelecia que os grupos que pretende articular são aqueles comprometidos com a democracia e a construção do socialismo e de uma nova sociedade, e não podem estar vinculados à direita e ao pensamento conservador.

Na opinião de Valdelene, aceitar qualquer tipo de filiação é difícil. *Por exemplo, a inclusão de algum grupo da região Amazônica.*

Como aferir a afinidade programática sem referências? Com que critério? De quem é a indicação? Ela é política ou de interesse pessoal? Um pedido de filiação sem mínimas características e referências não passaria.

sempre fica um pé atrás, quem trouxe, porque trouxe, ainda mais agora no processo do Processo de Eleição Direta (PED)³⁵ do PT e as disputas que existem entre as forças [políticas] e as tendências, por exemplo. Eu não acataria, eu não sou do PT, mas não aprovaria a filiação pura e simplesmente porque a entidade chegou e pediu para entrar aqui. Se eu não conheço, não tenho uma referência, uma análise sobre a atuação - porque o discurso e a prática são duas coisas que nem sempre caminham juntas. Então, quem é? O que faz o movimento? É classista? Combativo? É de luta? Com que interesse quer entrar? Então, não é simples: 'vou entrar, estou aqui'. Alguns dirigentes, por interesses próprios, fazem isso, trazem as pessoas. Daqui a pouco, as pessoas estão participando e quando você vai ver, isso termina fragilizando a própria organização.

Bonfim explicita que há critérios mínimos, por exemplo, uma associação dirigida por pessoas vinculadas aos partidos conservadores não seria autorizada a ingressar na CMP.

Temos critérios mínimos para filiação. Mas a CMP não tem uma forma rígida como os partidos políticos e os sindicatos, às vezes tem grupos que participam e não são filiados³⁶. Em São Paulo estimulamos as entidades que já participam de fato há muito tempo da CMP a se filiarem, ou seja, formalizarem a participação.

³⁵ Processo de Eleição Direta do Partido dos Trabalhadores, que acontece desde 2001. No dia 22 de novembro de 2009, 518.912 petistas participaram da escolha dos dirigentes do partido.

Bonfim cita a experiência de São Paulo, em que, nas reuniões, as pessoas trazem as filiações. No caso específico do Estado, são grupos conhecidos e que participam de fato há muito tempo. O contato pode ser oriundo de uma entidade de determinado município que expresse desejo de participar. No entanto, tem que requerer e passar pela avaliação, um olhar político. Uma vez filiado, passa a participar das reuniões da CMP, com direito a voz, sem voto. Porém, para compor a direção, tem que ser eleito no Congresso, que é a instância máxima de deliberação.

Após anos de experimentação, a CMP propõe uma participação mais orgânica, com a preocupação de incentivar os movimentos a extrapolarem a luta local para as mais gerais. Visto que, muitas vezes, o movimento faz a luta local, no âmbito municipal, mas as decisões e as verbas para execução das propostas são tomadas em outros níveis – estadual ou federal –, a luta local é importante, mas sozinha é incapaz de se mover nas estruturas existentes. Assim, a CMP indica aos movimentos outro patamar de articulação e de mobilização. Eloísa Gabriel explica a necessidade de os movimentos agirem local e nacionalmente.

Há uma diluição e fragmentação dos movimentos populares, hoje, tem uma minoria de movimentos nacionais e a maioria atua localmente, principalmente no âmbito municipal. Os movimentos com políticas localizadas não fazem relação com a macro política e economia. Por exemplo, temos aqueles movimentos como os de saúde, que lutam pela implementação do posto de saúde no bairro x ou y, mas não liga esta luta às políticas do FMI e à política nacional de saúde. Não fazem este debate maior.

2.4 Bandeiras de Luta

Nos congressos, os participantes da CMP discutem temas que estão candentes na sociedade e trazem embutido um projeto político para o País. Os temas defendidos demarcam como deverá ser a atuação da entidade nos anos posteriores ao evento.

No que diz respeito aos temas da área econômica, numa conjuntura de muitos anos de inflação e dívida externa, por muito tempo, discutiu-se a ruptura do acordo com o FMI, e o não pagamento da dívida externa, seguida de auditoria, controle centralizado

do câmbio e outras medidas que interrompiam a retirada do dinheiro necessário para as políticas sociais; a suspensão e a revisão das privatizações; a anulação de todos os incentivos fiscais para as grandes empresas; a adoção de programas de incentivo às pequenas e médias empresas, vinculando-os à geração de emprego e renda; o aumento do salário mínimo; a indexação dos salários; a penalização das empresas que promovam demissões em massa.

No que concerne à área social, os temas giram em torno da ampliação dos gastos públicos com saúde, educação e habitação; investimento em programa para idosos, pessoas portadoras de necessidades especiais, crianças e adolescentes; defesa das reformas agrária e urbana, com medidas urgentes para acabar com o latifúndio e a especulação imobiliária; e como forma de gerar empregos e aumentar a produção de alimentos, garantindo que todas as pessoas tenham acesso à moradia digna.

Além disso, a demarcação das terras indígenas e remanescentes de quilombos; a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) público, gratuito, de qualidade, descentralizado e com controle social; a defesa e o incentivo às práticas medicinais populares; a implementação de políticas específicas para as crianças e adolescentes; de Programas de Atendimento Integral à Saúde da Mulher (PAISM); a não discriminação das mulheres, negros e negras, e homossexuais; a defesa da preservação da natureza, o desenvolvimento integrado e ecologicamente sustentado, a gestão adequada dos recursos naturais; e um plano habitacional para as áreas de mananciais e de proteção ambiental, respeitando o ser humano; e, por fim, a democratização dos meios de comunicação e total apoio aos movimentos das rádios comunitárias.

Dito elenca os temas atuais e aponta que, indubitavelmente, os principais temas e eixos de trabalho são a moradia, a habitação e a reforma urbana. Entretanto, a CMP não atua apenas nessa área. Há ações de saúde, sendo esse um espaço significativo.

Temos inclusive assento no Conselho Nacional da Saúde (CNS) e das Cidades³⁷. Atuamos em outras áreas, como na defesa das mulheres, participando na Marcha Mundial das Mulheres e na organização do [ato do] dia 8 de março.

³⁷ Representantes da CMP. **Titulares:** Usânia Aparecida Gomes, Valdelene Verônica Lima, Julieta Aparecida Tolentino de Abraão, Antônia de Pádua. **Suplentes:** Tiguça Barbosa Santos, Marcelo Braga Edmundo, Leonel Pacheco Ernesto, Paulo Ruben Nascimento Cohen.

As três áreas em que a CMP está mais articulada e organizada são saúde, direito das mulheres, e reforma urbana. Além dessas, as áreas da criança e do adolescente, e da juventude, além do combate ao racismo. O setorial de saúde e combate ao racismo vem se rearticulando a partir do 4º Congresso.

2.5 Principais Atividades Nacionais Desenvolvidas entre 1990-2000

Nos congressos, após o debate dos temas, são planejadas as atividades ³⁸necessárias para conquistar tais reivindicações. Entre as atividades, destacam-se:

Manifestação do Dia Internacional das Mulheres – É realizada no dia 8 de março e abre o ano para as mobilizações. Nessa atividade, a CMP é parceira e se articula com diversas entidades feministas, como a Sempre Viva Organização Feminista (SOF), por exemplo.

Grito dos Excluídos – Acontece todos os anos, no dia 7 de setembro, mesma data em que se comemora a Independência do Brasil. Organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em parceria com outras entidades, como a CUT, a CMP, o MST, o evento é realizado desde 1995 e tem por objetivo denunciar a exclusão social e cobrar providências do governo. A CMP foi uma das principais articuladoras da comemoração no período em que foi decidido realizar manifestações em outros lugares que não apenas a Basílica localizada no Município de Aparecida do Norte (SP).

Conferência Internacional da ONU (Habitat II) – Aconteceu em Istambul, na Turquia, em 1996. Nela, foi discutida a questão da habitação no mundo.

³⁸ Mais detalhes sobre as atividades da CMP consultar: CARVALHO, Sônia Regina Ribeiro. **A central de movimentos populares e o processo brasileiro de democratização: uma trajetória em construção-1993-2003**. Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2007.

Marcha Nacional Reforma Agrária, Emprego e Justiça – Organizada pelo MST, chegou à capital federal quando completava um ano do massacre dos sem-terra, ocorrido em abril de 1996, em Eldorado dos Carajás (PA). Na chegada, houve apoio de pelo menos 60 mil pessoas de outros movimentos, sindicatos e partidos de oposição ao governo FHC.

Atividade do Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania – Aos gritos alternados de "Fora" e "Basta de FHC", em defesa do *impeachment* e até da renúncia do presidente Fernando Henrique Cardoso, partidos de oposição e entidades da sociedade civil promoveram, em agosto de 1999, a maior manifestação contra o governo, em quase cinco anos, organizada por entidades e partidos de oposição. Contou com representantes das entidades que integravam o Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania, como o próprio MST, a CUT, a CMP e as pastorais sociais da CNBB. A principal reação do presidente e de seus assessores foi classificar os manifestantes de “sem-rumo e golpistas”.

VI Encontro da Frente Continental de Organizações Comunales (FCOC) – Realizado em outubro de 1997, em Porto Alegre (RS).

Campanha do Tribunal da Dívida Externa – Teve início no plano internacional, pedindo a revisão radical das dívidas externas de países pobres e ganhou muitos adeptos. Imbuído desse propósito, o próprio papa João Paulo 2^o, seguindo a tradição cristã do perdão sistemático das dívidas, lançou a campanha Jubileu 2000. No Brasil, várias entidades, como a CNBB, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), a Cáritas, o MST, a CMP e o Instituto dos Advogados do Brasil (IAB) promoveram campanha para julgar política, econômica e eticamente esses débitos.

Movimento Brasil: 500 anos – de Resistência Indígena, Negra e Popular – As atividades foram realizadas em abril de 2000, em contraposição às comemorações oficiais dos 500 anos de descobrimento do Brasil. A principal articulação de luta contra a história oficial do “descobrimento” e da história dos 500 anos, o movimento divulgou um manifesto no qual afirma fazer “uma leitura da nossa história a partir de um lugar

bem definido, o dos que sofreram e lutaram contra a espoliação colonial e a exploração de classe, dos condenados da terra, das periferias das cidades e da história oficial”.

Depois de lembrar que os povos indígenas vêm sofrendo um processo de extermínio ao longo de cinco séculos e que os povos africanos viveram neste país a afronta de um sistema de produção já condenado pela história, o documento fala dos setores populares, “protagonistas maiores da nossa recente luta contra a ditadura militar e contra a implantação entre nós do modelo neoliberal”.

Nosso movimento, afirma,

pretende celebrar as vitórias e conquistas ao longo dos séculos, através das lutas coletivas, através das iniciativas populares, plenas de heróis anônimos, que nunca terão seus nomes inscritos nos livros de história; vamos celebrar sim, as vitórias que nos custaram tanto sangue e tantos mártires, tanto sofrimento e esperança nos corações de gente que nada tinha para lutar, senão sua fé num mundo menos desumano.

Consta ainda que:

no marco destes 500 anos, vamos celebrar também o futuro, pois somos herdeiros de um passado de resistência e luta, trazemos a certeza de que, apesar de tantas desigualdades e injustiças que permanecem, construiremos uma sociedade livre e justa, marcada pela igualdade e pela fraternidade, sociedade sonhada que tanto buscamos e que tantos buscaram antes de nós.

Plebiscito Nacional sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e sobre a implantação de uma base aérea americana no território de Alcântara (MA)

– A campanha teve como metas retirar o Brasil das negociações da Alca, barrar sua entrada no Brasil e no continente e conservar a base de Alcântara sob o controle nacional.

Foi realizado em todos os 27 Estados da Federação, em quase 4 mil municípios, e envolveu centenas de organizações populares, movimentos sociais do campo e da cidade, igrejas, sindicatos, federações sindicais, entidades estudantis, movimentos de mulheres, associações profissionais, ONGs e partidos políticos. Desde o início, incontáveis debates públicos foram promovidos em todo o País, durante os quais a população foi informada sobre as propostas da Alca e sobre Alcântara e convidada a

se manifestar livremente no Plebiscito realizado na Semana da Pátria, de 1^o a 7 de setembro de 2000.

No último dia de votação, foi celebrado o Grito dos Excluídos, com manifestações massivas sob o lema Soberania não se Negocia. O plebiscito teve 10.149.542 votantes, sendo que, do total, 98% - 9.979.964 pessoas -, disseram não à assinatura do acordo com a Alca. Entre os votantes, apenas 1% - 113.643 mil votantes - manifestaram-se a favor da adesão do Brasil ao bloco econômico defendido pelos Estados Unidos.³⁹

Dia Nacional de Luta por Políticas Públicas com Participação Popular –
Comemorado em 31 de maio, está dentre as datas importantes para a CMP.

Nos anos 1990, a CMP atuou em parceria com outras entidades e movimentos sociais, e embora cada uma desenvolvesse a sua luta específica, estavam juntas nas grandes mobilizações. Com a formação do Fórum Nacional de Lutas⁴⁰, foram várias as atividades, como a marcha dos Cem Mil e o Abra o Olho Brasil.⁴¹ As organizações parceiras que participaram no período foram o MST, a CUT, as Pastorais Sociais da Igreja Católica, os partidos de esquerda e a SOF, entre outras.

³⁹ Disponível em: www.pime.org.br/noticias/noticiasbrasil48.htm. Acesso em: 1^o fev. 2010.

⁴⁰ Entre os dias 2 e 4 de abril, foi realizada em Brasília a Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Emprego e da Cidadania, dando origem ao Fórum Nacional de Lutas. No dia 17 de abril, aconteceu o Dia Nacional de Lutas, marcado por manifestações, paralisações e um ato em Brasília com mais de 50 mil pessoas. (Disponível em: www.cut.org.br/content/view/13217/309/. Acesso em: 1^o fev. 2010.

⁴¹ Já existe estreita parceria do MST com a CMP. Ambos realizaram a marcha de 25 de julho, que culminou em manifestação na Avenida Paulista, a principal de São Paulo (ALMEIDA, SANCHES. Lutas Sociais n^o 5 pág.89).

CAPÍTULO III

A CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES NA PERCEPÇÃO DE SEUS DIRIGENTES - REFLETINDO AS MUDANÇAS

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.

Fernando Pessoa

Dando continuidade às ideias expostas anteriormente, este estudo se concretiza com a pesquisa de campo e a sistematização e análise dos dados e conteúdo coletados, tendo em vista o nosso objeto de estudo. Estrutturamos esta análise, a partir das respostas dos sujeitos da pesquisa, nos seguintes tópicos:

- A CMP hoje;
- Parcerias e assessorias;
- Organização e articulação nos Estados;
- Mobilização;
- Projeto político e mudança social;
- A base da CMP;
- Os congressos e a composição da direção.

3.1 A CMP Hoje

Neste ano de 2010, a CMP completará 17 anos. No período, ocorreram mudanças nos cenários político, social e econômico mundiais e nacionais. Tais transformações afetaram e afetam a CMP. Assim, buscou-se conhecer, a partir da pesquisa realizada, o que é a CMP hoje; quais são os temas em questão; como está a organização e a articulação nos Estados; como é a relação da esfera nacional com as estaduais; em torno de que tem se mobilizado; quais são as mudanças no âmbito das

políticas sociais que conseguiu nesses anos de atuação; qual o projeto político que norteia suas ações; quem compõe a base, os congressos e a direção.

A sistematização dessas informações aproximou-nos da questão que norteia nosso estudo.

Partimos da constatação de que uma das principais justificativas para a criação da CMP era superar a fragmentação dos movimentos sociais populares e organizá-los numa Central de Movimentos Populares. Indagamos, então, qual é o sentido dado à articulação por seus fundadores e dirigentes. E se há reconhecimento da CMP como articuladora dos movimentos sociais em torno do eixo de luta por políticas públicas com participação popular.

Carlão responde à nossa indagação sobre o que é a CMP hoje, confirmando que a entidade não é uma associação,

no meu ponto de vista, é um espaço de articulação e organização dos movimentos populares, nasceu para cumprir esse papel de ser um espaço de organizar os movimentos populares do País. Sem ter o papel de ser uma entidade associativa ou social.

Dito salienta que a CMP é uma articulação de entidades que atuam nas diversas áreas das políticas públicas no Brasil com caráter nacional e presença em vários Estados e em todas as regiões, articulando as organizações que reivindicam direitos na área da saúde; das mulheres excluídas; no movimento negro; das pessoas que sofrem discriminação racial e são moradoras das periferias das cidades; das que sofrem violação dos seus direitos por causa da opção ou orientação sexual. Atua, também, com outros grupos e movimentos de excluídos nas cidades, aqueles que lutam pela moradia nos bairros e os que moram em áreas atingidas por enchentes, e nas situações em que as pessoas estão sofrendo alguma violação.

Na perspectiva de que as lutas possam se transformar em leis, o advogado Dito destaca que a entidade atua e tenta articular essas lutas específicas e o seu papel tem sido, nesses anos todos, dar um caráter mais amplo do que aquela atuação local da comunidade. Busca, também, orientar as pessoas para que elas possam batalhar por questões mais abrangentes, por que os direitos específicos são importantes e devem ser

exigidos, mas é preciso conquistar um conjunto de políticas públicas que garantam esses direitos.

Se possível, consolidá-los em legislações e marcos regulatórios, em processos que fiquem concretizados como políticas não temporárias desse ou daquele governo, do município, do Estado ou do governo federal, mas que seja política de Estado e fique permanentemente nas legislações ou nos planos diretores locais ou nas constituições estaduais, legislações ou na Constituição Federal.

Exemplifica com as lutas realizadas pelo Estatuto da Igualdade Racial, pela conquista das mulheres, com a aprovação da Lei Maria da Penha⁴² e sua aplicação. Outra reivindicação importante é o Fundo Nacional de Moradia Popular e a chamada PEC da Moradia⁴³ para que seja destinado e vinculado dinheiro público ao orçamento para a moradia popular.

Para Miriam, a Central tem essa atribuição, essa natureza, de lutar e articular as lutas específicas para conseguir conquistas mais abrangentes.

Dito aponta que a particularidade é que a entidade não é um movimento, mas uma articulação de movimentos e há muita confusão sobre isso na CMP, e, inclusive,

os próprios parceiros nos tratam como se nós fôssemos movimento. E, na verdade, é uma entidade que articula os movimentos. Não é mais um movimento.

Ao destacar a particularidade de articuladora, Miriam acrescenta que a Central tem esse papel e essa característica a diferenciaria dos demais movimentos que tratam de um tema específico. *A CMP agrega, articula os vários segmentos para discutir política pública. Reúne toda essa situação que existe de procura, de conquista e de luta por direito.*

Dito problematiza a necessidade de uma CMP destacando, porém, que as pessoas têm uma visão corporativa das organizações, por exemplo:

⁴² O governo federal promulgou, em agosto de 2006, a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, criando mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

⁴³ O objetivo da emenda constitucional é garantir 2% do Orçamento da União e 1% dos governos estaduais, distritais e municipais para o investimento em moradia de interesse popular pelos próximos 30 anos ou até o fim do déficit habitacional, estimado atualmente em 8 milhões de domicílios. Calcula-se ainda que outros 12 milhões de domicílios sejam precários, no País. A ideia é tornar o programa Minha Casa, Minha Vida em uma política de Estado e não só do atual governo.

os metalúrgicos e bancários lutam para melhorar suas condições de trabalho. A ideia de criação da CMP, assim como foi a de criar a CUT, era para tentar aglutinar as lutas por questões mais amplas para que as conquistas beneficiassem o conjunto dos trabalhadores.

Reconstruindo a história, o dirigente acrescenta que a matriz da CMP é a mesma da CUT, já que ambas foram gestadas na Anampos. Essa utopia de articular os movimentos vem desde o final dos anos 1970 e começo da década de 1980, quando esse processo formou um tripé que inclui a CMP, como afirma o Frei Betto. Nesse cenário, o papel da CMP seria organizar os movimentos populares, do mesmo modo como a CUT faz com o de trabalhadores e o MST no contexto rural. Essa era a meta e o objetivo quando a Central foi pensada.

Contudo, na opinião de Dito, organizar o movimento popular é diferente de organizar os trabalhadores no campo, igualmente como organizar nos locais de trabalho e na fábrica. *Organizar nos locais de moradia é diferente, lembrando o ditado, provérbio antigo ‘quem mora trabalha e quem trabalha mora’.*

Segundo Dito,

parece uma bobagem falar disso mas, às vezes, os trabalhadores não conseguem fazer uma ligação com o seu local de moradia, têm dificuldade para chegar de ônibus no seu local de trabalho, entretanto, entendem que é mais importante fazer a luta sindical, do que fazer a luta no bairro e na comunidade para mudar sua condição de moradia e de transporte. Às vezes, tem militância no sindicato mas não atua no bairro.

Ressaltando a importância da CMP, Dito sublinha que a entidade é importante para que as comunidades se fortaleçam nos seus locais de moradia, no seu território, porque a tendência dos movimentos e das pessoas é sempre defender o específico, sua corporação e fragmentar a luta, e explica:

Quer melhorar a condição de moradia, então, só fica lutando pela casa. Não consegue entender que para melhorar a casa precisa melhorar o transporte, senão não adianta ter a casa e não ter acesso adequado a ela. Às vezes, o trabalhador chega em sua casa e não tem vontade de ficar ou então vai dormir, pois no outro dia tem que sair cedo para trabalhar. A pessoa nem curte a moradia. Tem que pensar a moradia, o local, espaço e território como um todo em que é importante ter a casa, o transporte, o posto de saúde. Pensar com um todo.

Contribuindo para a discussão, Miriam destaca que a CMP é um espaço para os militantes dos vários movimentos ampliarem seu campo de conhecimento para além da atuação específica.

Eu milito no movimento social de moradia, que é filiado à União de Luta por Moradia, de caráter nacional, no entanto, que discute a questão habitacional. Na CMP, eu tenho a visão ampla da política geral, na cidade e no Estado, assim como do País como um todo.

Para ela, na Central existe a possibilidade e as condições de discutir todas as outras políticas. E, ao retornar para o movimento específico,

discuto a moradia como um todo numa cidade que comporta a todos, dentro da acessibilidade e da cidade de direito em que tenhamos todas as nossas necessidades supridas. A Central cumpre como articuladora desse papel e só a CMP propicia isso.

Bonfim acrescenta que o caráter, o papel e a finalidade continuam sendo os mesmos desde a fundação (*na verdade, nós não estamos dando conta*). Esses são os objetivos. Para entender porque, até agora, não foi possível consolidar tais objetivos, seria necessário um processo avaliativo das dificuldades conjunturais pelo quais passam os movimentos, assim como as crises das esquerdas como um todo.

Nós estamos inseridos neste contexto, o fato de termos um governo de esquerda, avaliar esse conjunto de fatores daria uma outra discussão e debate sobre a situação de como estão os movimentos sociais. No entanto, a finalidade e o objetivo continuam os mesmos.

3.2 As Parcerias e as Assessorias

Nos últimos anos, a CMP não atuou, no plano nacional, no enfrentamento e na oposição, concentrando-se nos Estados e nas mobilizações da moradia. Para Carlão, a CMP perdeu a capacidade de articulação, neste momento. Ela se dá de acordo com as demandas apresentadas.

Essa dificuldade, pondera, é porque perdeu a capacidade de estabelecer parcerias com entidades que pudessem ajudar na sua estruturação e formação. A falta de um projeto político, junto com outros fatos, o fazem advogar que a CMP mudou seu projeto político original, o que tem dificultado a relação com outras instituições. A

contradição vivida neste momento se dá em função da mudança do seu perfil e de vários de seus dirigentes. E explica: *A CMP tem sofrido com isso e tido muita dificuldade de se relacionar com outras entidades e movimentos que foram fundamentais nos primeiros anos.*

Em relação às parcerias, os relatos indicam que se constituem em auxílios para publicações e para as mobilizações de luta, ou pela cessão de locais para encontros e reuniões. Cada vez mais, escasseiam as contribuições financeiras, que são feitas em alguns momentos e para determinados eventos.

Para Valdelene, a inófia de recurso se explica pelas limitações atuais, pois, anteriormente *nós tínhamos isso claro, evidente, traçado, a questão da cooperação, hoje estamos rearticulando essas organizações para ajudar nesse novo cenário da CMP, auxiliar até a recuperar essas fragilidades que temos.*

Bonfim analisa por outro ângulo a mudança com relação a antigos parceiros, ressaltando que, com a vitória do governo Lula, as parcerias mudaram. Houve uma reviravolta. *Uma das nossas parcerias como, por exemplo, a CUT que era muito próxima e do campo da esquerda, hoje compõem até com a força sindical, nós não concordamos com este tipo de aliança.*

A parceria que era mais num campo (de esquerda) antes do governo Lula, com a vitória, a configuração das parcerias ficou mais complicada e complexa.

Algumas vezes nos recusamos a participar de atividades com algumas dessas parcerias por causa deste tipo de aliança. Atualmente, o jogo político desconfigurou as parcerias e, felizmente, como a CMP mantém e delimita os campos de articulação de parcerias, nós tentamos lidar com essa realidade.

Acrescenta que, nessa nova conjuntura política, as antigas parceiras fazem articulação e compõem, em nome da governabilidade, com as mais diversas forças o que as tornam impossíveis. Inviabilizando mobilizações e articulações.

As articulações, segundo Dito, no momento se dão no campo do movimento popular. Sem os antigos parceiros, hoje a CMP tem feito articulação com três entidades

nacionais, todas ligadas à luta por moradia, são elas: a Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), o Movimento Nacional de moradia, e a União⁴⁴.

Outra articulação é a filiação ao FNRU, uma rede nacional que inclui sindicatos, ONGs e movimentos populares que atuam na luta pela reforma urbana. Há composição na Coordenação dos Movimentos Sociais, uma rede com um caráter de luta e de organização mais amplo, onde estão as centrais sindicais, a UNE, a Conam, o MST e outras organizações. Além dessas, há ainda o Grito dos Excluídos, ligado à Igreja Católica progressista. Resumindo, a participação acontece em três amplas redes nacionais, formal, política e organicamente. São elas, o Grito dos Excluídos, o FNRU a CMS. Outras redes, como a parceria com a Assembleia Popular⁴⁵, acontecem com divergências de alguns dirigentes, que são contra a participação da CMP.

Já houve articulações internacionais como, por exemplo, com a Fecoc. Mas hoje inexistem qualquer articulação internacional.

3.3 Organização e Articulação nos Estados

São duas as formas de relação da CMP na esfera nacional e com as estaduais. Essas foram estabelecidas desde o 3º Congresso (2003). Em cada uma delas, a esfera estadual deveria escolher duas pessoas para fazer parte do conselho político nacional⁴⁶. Essa forma de organização é avaliada como ainda precária, porém constitui-se em uma tentativa de fazer aproximações das pautas estaduais com as pautas e agendas no nível nacional.

Outra possibilidade de relação é a que acontece por meio das orientações da coordenação nacional para as agendas gerais e amplas, por exemplo, quando há um processo de mobilização, como o Grito dos Excluídos, ou o 31 de Maio. São estabelecidas, então, orientações para que as CMPs se envolvam. Para Dito, essas

⁴⁴ Única filiada à CMP, é uma entidade que organiza os movimentos de moradia nacionalmente; as demais são parceiras na luta pela reforma urbana e por políticas mais amplas.

⁴⁵ A Assembleia Popular vem de um processo amplo de articulação e organização de várias campanhas, redes e movimentos sociais no Brasil. Virou prática em várias cidades e Estados do País desde 2005, a partir da realização da 1ª Assembleia Popular Nacional com participação de 8 mil pessoas que representavam todos os Estados, entidades, movimentos sociais e pastorais de todo o Brasil.

⁴⁶ Em 2009, houve um seminário nacional do conselho político e da direção, nos dias 8 e 9 de maio.

formas seriam insuficientes, pois *o importante, é saber que se não tiver CMPs organizadas é muito difícil que a entidade sobreviva e se mantenha na sua estrutura.*

Valdelene, por sua vez, entende que toda a fragilidade está no campo da organização. *Uma vez organizada ela (a atuação da entidade) volta, porque os militantes são muito apaixonados. A partir do momento que conseguirmos fazer com que esse desafio se implemente, as coisas voltam a ser o que era antes.*

Com um olhar esperançoso sobre os tempos vindouros, Dito relata que, nesse momento, em vários Estados há uma retomada da CMP. Informa que, além de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, há outros Estados se reestruturando. Para ele, o 4º Congresso deu impulso para isso. Dentro desse espírito e do entendimento de que se vive um momento de dificuldade e de criminalização dos movimentos, *muitos dos que estão atuando nas ocupações e nos acampamentos sofrem com processos de perseguição e ameaças de prisão, são muitos os problemas hoje no Brasil em relação às lideranças dos movimentos populares.*

Continua sua reflexão, afirmando que *os movimentos sofrem a desqualificação das suas entidades, existe inclusive sites da ultra direita⁴⁷ contra a própria Central. Por trás dessa perseguição contra o MST, está também a perseguição contra o conjunto dos movimentos⁴⁸.*

Dito avalia que *esse é um movimento na sociedade: a criminalização e perseguição da pobreza. Vivemos um cerco da mídia burguesa, da direita e do Poder Judiciário.*

E propõe *discutir a mídia que joga na defesa do latifúndio e não diz a verdade, criminaliza os que fazem movimentos, passam uma visão deturpada do papel dos movimentos populares na sociedade. E nesse contexto a CMP está, também, no olho do furação desses conflitos.*

⁴⁷Disponível em:
brasilacimadetudo.lpchat.com/index.php?option=com_content&task=view&id=3289&Itemid=238-
 Acesso em: 1º fev. 2010

⁴⁸ Para exemplificar a criminalização dos movimentos, Dito discorre sobre dois casos: a CMP se posiciona contra a criminalização do aborto. Numa clínica no Mato Grosso, as mulheres pobres que se submeteram ao aborto foram criminalizadas e processadas, ao contrário das mulheres ricas que não o foram. Em São Paulo, um morador de rua, só porque trajava a camiseta do movimento da população de rua, foi preso pela guarda civil metropolitana.

Nos Estados, a articulação depende das estruturas política e financeira, do perfil das lideranças, da cultura política e do acúmulo de experiências. As informações fornecidas apontam que as articulações e parcerias, às vezes, acontecem por iniciativa de um ou outro dirigente. Por causa da limitada frequência nas reuniões, acaba-se utilizando a Internet para manter a comunicação entre a direção nacional e as estaduais.

Percebe-se, na CMP, um constante recomeçar. Os dirigentes manifestam insistentemente o desejo de rearticulação e cooperação. Com as dificuldades relatadas na alçada nacional, os Estados praticam agendas próprias e as articulações são variadas.

Valdelene analisa que a articulação acontece muito por iniciativa de um ou de outro dirigente. Com a limitada frequência, que é escassa nas reuniões da direção, acaba-se discutindo pouco.

isso de certa forma acomoda, então discute-se pouco, há falhas, a discussão e a elaboração da tática e da estratégia e dentro deste campo das limitações... Eu estou falando a verdade nua e crua, entendeu, não estou pintando nenhuma história para te falar isso. Muitas vezes existem iniciativas boas, inclusive, algumas nós acabamos jogando no ralo porque passou da conta, dos limites e forçou a política da unidade.

Outros motivos são alegados para a desmobilização: níveis de organização diferenciados em cada Estado, a falta de acompanhamento da direção, a falta de recursos financeiros, a impossibilidade de comunicação e de fazer a interligação. Vencer essas dificuldades continua se constituindo em um verdadeiro desafio.

Segundo Cohen, a CMP está organizada em aproximadamente 16 Estados, com níveis muito diferenciados. A justificativa apontada é a falta de acompanhamento da direção, *por não termos ninguém liberado, e não contarmos com uma estrutura que permita comunicação permanente da direção com os Estados e com os movimentos.*

Apesar de a CMP estar num conjunto de Estados, existe uma fragilidade, do ponto de vista dessa organização. Há tentativas de fazer um debate, de fortalecer as CMPs estaduais. Algumas têm estrutura maior do que a nacional e outras não têm quase nada. *Precisamos que isso esteja ligado a um projeto como um todo o que tem hoje é muita coisa solta, cada um segue o seu debate local.*

Com a particularidade de ter contribuído desde a Pró-Central e ter retornado após anos, Cohen acrescenta que hoje o papel do que precisa ser a CMP, do que *nós pensamos dela, se reduziu muito.*

Para ele, a tentativa é reconstruir o projeto inicial, que era trabalhar com a diversidade dos movimentos sociais existente no País, trabalhar num projeto estratégico de sociedade e não em um projeto menor.

A ideia sempre da CMP, pelo menos toda a história que eu comecei a discutir, apreender, entender e gostar, era justamente a de trabalhar com a diversidade. Hoje, precisamos fazer a autocrítica. Isso é uma das coisas que me motivou a retornar à CMP, depois de 13 anos longe da direção nacional: o desafio de voltar à origem, ampliar a articulação com outros movimentos sociais e fazer o debate da construção e unificação da diversidade dos movimentos sociais.

Nos Estados, a CMP tem participado de articulações com outros movimentos, mas esta não é uma política e um papel que todos os Estados cumprem. Segundo Carlão, nos Estados da federação em que a CMP conseguiu se manter organizada, há participação nos fóruns estaduais de luta, nas mobilizações, como, por exemplo, no Grito dos Excluídos, no 1º de Maio, e em outras tantas lutas que são feitas.

Explicitando que o perfil das estaduais se diferencia pela capacidade financeira e pelas parcerias e cultura política, Carlão exemplifica:

Mas isso acontece nos Estados em que a CMP conseguiu manter-se com uma estrutura paralela de apoio de mandatos ou de partido e da própria CUT. Nesses locais, tem conseguido uma participação, mas isso não é geral. São poucos os Estados em que se consegue esta participação. Nos demais, tem feito lutas específicas, como a da moradia, o que a deixa imobilizada do ponto de vista de seu papel fundamental que seria o de ser protagonista e articuladora principal dos movimentos nos Estados.

Comentando a relação entre a direção nacional e os Estados, Cohen argumenta que o debate se dá com a representação dos coordenadores dos Estados. E explica: *Todos os que estão na coordenação nacional são membros das coordenações estaduais. Se não, não há sentido. Foi a lógica do que foi discutido e debatido desde o início.*

Detalhes sobre a participação no Estado de origem são instrumentos para analisar com certo distanciamento entre a direção nacional e a coordenação dos Estados. Valdelene explica como é a sua presença no Estado.

No meu caso, eu sempre me preocupei muito com o acúmulo de tarefas que prejudica a política. Então, eu acho que os dirigentes nacionais têm que ter atividades pontuais nos Estados, um encontro, uma formação, numa direção que possa levar à contribuição da direção nacional.

Valdelene concorda que há ritmos diferenciados, vida própria e atividades específicas das CMPs em cada Estado.

Mas, ainda existe um pouco de falta de sintonia da política do Estado com o trabalho nacional. Eu acho que esse é um desafio dos últimos seis anos para cá. Mas tem avançado, agora mesmo tem esse seminário de negros e negras, seminário de saúde, agora tem a política de discussão de implementação das regionais. As regionais sempre foram instrumentos que contribuíram muito de passar as linhas gerais da direção para os Estados e regiões. Agora definimos a executiva, também os representantes das regionais e vamos fazer os encontros regionais.

Na análise de Bonfim, o que dificulta muito o papel da CMP é que as lideranças e os dirigentes são todos militantes não remunerados; não há membro da direção nacional ou estadual que receba qualquer remuneração, ou, ainda, que seja profissionalizado com dedicação integral. Esse fato se constituiu numa imensa dificuldade, posto que há custos para organizar, articular lutas e participar nas organizações. Para a sobrevivência, cada dirigente ou militante, exerce algum trabalho externamente à CMP. Alguns em gabinetes de parlamentares, outros em assessorias e, ainda, em outras entidades. Então, a representação, a presença nas lutas, nos despejos e nas reuniões fica prejudicada, já que *temos que vender a força de trabalho para sobreviver.*

Sobre o passado, Raimundo recorda: *já vivemos momentos em que havia dirigentes profissionalizados que cumpriam a tarefa de articular e estar presentes nos fóruns e representar a CMP⁴⁹.*

⁴⁹ Para Dito, essa é uma diferença com relação a outras entidades em que os partidos próximos ajudam financeiramente, ao contrário do que acontece com a CMP.

Dito crê que, uma vez articulada a entidade, *poderemos pensar uma política de finanças mais estruturada, já que a entidade passa por dificuldade. Constituímos uma tesouraria, estamos discutindo como vai funcionar essa parte de finanças da CMP.*

Para ele, *estamos num caminho melhor do que no passado, vamos ver pro futuro como vai ser. Temos que pensar o projeto e discutir com os parceiros para ver se a gente consegue lentamente restabelecer uma agenda de recursos⁵⁰ para a entidade.*

Valdelene adiciona às dificuldades relacionadas anteriormente, outra chave explicativa para a desarticulação nos Estados e nacionalmente. Segundo a dirigente, houve muita perda, não apenas na estrutura financeira, mas de pessoas importantes. Cita exemplos como Eloísa Gabriel, Raimundo Bonfim, Zé Geraldo, que eram quadros históricos.

O Zé Geraldo foi para o governo de Contagem (MG), perdemos Raimundo, que foi para o governo da Marta Suplicy, São Paulo (SP). Perdemos pessoas que eram importantes ou que continuam na CMP, mas que tiveram que resumir sua capacidade de articulação e mobilização, em função de questões pessoais, outros por conta de outros espaços de atuação específica. Então, isso foi um abalo em quem ficou.

A perda de dirigentes que assumiam o papel de articuladores significativos na organização é sentida, pois eles eram o elo de articulação com outros parceiros, além de terem acumulado conhecimento sobre o funcionamento da CMP. Eles saíram sem reproduzir o que aprenderam para os que ficaram. Para Valdelene, havia

apoios institucionais importantes. Perdemos esses apoios por falta de elo, pois tínhamos dirigentes que faziam essa política. Os principais saíram: Eloísa, Bonfim e Zé Albino eram os principais canais de articulação. Tinham dupla representação de ser dirigente da CMP e ser o principal dirigente do seu movimento, então perdeu-se um pouco da autonomia e dessa capacidade...

Para Cohen,

só será possível rearticular se tiver condições de unir e juntos construir uma direção política para o conjunto. Então, a dificuldade de não ter uma sede própria, de não ter logística, pessoa liberada, infraestrutura que permita fazer esse permanente diálogo mais próximo. Tem dificultado a continuidade.

⁵⁰ A CUT tem dado apoio financeiro, porém ainda não é o suficiente para pagar todas as despesas.

3.4 Mobilização

Percebemos pelos relatos anteriores que a atual agenda de mobilizações distancia-se da anterior. E inexistiu sistematização das atividades. No entanto, para nossa surpresa, ao pesquisarmos sobre a entidade em rápida busca na Internet verificamos a presença dos membros da Central nos mais diversos espaços políticos pelo Brasil afora.

Transcrevemos, a seguir, os relatos dos entrevistados sobre as atividades realizadas nos últimos anos. Há informações sobre seminários, formação política, reuniões da direção, cursos de formação. Algumas atividades acontecem concomitantemente com as reuniões realizadas pelos ministérios, principalmente os das Cidades e da Saúde. A explicação para essa coincidência é o aproveitamento do financiamento e a presença dos participantes das várias regiões. Carlão enfatiza como principal mobilização a Marcha para Brasília⁵¹(2005). *Jogamos um papel fundamental, tivemos uma concentração importante que culminou com o atendimento de seu pleito principal, que era a volta da construção de moradia de interesse social.*

A avaliação é que essa mobilização, embora numericamente não tenha sido tão expressiva, o foi em qualidade, pois marcou a principal articulação que a CMP já fez junto com outras entidades nacionais, o que ocasionou um retorno à preponderância em relação a outros movimentos. *Foram negociação e pressão para que nos pudessemos ter assentos nos principais conselhos nacionais, que são espaços em que se discutem políticas de habitação, combate ao racismo, saúde, etc. Essa pressão e mobilização junto aos órgãos federais ajudaram neste sentido e nós tivemos retorno.*

Outras atividades ligadas à organização interna da entidade, como o Congresso em Brasília e a formação e mobilização nos Estados. Também foram destaque, dentre outras, o seminário setorial de saúde, o movimento negro, as reuniões da coordenação e da executiva.

⁵¹ A Marcha Nacional da Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade aconteceu em 16 de agosto de 2005 e foi uma iniciativa dos movimentos sociais urbanos de âmbito nacional.

Para Valdelene, a principal atividade do último período foi o Congresso 2008, construído por dois anos - em face do adiamento do que estava agendado para o ano anterior. E sustenta: *Os outros são as lutas cotidianas.*

Com uma visão completa das atividades desenvolvidas pela entidade, Dito acrescenta que além do Dia de Luta por Políticas Públicas, a CMP participou no *processo da organização da Conferência Nacional das Cidades, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da moradia, e das atividades de caráter mais geral como a Marcha Mundial das Mulheres.*

Dito explica, ainda, que desde o 3º Congresso (2003), a articulação passou por períodos difíceis com relação a mobilizações expressivas, apostando, agora, na prioridade no processo de reorganização interna e de reestruturação. Nesse sentido, a CMP de São Paulo tem um papel significativo e simbólico, que se reflete nos outros Estados. Sua atuação tem trazido novos grupos, o que é avaliado como positivo. Para Dito, no momento

a CMP está apostando na reorganização e rearticulação interna, mas sem abrir mão das agendas mais gerais. Temos conseguido fazer as reuniões da direção nacional com muita dificuldade, mas tem acontecido e tem sido importante a questão da retomada da entidade.

Miriam, dirigente da CMP-SP e com o olhar voltado para essa realidade, ressalta que no Conselho de Habitação de São Paulo, a CMP não reivindicou participar diretamente, mas foi uma articuladora da conversa de composição dos movimentos. No Grupo de Trabalho que discute as Terras da União, a entidade tem representante. Dito acrescenta que, nacionalmente

nós orientamos para que as terras do governo sejam para o uso de interesse social. A CMP é, ainda, a representante e coordenadora das quatro entidades para que se construa o Fórum Urbano Mundial que se realizará no Rio de Janeiro neste ano (2010). Temos atuação [destacada] nessas áreas.

Diante do quadro tecido pelos entrevistados, indagamos qual é a capacidade de organização e mobilização da CMP em nível nacional.

Percebemos pelas falas que as características de mobilização dos anos 1990 estão em declínio. As justificativas são diversas: a mudança de relação e parcerias com outras entidades, a questão estrutural e financeira, a mudança do perfil dos movimentos

e das lideranças – hoje supostamente mais imediatistas –, além da perda da capacidade de fazer a luta e a resistência no mais longo prazo.

Avaliando as mudanças, Carlão explica que há uma diferença muito grande. Hoje a CMP tem uma capacidade

muita reduzida em relação à sua proposta inicial. Com a mudança da relação com outras entidades, como a CUT e o MST, se perdeu habilidade organizativa, devido a diversos problemas. Um deles é a questão estrutural financeira e a incapacidade de arrecadação, e outro foi a mudança do perfil que hoje é um perfil mais de luta imediata, perdeu a aptidão de formar, organizar e fazer da luta uma resistência mais a longo prazo. Então isso distorceu um pouco o objetivo inicial.

Um dos fatores acrescentados, além da autonomia financeira que limita a capacidade de ação, é o ingresso dos dirigentes nos quadros dos governos; não houve a reprodução de novos quadros.

Valdelene considera que a CMP tem muita capacidade de articulação, embora não tenha se transmitido na prática, porque esse é um dos desafios

em função da falta de autonomia financeira. Isso limita a capacidade de ação. Mas, quando eu entrei, ela tinha até uma capacidade maior de articulação e de mobilização, e essa crise financeira que está na CMP. Muitos dirigentes nossos, com a eleição do Lula e do crescimento do campo da esquerda, tornaram-se governo, então isso... E há tempos a CMP não fazia uma reprodução de novos quadros, então isso limitou um pouco nossa capacidade de ação, não apenas a questão financeira, mas o fato de não ter reproduzido quadros e ter perdido para alguns governos quadros importantes.

Carlão pondera que do ponto de vista da política acontecem duas grandes mobilizações: o Dia Nacional de Luta, que acontece no mês de maio, e com bastante dificuldade e com maior ou menor grau acontece a participação no Grito dos Excluídos, no qual vários Estados jogam peso.

Ele sente que há dificuldade de outras agendas políticas, por causa da conjuntura, mas acredita que as principais mobilizações estão acontecendo dentro dos movimentos, em maior parte por questões internas do que por orientação da entidade.

Como [no caso] da luta por Saúde, há seu espaço de mobilização e luta com frequência; a moradia tem feito luta específica e grandes mobilizações, mas sem a CMP jogar seu papel principal de ser a propulsora destas atividades. Então, a única data é no Dia Nacional de Luta, as demais a gente tem ido quando é chamado e ‘desafiado’ para outras lutas.

A propósito da mobilização, Cohen argumenta que, no nível local, ela ocorre permanentemente. Já as reuniões da direção nacional acontecem⁵², aproximadamente, bi ou trimestralmente, dadas as dificuldades financeiras e de logística:

Encontros ou movimentos dependem das ações e lutas em conjunto. Hoje, por exemplo, teve ato em Brasília, fomos até lá⁵³ (...) tem o movimento do luta contra as barragens, o MST. Tem um período razoável para acontecer, porque não é fácil hoje fazer grandes mobilizações. Neste momento, a mobilização da CMP é feita junto com outros movimentos.

A agenda nacional que mobiliza periodicamente a militância é o 31 de maio, Dia Nacional de Luta por Políticas Públicas com Participação Popular. É uma data simbólica e importante para a entidade porque “é o dia da CMP”. Conforme for a mobilização do dia 31, é possível aferir o grau da capacidade de mobilização da CMP no Estado. Além do dia da CMP, Valdelene elenca, como os outros pesquisados, o Grito dos Excluídos e o 1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores. Nessas datas, a CMP se articula com outros movimentos. O dia próprio da CMP é o 31 de maio. Sobre a mobilização do ano de 2009, Valdelene informa que

para falar a verdade, estamos no mês de agosto e não tenho relato de todos os Estados. Eu sei que houve em São Paulo e no Rio Grande do Norte. Em Pernambuco, que é meu Estado, não houve, apesar de ter direção e CMP constituída, os companheiros decidiram pautar a luta local, mas não sei quais foram os demais Estados.

3.5 Projeto Político e Mudança Social

Buscamos saber qual é o projeto político da CMP e se ele mudou. Entendemos a clareza do projeto político, que denota a coerência e norteia a atuação de uma entidade. As respostas, como em várias outras questões, foram diversas e muitas vezes vagas. Encontramos, no entanto, um ponto central, uma utopia, que é a luta pela mudança da

⁵² Cohen se refere a reuniões da nacional.

⁵³ Estive na manifestação em Brasília que coincidiu com a data marcada das entrevistas. A manifestação era contra a crise e suas consequências. Os militantes e dirigentes da CMP estiveram em reunião durante a manhã e chegaram atrasadas ao ato político.

sociedade atual para uma sociedade socialista - ainda que sem muita fundamentação. Ademais, são relacionados os desejos do combate ao projeto neoliberal e a redução das desigualdades que representam desafios numa sociedade capitalista.

O dirigente Carlão enfatiza

A CMP luta por uma sociedade diferente, [conforme] consta no estatuto. Todos os Congressos reafirmam a luta por uma sociedade mais justa e pelo socialismo. Queremos transformar essa sociedade capitalista que explora as pessoas e, portanto, queremos mudar essa realidade fortalecendo principalmente a ação dos movimentos populares.

O principal projeto é o de construir um projeto socialista, a partir da organização dos trabalhadores nos movimentos sociais e ao, mesmo tempo, tem o projeto de, junto com outros agentes sociais e políticos, construir um projeto diferente para o País, que seria um projeto socialista. É uma entidade que tem uma proposta socialista.

Do seu ponto de vista, Azul fala sobre o projeto político que seria a emancipação da população.

O resgate da cidadania, direito de moradia, de saúde, de educação, o respeito à diversidade tanto é que tinha encontro de orientação sexual, teve um período que tinha organização de LGBT, que dialogava, mas não construía o processo.

Cohen aponta com desânimo e realismo sua dificuldade em enxergar o projeto político da CMP. *Tem mais problema de ver o norte da CMP hoje do que antes. Sentia-se um coletivo que discutia mais política, que entendia mais de movimento, de organização, que era mais dedicado.*

O dirigente considera que há uma pluralidade de pessoas que *honestamente queria que uma parcela boa fosse modificada.*

Para ele, o rumo do que precisa ser a CMP seria o da diversidade, de um projeto político mais consistente, de buscar construir modelo de sociedade, de debater um modelo de sociedade diferente do que temos hoje. *Eu sinto muita dificuldade de perceber isso hoje na CMP. (...) Não que as pessoas não tenham vontade, não tenham condições, mas talvez uma parcela boa não consiga entender.*

Na avaliação de Cohen, as pessoas que estão hoje na CMP não conseguem entender o projeto original, o que motivou a criação, por isso, *hoje, ela é 90% de moradia e muito pouco esta diversidade. Então, o papel que ela tem é muito pequeno.*

Cohen considera que neste momento, *não há uma definição do projeto político.*

Com uma avaliação alicerçada nos anos de militância na CMP, Bonfim analisa que o projeto político, o fim mesmo da Central é a construção do socialismo, uma sociedade diferente. Usando o conceito da teoria marxista, sem citá-la expressamente, diz: *um processo de acumulo de força (...) Enquanto isso, nossa luta do dia a dia é a política pública e por direitos (..) as pessoas cada vez mais vão diminuindo as desigualdades.*

Bonfim discorre sobre o projeto político, segundo ele:

o Brasil é um país que está crescendo e distribuindo a renda, mas ainda há muita desigualdade e pobreza, milhões sem acesso à educação, à moradia e à saúde, são discriminadas. A CMP luta com esses grupos para que cada vez mais conquistem seus direitos. O projeto político imediato é a construção e luta por políticas públicas e a participação da população na elaboração e fiscalização das políticas, a consolidação dos direitos, porque nem sempre o direito assegurado na legislação basta para que sejam respeitados, como por exemplo o respeito ao negro. Às vezes são necessárias políticas públicas (...) Em médio prazo, há o sonho de construir uma sociedade socialista, sem exclusão, sentença.

Com o propósito de reviver as memórias das conquistas e sistematizar quais foram as contribuições da CMP nestas quase duas décadas de experiência, procurou-se subsídios com os entrevistados sobre os acontecimentos, conquistas, vitórias marcantes para a entidade. Sobre mudanças sociais, Wanderley (2005) nos ensina que:

diferentemente do que registra a história oficial, que vê a realidade sob a ótica das classes dominantes, a história das classes populares demonstra, claramente, que elas resistiram à opressão de mil maneiras e que suas lutas, no passado e no presente do continente latino-americano, abrangendo um numero incontável de heróis anônimos, vão edificando a sociedade nova num processo constante de libertação. Os movimentos sociais massivos - de indígenas, camponeses e operários - colaboram decisivamente nesse processo. Inúmeras outras manifestações de movimentos de estudantes, de negros, de mulheres, etc. produziram modificações significativas na mudança social de cada país. p. 62)

As informações obtidas nas entrevistas, e agora sistematizadas, destacam a CMP como:

- Uma das propulsoras do Projeto de Lei 27/2010 que criou o Fundo Nacional de Habitação Popular e o Conselho Gestor.
- A contribuição na unidade dos movimentos, na função de executora.
- A ampliação da CMP para a maioria dos Estados.
- As mobilizações em conjunto com o MST.
- Criação e abertura de espaços para os movimentos menores crescerem em vários Estados.
- Eleição de conselheiros tutelares ligados aos movimentos.
- Participação nos conselhos municipais.
- Organização dos movimentos populares.
- Organização e acesso à moradia e, hoje, na questão da saúde.
- Ter contribuído com o debate e fortalecimento da luta pela reforma urbana; criação e participação no Fórum Nacional de Luta ⁵⁴; debate dos planos diretores, das leis orgânicas nos municípios.
- O capítulo da política urbana dentro da Constituição.
- Debate e construção do eixo de cidadania que fortaleceu e ajudou a criar centenas de movimentos no País.
- Debate da diversidade, do pensar global, criando uma nova mentalidade.

Nos apontamentos⁵⁵, foram lembradas, também, as lutas nos anos de 1990 quando a entidade era opositora do projeto neoliberal e suas ações eram voltadas para

⁵⁴ O Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) é uma experiência que representa uma nova modalidade de articulação. Composto por ONGs, movimentos sociais, atores coletivos e individuais, obteve uma conquista concreta que foi o *Estatuto da Cidade* e o *Fundo Nacional de Habitação Popular*. Esses são instrumentos que têm contribuído para ganhos concretos no setor da moradia, como, por exemplo, o artigo 39 do Estatuto da Cidade dispõe que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação das cidades expressa no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas. Poderíamos ainda citar o usucapião coletivo, voltado à regularização de áreas já ocupadas em locais onde não é possível identificar cada possuidor.

⁵⁵ Nos relatos, não apareceu um dado que merece destaque, ou seja, o envio de estudantes brasileiros oriundos das classes populares para cursar medicina em Cuba, como bolsistas integrais concedidas pelo governo cubano. A CMP indicou um importante contingente de estudantes para a Escola Latinoamericana de Medicina em Cuba. Inclusive duas dezenas deles já retornaram ao Brasil com diploma de médicos. A entidade que representa os médicos brasileiros tem feito campanha contra a validação desses diplomas. A CMP, juntamente com outros movimentos sociais, como a Via Campesina, Educafro e o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), etc. estão à frente da luta pela validação dos diplomas e do direito desses médicos de exercerem a profissão.

combater a implementação do projeto no País. No entanto, tal participação foi relatada somente nas respostas dos dirigentes mais antigos. A não entrada do Brasil na Alca, recusada em plebiscito nacional organizado informalmente pelos movimentos e depois seguida pelo governo Lula representa outra vitória.

Cohen comenta que a CMP tem contribuído com o debate do fortalecimento da luta pela reforma urbana. *Quando se assumiu a discussão, contribuiu bastante com o debate. Desde a fundação da Pró-Central nós ajudamos a criar e participamos do Fórum Nacional da Reforma Urbana, do debate dos planos diretores, das leis orgânicas nos municípios, do capítulo da política urbana dentro da constituição.*

Para ele, outro feito é o debate sobre a saída do *eixo da cidadania*, o que fortaleceu e ajudou a construir diversos movimentos. *É um pouco deste legado, diz. E continua: Podemos proferir que centenas de movimentos criados neste País tiveram motivação também pelo surgimento da CMP.*

Além dessas contribuições, Cohen acrescenta o debate da diversidade, o pensar global, que para ele ajudou no surgimento de diversos movimentos espalhados pelo País, com uma nova mentalidade. Para ele é uma *pena que hoje há essa grande dificuldade de rearticular esse conjunto de movimentos.*

Em sua opinião, a CMP tem contribuído ao longo dos anos neste processo de organização, de fomento, deste pensar mais coletivo. *Principalmente na questão da política urbana e da cidadania [a CMP] teve um papel muito importante. Continua, hoje, menor, mas continua tendo papel importante neste sentido.*

Recompondo a memória da entidade, Bonfim relembra que a CMP foi fundada em 1993, momento em que *estávamos em um processo difícil de entrada no projeto neoliberal, com as privatizações e diminuição do papel do Estado.*

Naquele momento, a CMP teve um papel importante, pois um de seus objetivos, é levar os movimentos para além das lutas específicas. Com articulações amplas entre partidos, centrais sindicais e movimentos sociais e populares, a esquerda resistiu à implementação do projeto e conseguiu preservar parte do patrimônio público. O Brasil

foi um dos poucos países da América Latina que resistiu ao avanço do neoliberalismo, logrando preservar algumas empresas nacionais estratégicas.

A CMP participou de todas essas lutas contra o projeto neoliberal, enquanto parceiro primordial da CUT e do MST, que procuravam uma articulação nos movimentos urbanos, sem, num primeiro momento, encontrar nada que articulasse as lutas e as reivindicações para as grandes mobilizações. Os movimentos populares, por suas características de lutas específicas, tinham pautas restritas aos próprios objetivos.

Pela particularidade de articuladora, a CMP foi então essa organização parceira, exercendo um papel fundamental. Para Bonfim, é um mérito e uma contribuição da CMP. *Participamos da articulação do Fórum Nacional de Luta - Terra Trabalho⁵⁶ do qual participavam os partidos de esquerda, como o PC do B, o PT, a UNE, MST, a CMP e outras entidades.*

A CMP contribuiu, com essa resistência de preservar o mínimo do Estado brasileiro, junto com outras forças sociais.

Na esfera das demandas específicas, o dirigente destaca a participação em algumas vitórias, em conjunto com outras entidades da área da reforma urbana, na conquista do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, na elaboração e luta pela aprovação do Estatuto da Cidade, a consolidação do SUS que mesmo já implementado, teve a participação da CMP – em vários Estados e no âmbito nacional – no sentido de ampliar e preservar essa conquista.

Há, ainda, a defesa e o avanço nas políticas afirmativas para as mulheres e no combate ao racismo. Bonfim explica que as dificuldades em não se avançar ainda mais é o fato de não ser *papel da CMP se preocupar com a questão específica.*

Complementa que, *por isso, é importante saber que se a CMP passa por dificuldades, é porque o conjunto dos movimentos estão com problemas, e isso se reflete na entidade.*

⁵⁶ Hoje, a Coordenação dos Movimentos Sociais tenta cumprir o papel que teve o Fórum de Lutas, no entanto, passa por dificuldade, por causa da conjuntura posta. A Coordenação de Movimentos Sociais (CMS) foi criada em abril de 2003, organizada por diversos movimentos, como CUT, UNE, UBES, UBM, CMP, Conam, MMM, MST, Unegro, movimentos de moradia, estudantil, de desempregados, pastorais e diversos sindicatos. É um espaço de convergência, de construção de unidade, e de reflexão entre os mais diferentes movimentos e formas organizativas de povo. É de suma importância e necessário nessa conjuntura complexa de necessidade de mudanças sociais. Disponível em: vermelho.org.br/pcdob/secretarias/movimentos/part_movimentos2.asp>. Acesso em: 1^o fev.2010

Para Carlão, embora fragilizada, a contribuição da CMP é não deixar que os movimentos percam a capacidade de resistência.

Em todos os Estados da federação aonde está organizada, procura fazer com que as lutas não terminem, que não sejam confundidas com o papel do Estado. A resistência dos vários movimentos tem sido uma contribuição importante, Embora em menor grau hoje, esses lutadores que estão resistindo ainda fazem com que a CMP tenha um papel importante na construção desta nova realidade.

Cohen defende que a CMP tem contribuído com a mudança social:

a partir do momento em que tem ainda enquanto projeto não pensar apenas no seu movimento, mas fazer com que o movimento comece a olhar o outro, entender o outro movimento, sua luta, seu projeto e discutir. Somar a outros movimentos, permitir sair do isolamento do que era, por exemplo, o movimento negro, ao só discutir a questão racial; a mulher, que só discutia a questão de gênero; os homossexuais ou os indígenas, algumas minorias que apenas pensavam no seu [caso] específico. Começa-se a ver que os problemas de moradia, a questão racial, indígena ou de violência contra a mulher, além da saúde, são todos problemas interligados que nos fazem pensar o modelo de sociedade. A CMP dá uma contribuição muito grande com relação a isso no debate.

Cohen enfatiza que ainda falta muito para que os movimentos alcancem essa maturidade. Aquele objetivo de unificar os movimentos nacionais dentro de um projeto a ser discutido coletivamente, hoje, se dispersou novamente. Uma boa parte desses movimentos voltou às suas lutas localizadas, mas o projeto da CMP é fazer essa aglutinação, *esse é o nosso desafio, fazer essa retomada.*

Ainda segundo Cohen, no debate que a CMP coloca para a sociedade, há elementos importantes para todos aqueles que acreditam na luta social, na organização social e na construção de um modelo de sociedade diferente.

Nós precisamos unir forças, trazer pessoas que tenham esses compromissos, esse ideal no sentido de fortalecer. Talvez o dinheiro não seja o mais significativo, mas essa mentalidade, se passada para os outros setores, é o mais importante. Porque traz esse diferencial, do que é uma história de anos e anos, que as pessoas faziam a luta pela ponte, conseguiam a ponte e pronto acabou, conseguiam o posto de saúde e acabou, conseguiam o posto policial e pronto.

Valdelene acredita que a mudança social acontece na medida em que a CMP orienta os movimentos organizados a desenvolverem nas lutas gerais a compreensão coletiva.

Lutar não só nas ruas, mas dentro da própria questão institucional. Na verdade, esse é um grande desafio, sair desse limite, já que muitos carregaram muita tinta no campo institucional, conselhos, conferências, o que tirou o foco da CMP, como dos movimentos de maneira geral.

3.6 A Base da CMP

Em sua já citada Carta de Princípios, a CMP estabelece que a organização é de base e de massa. **Ser de base**, na concepção dos movimentos e da CMP, significa que os movimentos devem ter um trabalho organizado capaz de qualificar sua participação na luta coletiva e evitar o distanciamento entre a direção e base. **Ser de massa** significa que não podem se reduzir a um pequeno número de pessoas, mas buscar envolver o máximo de interessados, a fim de fortalecer a luta popular. Indagamos quem é a base da CMP, ou seja, quem são os participantes e militantes da CMP.

A base da CMP são os movimentos populares urbanos. Houve discussão se a CMP deveria ou não incorporar os movimentos do campo, houve deliberação no congresso de que esses não são a base da CMP. Mas cabe à Central ser solidária e mobilizar em conjunto sem, contudo, considerá-los como base. Dos congressos já participaram indígenas e grupos de sem-terra. Majoritária e historicamente, a base são os movimentos urbanos, principalmente os da reforma urbana. Essa é a mais forte articulação dentro da CMP. Há outros grupos e organizações de sem-teto, como o MLB; o movimento comunitário e de bairros; grupos de LGBT; os negros, que atuam no Movimento Negro. Segundo Dito, *a base é dispersa e diluída nos grupos urbanos.*

Fazendo um comparativo com a antiga base, Carlão explicita algumas diferenças. Para ele, a atual base da CMP é bastante diferente daquela do início, porque agora, ao contrário do que era antes, é a entidade que tem buscado os movimentos.

Os movimentos não estão vindo para a CMP. Hoje, o principal público-alvo tem sido os movimentos ou grupos sem articulação nacional, como alguns de saúde, a educação, o transporte. Todos eles têm sido importantes, mas tem-se encontrado dificuldade em função da luta e conquistas imediatas que a população quer.

Os movimentos de moradia são os mais expressivos, na CMP, em função até do acúmulo de força de vários deles. As entidades de moradia têm uma característica específica de buscar e, com lutas, conseguir recursos dos órgãos públicos. Por isso, esse tipo de movimento tem sido o mais atrativo para a CMP. *Isso cria algumas distorções. Outros movimentos que são fundamentais acabam não recebendo prioridade na estratégia e tática para serem acolhidos.*

Pelos temas relatados e pelas principais áreas que a CMP desenvolve ações, tem-se pistas para reforçar que a atuação está concentrada na moradia. Essa é uma preocupação expressa por todos os entrevistados.

Para Carlão, houve mudanças significativas no papel da CMP, que passou por muitas mudanças no decorrer de sua trajetória, tendo em vista o perfil dos movimentos que nela ingressaram, o que fez com que se perdesse um pouco seu objetivo principal, que seria uma construção mais no longo prazo.

O papel de articulação do conjunto dos movimentos, um espaço em que todos os movimentos pudessem se organizar e interagir, essa tarefa minguou, nos últimos anos, porque passou a ter em seus quadros, no seu principal espaço, um movimento muito forte de moradia, que é imediato. Isso atrapalhou um pouco o papel principal de formar e capacitar lideranças e avançar para outras lutas. Então, essa mudança acabou refletindo-se na sua pauta e na prioridade. Para ele

são três áreas que norteiam e fazem a luta dentro da CMP. O setor de moradia-habitação, o setor das mulheres, que se tornou muito forte em todos os Estados, grupos de mulheres lutadoras tem setoriais organizados. Outro espaço que tem força é o setorial de saúde, talvez em função dos conselhos municipais, estaduais e nacional.

Cohen confirma que os temas são: moradia, saúde, questão racial.

É o que nós temos podido aprofundar nessa composição neste momento. Principalmente a questão da moradia, em segundo a questão da saúde, em terceiro, a questão racial, nesta linha. Em quarto pouco, muito pouco mesmo, a questão de gênero.

Valdelene considera a moradia o carro-chefe, depois a saúde, embora haja uma diversidade muito grande. Além disso, há uma preocupação em rearticular os setoriais de mulheres, saúde e negritude.

Segundo um dos entrevistados, A CMP hoje é uma entidade com predominância de 90% de moradia e 10% de outros pequenos grupos, negros, saúde, e mulheres muito pouco.

Dito discorre sobre a base e a hegemonia do movimento de moradia. Reafirma a participação majoritária, na CMP, dos movimentos de moradia, o que traz a preocupação de como equilibrar essa participação na direção da entidade, já que o movimento de moradia tem um peso grande na luta urbana no Brasil.

Minha interpretação é que são momentos no Brasil, em outros a luta da saúde era o mais forte, tanto é que surgiu o SUS. Hoje, no cenário político urbano, a moradia é o que se destaca. Isso é um problema e uma solução, na hora da mobilização; é um problema no equilíbrio interno, porque, se você quer uma identidade mais multifacetada, acaba tendo hegemonia do movimento de moradia. Tentamos reequilibrar no congresso, porque tem lacuna na forma de composição, há resistências, pois todos querem ser direção. Na nova direção, houve mudanças, mas ainda o movimento de moradia é hegemônico na coordenação da entidade, isso é um problema.

A hegemonia dos movimentos de moradia na CMP, considerada por todos como a base principal, é, também, um dos grandes problemas, já que o papel da CMP é fortalecer os movimentos. Para Valdelene

hoje, nacionalmente, somos a central de movimentos, mas de movimento nacional só tem dois a União e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas⁵⁷ isso é ruim, não é bom, porque termina o foco nessas questões que mais aparecem; a gente está num processo de articulação com outros movimentos. Nós já tivemos movimento nacional de meninos e meninas de rua, inclusive o movimento já fez parte da direção.

Para ela, a CMP está muito distante da realidade do Brasil, da sua diversidade cultural e social, mesmo tendo a pretensão *de ser a CMP, ainda é muito distante já que o Brasil é um país multicultural, o que tem de organizações políticas no campo de*

⁵⁷ Em 1999, lideranças populares de vários Estados do País fundaram o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). O que se queria era construir um movimento combativo, livre do fisiologismo e do oportunismo presentes em diversas organizações populares brasileiras. Dez anos depois, inúmeras lutas e conquistas levaram o MLB a ser um dos principais movimentos de massas na luta pela reforma urbana do País e uma das principais forças a compor a CMP. O objetivo do MLB é impulsionar a luta do povo pela reforma urbana e pelo socialismo, única maneira de garantir cidades mais justas e menos desiguais.

luta da reforma urbana no Brasil organizada em regiões, que tem numa região e não na outra.

Então, é um desafio não apenas manter o que *já tinham dentro da CMP, mas articular aqueles que ainda não estão; tem muito mais movimento do que se pensa, então, a todo momento, agora mesmo, a gente recebe pedido de filiação à CMP do Acre, Rondônia, do Amazonas⁵⁸, do Mato Grosso, Goiás.*

Valdelene confia no futuro:

eu acho que a CMP vai crescer muito no próximos tempos, exatamente por conta disso, porque existe movimentos que tinham peso no cenário nacional que se diluíram, dissolveram, ou que não tem mais a mesma proporção, a mesma força, mas surgiram outros, a própria a MLB, que não existia antes desse período inicial, cresce, se fortalece, resiste, enfrenta preconceito dos que já são grandes, que não querem ver os outros crescerem, então tem de tudo, não é só na CMP, mas lembra que tinha uma participação direta dos movimentos. Lembra do Mops, com uma atuação brilhante dentro da CMP, e aonde anda o Mops?

3.7 Os Congressos e a Composição da Direção

A CMP realiza congresso a cada quatro anos, sendo este a instância máxima de deliberação das linhas gerais de sua atuação. Uma das particularidades, em relação à maioria das organizações populares, é a composição da direção colegiada, sem a figura do presidente. Buscava-se, assim, uma contraposição crítica às visões burocráticas, posto que, na estrutura, não existiam os cargos de presidente, tesoureiro, secretário, etc.

Os membros da Central entendiam que, na forma tradicional de direção, sempre prevalecia a figura do presidente, o que reforçava o personalismo e a hierarquia. Havia também uma entidade jurídica de representação, de nome Instituto de Educação Popular Henfil, cuja função era responder juridicamente pela entidade, quando havia convênios. Os cargos eram definidos somente para essa finalidade.

⁵⁸ Presenciei a reunião da direção nacional, em Brasília, nos dias 12,13 e15 de agosto, da qual participou uma moradora do Estado do Amazonas, em busca de informações sobre o programa federal Minha Casa, Minha Vida.

Uma das mudanças significativas introduzidas pela CMP-SP foi a instituição do cargo de coordenador-geral⁵⁹, reproduzida também pela direção nacional. A trajetória apontará se essa nova forma de direção da entidade reforçará o personalismo ou dará condições de melhor arranjo. A direção nacional é composta por 19 membros, sem presidente, apenas um(a) coordenador(a)-geral, escolhido(a) por chapa, obedecendo à proporcionalidade.

A direção eleita no 4º Congresso Nacional, em 29 de junho de 2008, possui representantes dos seguintes Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ceará, Brasília (DF), Alagoas, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe. Na proporcionalidade de gênero, são 11 homens e 8 mulheres.

Há uma executiva nacional, escolhida entre os participantes da direção nacional. Também um conselho político, formado por membros dos Estados nos quais a CMP está constituída.

Outra instância de participação é a plenária de representantes, intermediária entre o congresso e a direção nacional, que se reúne uma vez por ano para avaliar, atualizar e elaborar o plano de lutas para o próximo período, à luz das resoluções do congresso e da conjuntura. A plenária é composta por representantes de vários Estados, de movimentos e setoriais⁶⁰ de caráter nacional. Esses representantes não têm mandato, são escolhidos apenas para a plenária. Os Estados e os movimentos que se integrarem à CMP, durante o período pós-congresso, podem participar da plenária; decisão regulada a critério da direção nacional.

Os setorias merecem um destaque, pois são insistentemente reorganizados, com a aposta de que uma vez funcionando contribuiriam com a CMP. Hoje funcionam

⁵⁹ Em São Paulo, foi motivo de divergência durante o 4º-Congresso de 2007. A CMP-SP encaminhou o relatório do IV Congresso em que explica a novidade: “Proposto a escolha da Coordenação-Geral pelo plenário do Congresso, abriu-se uma polêmica se a coordenação-geral é eleita pelo plenário do Congresso ou pela coordenação (os 21 membros). O estatuto não trata do assunto. Já foi eleita tanto pelo plenário como pela direção estadual. Posto em votação, a maioria aprovou a eleição pelo plenário. Apresentaram-se duas candidaturas à Coordenação-Geral. No momento em que o plenário aprovou a eleição uma parte significativa dos delegados (as), descontentes com o processo, se retirou do plenário, quando então a mesa suspendeu os trabalhos. Após várias tentativas de acordo, o que não foi possível, uma das candidatas retirou o nome. Restando somente um nome a mesa colocou em votação, sendo aprovado”.

⁶⁰ Setorial é uma das formas de organização dentro da estrutura da Central, nos setoriais aglutinam-se os diversos movimentos para traçar as lutas gerais.

precariamente os de saúde, negritude e mulheres. A partir das críticas e autocríticas surgidas no 4º Congresso, os setoriais vêm passando por intenso processo de reestruturação.

O de saúde tenta a reorganização, conforme o jornal da CMP (2008). Entre as pautas, está a defesa do SUS e do aprofundamento do seu controle social, com a ampla autonomia dos Conselhos de Saúde, especialmente do setor dos usuários, bem como o fortalecimento dos movimentos populares que atuam na área.

CAPÍTULO IV

A CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES NOS NOVOS CENÁRIOS DO SÉCULO 21

A ambivalência, possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria, é uma desordem específica da linguagem, uma falha da função nomeadora (segregadora) que a linguagem deve desempenhar. O principal sintoma da desordem é o agudo desconforto que sentimos quando somos incapazes de ler adequadamente a situação e optar entre as ações alternativas.
(BAUMAN, 1999:7)

Neste último capítulo, busca-se situar a CMP no contexto das mudanças dos cenários nacional e internacional e, especificamente, na primeira década do século 21, que tem características tão específicas que a diferenciam dos anos anteriores e provocaram ressonância na CMP.

Percebemos, ao longo da pesquisa e pelas afirmativas dos sujeitos, que este é um período complexo e saturado de ambivalências. Vivemos um momento que em nada se parece com os anos anteriores, principalmente na relação dos movimentos com o Estado, os governos e poderes instituídos. As mudanças ocorridas nos cenários político, econômico, social e cultural, mundiais e nacionais, oferecem ferramentas para a reflexão sobre tais transformações.

Findada a Segunda Guerra Mundial, o mundo cindiu-se em dois blocos de poder, nos quais estavam, de um lado, os países aliados aos EUA, e, do outro, os agrupados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Com nitidez, era possível identificar quais eram os países de Primeiro Mundo, os do “segundo” e os do “terceiro”. Os anos de 1945 a 1991 foram marcados pela bipolaridade dos blocos e também por uma demonstração da capacidade de auto-limitação para evitar um choque direto.⁶¹

⁶¹ Um acordo tácito entre as potências estabelecia que, quando os EUA entrassem numa guerra, a URSS não participaria (diretamente). Muitas vezes, eram enviados armamentos, mas não tropas. Foi uma época de confronto, em que as lutas aconteciam por intermédio de terceiros.

Hoje inexistente uma divisão tão explícita entre blocos de países, pois a dita disputa de hegemonia teve como ganhadores os Estados Unidos. Vivemos num mundo unipolar, sem outros países com poderio internacional para contrapor-se ao poderio americano.⁶²

No início do século 21, após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, a correlação internacional de forças, que já havia passado por mudanças, sofreu mutações ainda maiores. Até então, o governo estadunidense afirmava que vivíamos outra ordem, mais pacífica. No entanto, o que temos é a des(ordem), haja vista a maneira como tem sido implementada a política interna e externa daquele país. Pode-se afirmar que o terrorismo não é da mesma ordem da Guerra Fria, mas, ainda assim, o governo não hesitou em destruir dois países e manter tanto nos Estados Unidos como na base de Guantánamo milhares de pessoas sem julgamento.

A estratégia, agora, é outra. Mudou-se a forma de fazer política e de resolver os conflitos. O governo do então presidente Bush (2001/2009) simplificou o mundo entre o bem e o mal. No último eixo, estariam os países que não se alinhavam à sua política – Irã, Iraque e Coreia do Norte⁶³. Isso serviu para justificar a tortura de cidadãos de outros países presos e, internamente, a restrição aos direitos. Um Estado de exceção⁶⁴ permanente, como se estivessem atacando um inimigo virtual, justificava o lançamento de toneladas de bombas sobre o “inimigo”, sob o discurso de que se tratava de uma guerra limpa. Todos os fatos mostram as peculiaridades do período.

As mudanças na conjuntura internacional trouxeram consequências para as lutas sociais, que também mudaram. Durante parte do século 20, muitos movimentos tinham filiação ideológica e até financeira com a antiga URSS, ou a China, dependendo desses

⁶²Alguns analistas avaliam que a crise econômica de 2008 afetou a hegemonia mundial e enfraqueceu os EUA. Nesse cenário, a China que se apresenta com crescimento maior estaria, assim, disputando espaço. A economia chinesa vem despertando a atenção da comunidade internacional há quase três décadas, devido ao seu intenso crescimento, na casa dos 10% ao ano. Para se ter uma idéia do gigantismo, em 2007, às portas da crise financeira, o Produto Interno Bruto (PIB) chegou a US\$ 4,3 trilhões, o que a coloca como a terceira maior economia do mundo (atrás do Japão e dos EUA), com a previsão de que, em 2030, se tornará a primeira economia mundial.

⁶³A classificação foi feita no discurso anual sobre o Estado da União de 2002.

⁶⁴Para Agamben (2004), o significado imediatamente biopolítico do Estado de Exceção surge como “estrutura original em que o direito inclui em si o vivente por meio de sua própria suspensão aparece claramente na ‘*military order*’ promulgada pelo presidente dos Estados Unidos no dia 13 de novembro de 2001, e que autoriza a ‘*indefinite detention*’ e o processo perante as ‘*military commission*’ (não confundir com os tribunais militares previstos pelo direito da guerra) dos não cidadãos suspeitos de envolvimento em atividades terroristas” (p.14).

Estados como guias. Ao final do período do chamado "socialismo real", observa-se certa orfandade, do ponto de vista das utopias.

O ano de 1989 irrompe no cenário político mundial estampando, de forma contundente e irreversível, a insatisfação da população do Leste europeu e da URSS após setenta anos de experiência socialista. Tratou-se de um verdadeiro cataclismo ideológico, uma vez que vieram à tona novas e latentes contradições em termos de economia, política, cultura entre outros. (SALLES, 2006:46)

Durante o período da Guerra Fria, o movimento operário nos países europeus conseguiu concessões, com acordos entre partidos, sindicatos e governos, avanços esses baseados no receio de um avanço do ideário comunista. Os trabalhadores conseguiram algumas benesses, marcando a época áurea do chamado Estado de Bem-Estar Social. Nessa conjuntura, houve o fortalecimento de partidos operários que conseguiram mudanças dentro do Estado sem, contudo, mudá-lo. Trocaram facilmente a revolução pela reforma.

A balança econômica e política pendeu, porém, como se sabe, por dentro de tais acontecimentos históricos, em favor do capitalismo. Entretanto, isto não significa a vitória das leis de mercado, por suas virtudes econômicas insuperáveis. Pelo contrário. A face cínica do capitalismo reapareceu tão logo aquela regulação política mundial se desfez, o que demonstra o quanto os desdobramentos societários e econômicos são imprevisíveis. Recrudescem, por exemplo, cada vez mais as tentativas neoliberais de solapar as conquistas históricas das classes trabalhadoras. As contradições socioeconômicas são, assim, tratadas pelos economistas burgueses como paisagem melancólicas e inevitável da sociedade pós-industrial, voltando-se todo o empenho da *intelligentsia* para otimizar a acumulação do capital monopolista. (SALLES, 2006:487)

Na nova (des)ordem houve grandes mudanças no modo do trabalho, com o advento da terceirização e a pauperização do trabalhador. A nova (des)ordem está marcada pela desigualdade, desemprego, e trabalho escravo. Atualmente, muitos analistas identificam um vazio de projetos que alimente articulações, alianças, lutas e utopias.

Neste novo cenário, os diversos movimentos têm enormes desafios a enfrentar, entre eles o de encontrar e formular novos rumos, pós-muro de Berlim e Guerra Fria. Reconstruir e reacender internacionalmente a utopia de outra sociedade em que se

poderia inverter a lógica da apropriação privada dos meios de produção representada por muito tempo na constituição do bloco dos países comunistas *versus* os países capitalistas.

Chegou-se a dizer que, após a queda do muro de Berlim, haveria a unipolaridade e teríamos chegado ao fim da história. O neoliberalismo teria vencido como a melhor experiência para a humanidade.

Segundo Salles (2006),

O impacto dessa grande viragem histórica, pouco antes do final do século XX, foi demais para a utopia que ousou se consubstanciar no real, e bastante difícil e doloroso para seus defensores. As tentativas liberais de interpretação desses fatos históricos assumiram diversas formas e termos, cujo consenso maior girou exatamente sobre a finitude do comunismo. Não só se amontoaram denominações que tentavam sintetizar e exprimir o conteúdo da experiência que sucedeu a deflagração da Revolução pelos bolcheviques em 1917 – “socialismo de Estado”, “Estado-partido”, “socialismo burocrático”, “socialismo realmente existente” etc. – como pulularam expressões dramáticas acerca de seu término que demonstram o efeito e o processo de luto decorrente daquele impacto, principalmente sobre o imaginário da esquerda: “colapso”, “queda”, “derrocada”, “fracasso”, “falência”, “naufrágio”, “bancarota”, entre outras (p. 48).

A previsão do fim da história não triunfou e vimos lutas concretas acontecendo, como a dos zapatistas de Chiapas, no México, e do MST, no Brasil, por exemplo, além das lutas internacionais contra a globalização. Para Löwy (2008),

O movimento altermundialista é sem dúvida o fenômeno mais importante de resistência anti-sistêmica do início do século XXI. Esta vasta e nebulosa, esta espécie de “movimento dos movimentos”, que se manifesta de forma visível por ocasião dos Fóruns Sociais – regionais e mundiais – e das grandes manifestações de protesto – contra a OMC, o G8 ou a guerra do Iraque – não corresponde às formas habituais de ação política. Grande rede descentralizada, é múltipla e diversa e heterogênea, associando sindicatos de operários e movimentos camponeses, ONGs e organizações indígenas, movimentos de mulheres e de associações ecológicas intelectuais e jovens ativistas (p. 32).

Demonstrou-se que, enquanto houver exploração do ser humano e ele não puder se realizar em sua plenitude, haverá disposição de resistência. A novidade das atuais lutas é que os movimentos não estão armados contra o Estado, sendo utilizadas agora as armas morais e ideológicas. É dessa maneira que muitos grupos se organizam das mais

diversas formas e se opõem ao neoliberalismo, que mercantiliza ao extremo as relações sociais.

Esses movimentos negam a lógica neoliberal em que tudo se converte em mercadoria⁶⁵. Um dos exemplos é a Via Campesina⁶⁶ com o seu lema “o mundo não é uma mercadoria”, defendendo que a água e a comida não sejam fonte de lucro e pela preservação do planeta. Qual a novidade? Esses movimentos não se encaixam nas teorias até aqui desenvolvidas. Querem construir uma nova ordem e acreditam que um “outro mundo é possível”.⁶⁷

Em todo caso não se trata de esperar um futuro radiante, mas de atuar aqui e agora. Cada Fórum Social, cada experiência local de democracia participativa, cada ocupação coletiva de terras pelos camponeses, cada ação internacionalmente concertada contra a guerra é uma prefiguração da utopia altermundialista e inspirada por seus valores, os de uma civilização da solidariedade. (LÖWY, 2008:38)

Esses movimentos continuamente são acusados de não democráticos. De fato, se democracia for apenas eleger representantes para o Executivo e o Legislativo, então eles não são democráticos, porque não submetem a agenda de lutas aos momentos eleitorais. Entendem que a via parlamentar é uma entre muitas possibilidades, mantendo, pois, sua autonomia em relação aos partidos.

Acompanhamos nas Américas, na primeira década do século 21, a vitória de governos com características muito distintas da direção anterior, ainda que não homogêneos ideologicamente entre si. No Brasil, a particularidade da eleição de um governo democrático-popular de um ex-operário, eleito com a expectativa de que a “esperança venceria o medo”. São mudanças significativas, que serão analisadas a seguir. Sobre o momento, é válida a lição de Wanderley (2007):

⁶⁵A Campanha da fraternidade 2010, cujo tema é Economia e Vida, traz a proposta das igrejas filiadas ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic) para que os cristãos repensem o modelo econômico vigente. Entre as ações propostas, estão a luta em favor da tributação justa e progressiva, a auditoria da dívida pública, a adoção de políticas econômicas de distribuição de renda e o direito à alimentação.

⁶⁶A rede camponesa internacional - Via Campesina reúne movimentos tão diferentes como a Confederação Camponesa Francesa, o MST, ou os grandes movimentos camponeses na Índia. Essas organizações se ajudam mutuamente, trocam experiências e atuam juntas contra as políticas neoliberais e contra os adversários comuns: as multinacionais do agronegócio, os monopólios dos sementeiros, os fabricantes de transgênicos e os grandes latifundiários.

⁶⁷ Lema do FSM.

Mesmo tão próximo, é uma mutação fantástica. A aceleração das mudanças deixa a todos atônitos. Certezas quase inabaláveis tornam-se incertezas. Aquilo que era verdadeiro não parece tanto, e muitas dúvidas irrompem em distintos campos e planos. Uns não arredam o pé de suas convicções, alguns mantêm certas premissas e coordenadas teóricas e práticas, mas alterando apoios, vetores, metas. Outros mudam substancialmente, ficam irreconhecíveis, fixam-se em diferentes lugares e posições, antes companheiros, hoje adversários. Crise é uma palavra de moda, abalando modelos e paradigmas. (p. 9)

4.1 De Frente para o Estado

Pretende-se apenas pontuar alguns aspectos das mudanças no cenário político, já que não é objetivo deste trabalho aprofundar tais questões. No entanto, sem essa reflexão não se teria como explicar as transformações ocorridas na própria CMP e as implicações daí decorrentes.

Os dilemas e a complexidade do final do século 20 e início do 21 e a correlação de forças no plano internacional e no nacional, trazem reflexos para os movimentos sociais em geral, e, no Brasil, tais mudanças engendram outra forma de diálogo entre governo e movimentos populares. Se, em determinada época, os estudiosos dos movimentos diziam que eles estavam de “costas para o Estado”, pode-se indagar se, no momento, com a eleição de um “aliado”, eles estariam “de frente para o Estado”.

A política não vive sem paixão, sem engajamento, combate, ardor ético, valores e ideais. Há nela um tanto de ‘fanatismo’, alguma intransigência por princípios, doutrinários e convicções, boa dose de voluntarismo e iniciativa, precisamente porque existe para que governantes e governados possam se afirmar perante os fatos, submetendo-os a si. Mas política sem pragmatismo sem senso de realidade é como um sonho numa noite de verão: acorda-se de manhã saciado de fantasias, e com o progredir das horas percebe-se que a vida segue seu rumo, impávida, modorrenta e repetitiva. A política tem muito da luta pelo controle de recursos do poder (cargos, estrutura e votos, pessoas) e a disputa nem sempre leva em consideração a dimensão ideológica. Além do mais, a ação política não se faz em condições ótimas, escolhidas livremente, mas depende de circunstâncias históricas bem determinadas, que em boa medida limitam as escolhas, ainda que também possibilitem que não se tenha de começar sempre do zero, como se nenhum acúmulo tivesse sido registrado. (NOGUEIRA, 2003:15)

A vitória do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, foi o culme de um longo processo de acumulação de forças, iniciado ainda sob a ditadura militar e que teve no PT seu principal instrumento. Sobre conjunturas e governos, Wanderley (2005) afirma que os termos dos conflitos mudam a cada contexto político e histórico e da correlação de forças políticas. Segundo o autor,

em conjunturas favoráveis, dependendo da correlação de forças políticas, as reivindicações dos movimentos sociais urbanos podem trazer modificações na estrutura urbana e na luta de classes. O Estado pode assimilar certas reivindicações e tomar a iniciativa de equacionar alguns problemas urbanos, obscurecendo com isso a solução das contradições fundamentais. Os conflitos sociais podem se dar também intraclasses, isto é, entre setores capitalistas (setor industrial e o da construção civil, por exemplo), entre setores liberais do Estado e setores conservadores da burguesia e mesmo entre setores das classes populares, conflitados por opções divergentes quanto ao caminho da luta (p. 45-46).

A CMP é influenciada pelo novo cenário. No editorial Resoluções do 3º Congresso, da edição do jornal de agosto de 2003, a entidade se posiciona em relação à vitória do Presidente Lula, considerado-a como

muito importante para que possamos consolidar direitos históricos, porém insuficiente, pois se o governo LuLa tem sonhos de projetos de transformação, o sistema é capitalista o que impede mudanças estruturais profundas, que para ocorrerem exigem ruptura com o projeto neoliberal.

Naquele momento, o governo era reconhecido como de disputa entre a elite e os trabalhadores, por isso a CMP não acreditava na possibilidade do pacto social proposto.

Passado o primeiro momento, foi preciso enfrentar a realidade, o modo petista de governar na esfera federal surpreendeu a muitos. O surgimento de escândalos políticos fez com que alguns fundadores e velhos militantes se desfiliassem, e levou também à expulsão de outros - que se incorporariam na fundação de um novo partido no campo da esquerda.

Todavia, as decepções, após as expectativas acalentadas por anos, mostraram limites do poder e, no poder, trouxeram mudanças para os movimentos sociais, em especial para a CMP. Diferentemente dos anos anteriores, em que a entidade era oposição ao governo federal e estava de “costas para o Estado”, no período atual, a CMP, mesmo sem que houvesse deliberação em congresso, se comportou de forma

díspar, o que nos leva a indagar se, no novo cenário, a CMP está “de frente para o Estado”. Para Wanderley (2007), as sucessivas aproximações dos governos com os movimentos criam uma mão dupla, trazendo novos significados e interlocuções entre ambos:

de conformidade, ainda, com as avaliações dos estudiosos dos movimentos sociais, nas décadas de 1970 e meados de 1980, a sua rejeição ao Estado, autoritário como ele se impunha, era frontal. Porém, premidos pela necessidade de um interlocutor para as suas demandas, o Estado, mesmo negado, estava sempre presente, e, progressivamente, nas inevitáveis inter-relações mantidas entre ambos, por razões de modificações acontecidas no próprio Estado (originadas por contradições internas e pelo surgimento de governos de oposição de cunho mais democrático e popular), esses setores populares entram em diálogo com o Estado numa via de mão dupla; uma na qual a força estatal predominou, mas sofrendo mudanças significativas em suas estruturas internas e no estilo de atendimento às reivindicações, e outra na qual os movimentos também mudaram (p. 66).

Para exemplificar a simbiose não apenas da CMP mas também de outros parceiros, resgatamos dois períodos, o da “crise política de 2005” e o período da “crise econômica de 2008”. Em 2005, os movimentos sociais, entre eles a CMP, se posicionaram num documento que reproduziu o mesmo título da Carta ao Povo Brasileiro, na qual o então candidato Lula se comprometia com as elites econômicas em 2002. A Carta ao Povo Brasileiro de 2005⁶⁸ consistia no posicionamento dos movimentos e dos partidos de esquerda contra os partidos e setores da sociedade que planejavam desestabilizar o governo em virtude das denúncias do chamado “mensalão”

No documento, os movimentos afirmavam:

a sociedade brasileira mudou e, na Constituinte de 1988, decidiu pela transformação. Constituindo novos poderes e elegendo novos governantes, para promover processos de transformação social. Criou novas estruturas, combateu velhas instituições e gerou novos mecanismos para fazer valer os direitos de todas e cada uma das pessoas a uma vida digna.

A carta enfatizava que era

com a força desta história recente, vigorosa, de fortalecimento e radicalização da democracia no País que os representantes das organizações populares, das organizações não governamentais, do movimento sindical, dos movimentos sociais e personalidades, convocavam toda a sociedade

⁶⁸ Carta ao Povo Brasileiro, julho de 2005. Disponível em: <www.aatr.org.br/Artigos/mndh_21062005.htm> Acesso em: 28 jan. 2010.

brasileira, cada cidadão e cidadã, para uma grande e contínua mobilização que tornasse possível enfrentar a crise política e fazer prevalecer os princípios democráticos.

Os signatários estavam preocupados com o processo democrático e também com as denúncias de corrupção que deixaram o povo perplexo, por isso vinham a público posicionar-se contra qualquer tentativa de desestabilização do governo legitimamente eleito.

Elencavam uma série de exigências como, por exemplo, a completa e rigorosa investigação das denúncias de corrupção, feitas ao Congresso Nacional e à imprensa, e punição dos responsáveis pelos supostos crimes. Afirmavam, ainda, que a corrupção “tem sido, lamentavelmente, o método tradicional usado pelas elites para governarem o País”.

Os acontecimentos no período da crise política propiciaram a oportunidade de ver surgir um novo fenômeno o “lulismo”⁶⁹, expresso no apoio popular ao presidente.

Ricci (2005) define o lulismo⁷⁰ como a forma de atuação mais personalista e centralizadora do presidente, buscando a legitimação pela precisão técnica, pela negociação, pelo controle político e pela sedução do discurso afetivo da liderança partidária⁷¹.

⁶⁹ Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/045/45ricci.htm>. Texto produzido para o debate com Frei Betto, organizado pela Cáritas Nordeste II, realizado em Recife, em 4 de novembro de 2004, cujo tema foi Movimentos Sociais e Governo Lula.

⁷⁰ André Singer (2009) analisa o mesmo fenômeno sobre outro prisma. Para ele, a influência dos programas de distribuição de renda do governo Lula, aliados à manutenção da estabilidade política e econômica, fizeram com que um eleitorado que tradicionalmente era avesso ao PT aderisse em massa à candidatura de Lula em 2006 - ao mesmo tempo em que eleitores tradicionais do partido, parte da classe média e do operariado, se afastaram devido às denúncias de corrupção. Esse novo eleitorado que forma o lulismo seria, na opinião de Singer, formado por pessoas de baixíssima renda e teria como principais aspirações a manutenção da ordem e uma ação efetiva do Estado no sentido de distribuir renda. Para Singer, o lulismo tem características que misturam a esquerda e a direita e representa um desafio também para a oposição.

⁷¹ Segundo Ricci (2005), “essa nova forma está em oposição ao processo de legitimação do primeiro período do PT, em que o consenso construído num longo processo de debates internos, com ampla participação e poder da base partidária é que definia a confiança interna e legitimava a direção partidária”. Para o autor, “no primeiro momento, a direção e a liderança partidária eram depositários da construção e do consenso forjado no interior da agremiação. Num segundo momento, os sinais se inverteram, e a base partidária passou a ser convidada a seguir e a se convencer do discurso produzido pelos dirigentes e lideranças do partido”. Portanto, “o lulismo é uma nova faceta da organização, da prática e do discurso petista. É mais técnico e mais negociador com a sociedade. É mais pragmático e flexível para com as forças políticas externas, buscando recompor a correlação de forças partidárias, na tentativa da montagem

O lulismo compõe-se de três matrizes discursivas mais nítidas que sustentam um equilíbrio dinâmico interno, assumindo um movimento pendular que privilegia, circunstancialmente, uma ou outra concepção. São elas: o pragmatismo sindical, o vanguardismo e burocratismo partidário e o discurso técnico de gerenciamento do mercado. (RICCI, REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO, n. 45)

Apesar do bom desempenho eleitoral nas eleições de 2006 e da vitória do presidente e do PT para um segundo mandato, o partido viu diminuir sua influência institucional e emergir a figura principal de mediação, o próprio Presidente da República, que ampliou sua base de apoio para o centro e para a direita. Concomitantemente, em atitude contraditória, o mandatário adota uma postura mais ofensiva quanto à oposição neoliberal.

A crise de 2005 foi um momento propício para as mudanças. Na mobilização contra a crise, percebe-se uma guinada do presidente no sentido de implementar políticas desenvolvimentistas e, no segundo turno, já se vislumbravam condições mais prósperas para um segundo mandato, o que culminou em políticas diferentes do primeiro mandato.

No entanto, agendas contraditórias permanecem em cena no governo, pois persiste a influência neoliberal. Por outro lado, é visível o peso das políticas desenvolvimentistas – permitindo mais investimento em infraestrutura, o plano de construção de moradias populares e projetos de saneamento básico; a geração de emprego; o aumento real do salário mínimo; investimentos sociais do governo; e a recomposição de órgãos públicos sucateados pelas administrações anteriores.

No âmbito da CMP, o cenário apontado é um dos motivadores que influenciou e explica a mudança de perfil da entidade, agora “de frente para o Estado”. Segundo Carlão, a entidade deixou de ter em sua agenda uma relação principal com os movimentos, porque o governo passou a atender parte das suas reivindicações históricas. Para ele, tal fato teria imobilizado a entidade, também porque não apenas o governo federal teria atendido às demandas, mas também alguns governos estaduais e

de um projeto hegemônico que sustente a sua reprodução política. Mas é mais inflexível com as forças internas do partido, porque mais controlador, centralizador e menos pluralista”, afirma.

prefeituras. Com isso, perdeu-se a capacidade de mobilizar e de lutar. O governo teria sido um fator predominante nessa imobilidade.

No final de 2008, a crise econômica mundial atingiu a economia global e a brasileira. O jornal⁷² da CMP foi distribuído com orientações aos participantes da Central no Fórum Social Mundial⁷³ de 2009 - a publicação estabelecia o posicionamento em relação à crise⁷⁴. Segue com orientações de que o movimento popular e a CMP devem se preparar para a próxima etapa, lutando para ocupar o espaço que lhes cabe no processo político em todos os níveis, ampliando a organização popular por meio de seus legítimos organismos e consolidando compromissos. A entidade reivindicava maior alocação de recursos orçamentários para as políticas públicas, com controle social e participação popular, como parte integrante do fortalecimento dos objetivos históricos, o socialismo.

Com relação à crise, a avaliação apresentada pelo jornal da CMP afirma que, enquanto as burguesias, em desespero, falavam em refundar o capitalismo, os movimentos populares deveriam aproveitar o FSM para se colocarem em uma frente única, com propostas e ações concretas, para impedir que o capitalismo passasse a conta da crise para os povos do mundo (seja por meio do assalto aos cofres públicos, seja com a escalada inflacionária, seja com demissões e fechamento de empresas).

No jornal de orientação aos militantes, a CMP propunha a construção de alternativas reais, que apontassem para uma nova ordem, ou seja, para ser democrática, popular e socialmente justa, só poderia rumar pelo caminho histórico do socialismo. Nesse contexto histórico, caberia aos movimentos organizarem-se em torno de uma agenda única e articulada internacionalmente para não aceitarem que o mercado novamente utilizasse o Estado para sancionar suas fraudes especulativas. Reafirma que “a crise não é da classe trabalhadora, por isso não cabe aceitar qualquer sacrifício em nome dela. A crise deve encontrar resposta à altura na América Latina, afinal, há um novo mapa político na região”.

⁷² Jornal da CMP/2009: Construindo o Movimento Popular na Luta pelo Socialismo! Manifesto pela Unidade dos Movimentos Populares da América Latina.

⁷³ Realizado na cidade de Belém (PA).

⁷⁴ Matéria de 6 de dezembro de 2008, do *site* Rede Brasil, sobre a carta que os movimentos entregaram ao Presidente Lula, em 26 de novembro de 2008, posicionando-se em relação à crise.

Os movimentos sociais e populares incluindo a CMP entregaram para o governo, no dia 26 de novembro de 2008, documento se posicionando em relação à crise econômica. Uma articulação de mais de cinquenta movimentos sociais, centrais sindicais, organizações de estudantes e entidades da sociedade civil estiveram representadas. Continha propostas para o governo federal enfrentar a crise econômica mundial.⁷⁵

Na oportunidade, os movimentos se declaravam cansados de tanta dominação capitalista e agora, assistindo às crises financeiras e à ofensiva dos interesses do império que controla as riquezas naturais, minerais, a água, as sementes, o petróleo, a energia e o resultado do trabalho, decidiram apresentar ao governo algumas propostas concretas para “resolver, de fato, os problemas, e impedir que de novo as grandes empresas transnacionais e os bancos transfiram para o povo o custo da crise”.

O governo reagiu à crise⁷⁶ com mais Estado, mais investimento público, mais incentivo ao mercado interno, mais integração continental. Muitos avaliam tais medidas como insuficientes e incorretas. Contudo, essas saídas para a crise se diferenciaram das medidas tomadas pelos governos anteriores em momentos de crise.

4.2 Como Dosar o Apoio?

Os membros da CMP pesquisados relacionam a fase atual da entidade com o governo Lula. Explicam que há graus de comprometimento, ora mais próximo, ora mais crítico. É um apoio dado em alguns momentos e em determinadas conjunturas. Essa tem sido a dinâmica dos movimentos.

⁷⁵A reunião com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff; o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Luiz Dulci, aconteceu no Palácio do Planalto, em Brasília. O Presidente Lula, que estaria presente, mudou a agenda para visitar as áreas alagadas de Santa Catarina.

⁷⁶O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu o prêmio de Estadista Global do Fórum Econômico Mundial, em Davos (Suíça), no dia 29 de janeiro de 2010. Esta é a primeira edição da homenagem, criada para marcar o aniversário de 40 anos do Fórum. Conforme a organização do evento, o prêmio tem o objetivo de destacar um líder político que tenha usado o mandato para melhorar a situação do mundo. "O presidente do Brasil tem demonstrado verdadeiro compromisso com todas as áreas da sociedade", disse o fundador e presidente do Fórum Econômico Mundial, Klaus Schwab, em nota.

Sobre o comprometimento atual com o governo federal, a explicação é que, por vezes, os políticos solicitam apoio, porém a Central não pode dá-lo, pois tem como orientação não se envolver com partidos e nem candidatos. Porém, individualmente, os dirigentes têm liberdade de se posicionarem politicamente, podendo fazer escolhas e opções próprias. A CMP coloca-se no campo da esquerda e, nesse, as pessoas podem pedir apoio e atuar politicamente. Aliás, há incentivo para que as pessoas se engajem politicamente. A exceção foi a eleição para a presidência, especificamente no pleito que elegeu o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o segundo mandato de 2006/2010.

Naquele momento, a CMP tomou a posição de apoiá-lo. Talvez esse tenha sido um dos únicos casos em que a CMP decidiu apoiar abertamente um candidato. Não apenas a CMP, mas também o MST, a CUT e um conjunto de entidades. Uma frase do jornal da CMP (agosto de 2003) expressa o comprometimento com o planalto ao informar que “nos sentimos parte, não só da vitória, mas também da responsabilidade de construir um governo democrático e popular”.

Carlão explica porque o apoio é dado ao PT, pois teria sido com esse partido que a entidade sempre teve uma relação mais estreita.

Nestes últimos anos a CMP foi chamada a discutir projeto com o partido, na eleição do Lula e de governadores e governadoras dos diversos Estados. A CMP foi convocada para ajudar nessa construção. E alguns Estados do Norte e Nordeste sempre há solicitação para colaborar com a construção e vitórias destes partidos.

Ao explicar a preferência pelo candidato do Partido dos Trabalhadores, Cohen enfatiza que se o candidato a,b,c tem projeto e o entendimento for de que sua eleição fortalecerá o projeto político defendido, não é o candidato que os procura. *Nós temos coragem de fazer debate político e tomar posição. O Lula foi um destes que nós fizemos opção e apoio aberto, porque achamos que representava e ainda representa aspirações de mudança.*

Para ele, o governo não resolveu todos os problemas, mas se trata de um governo que *nós defendemos e acreditamos. Muita coisa precisa mudar, principalmente algumas composição dentro do governo.*

Cohen ressalta que há uma relação de independência porque aquilo que o governo faz, *que nós achamos importante que os movimentos avancem, nós apoiamos, aquilo que nós não concordamos, continuamos criticando.*

Percebe-se que o apoio não é incondicional, porém, é histórico e simbólico o compromisso com o partido e com o candidato que durante tantos anos serviu de referência para as esquerdas brasileiras. Por outro lado, considera-se que há espaço para a crítica. Nesse sentido, Cohen ressalta que *colocamos nossas posições, nossas diferenças porque essa é a relação de qualquer movimento social organizado, apoiar aquilo que é importante para fortalecimento da sua luta e continuar na briga pelos projetos que o governo pensa ou age diferente.*

Ainda sobre o governo Lula, Azul o classifica como de um período de transformação, por ser um governo mais próximo da esquerda, um governo que, em suas palavras, *não identifico como um governo de esquerda e sim de centro-esquerda, em função das limitações que têm.*

Apesar das limitações, para ele, o movimento social evoluiu muito, nos oito anos: *se a gente analisar esses anos de mandato do governo Lula por ele ser um trabalhador, por ter vindo de uma classe social... os movimentos acreditaram muito nisso, mas houve um pouco retrocesso... porém, facilitou muita coisa.*

Parafraseando o presidente Lula, que criou o bordão “nunca na história deste país” ao se referir aos avanços do governo, Azul reproduz a fala de muitos militantes:

Quando eu digo que nunca isso aconteceu no movimento social – eu tenho quarenta anos, já milito no movimento social desde os vinte, metade da minha vida – como diz o próprio Lula, nunca ... num país como esse, o movimento social viajou tanto de avião. Isso é, quem acessava nos movimentos eram dois ou três dirigentes que faziam viagens de avião. Hoje não, boa parte da militância se desloca de avião. Eu já viajei 40 horas de ônibus do Rio Grande do Sul para chegar em atividade em Brasília comendo pastel de 6 em 6 horas, por acreditar no movimento, essa foi a dedicação que eu tive nesta área.

Os movimentos sociais de cunho democrático e popular enfrentaram dificuldades para combinar autonomia, enfrentamento e apoio ao governo Lula. Alguns desses movimentos estão quase paralisados, desorganizados e desmobilizados, se transformando em beneficiários relativamente pacíficos da agenda governamental e de

suas bem-sucedidas políticas sociais. Outros, mais radicalizados, não encontram eco às suas proposições nem em suas bases.

Para Valdelene, não é bom misturar espaços de poder, mas isso variaria muito de uma região para outra. Com relação ao governo federal, ela acredita que *uma das grandes limitações das organizações que lutam pela questão urbana é limitar-se muito a compreensão ou estar presente dentro no Conselho das Cidades, porque o governo não é só Ministério das Cidades. Políticas públicas não estão só lá, há um pouco de perda de foco neste sentido.*

Segundo a dirigente, a interlocução com os governos constituídos depende de quem conduz a política. Enfatiza que *às vezes, há chefes de Poder Executivo que, com bom relacionamento, sem necessariamente estarem ligados ao campo da esquerda, outras vezes, existe aquele que é companheiro de luta, é combativo e uma vez no governo se comporta de forma diferente.*

Para ela em linhas gerais *é evidente que ter um gestor público seja no Estado, ou nos governos estaduais ou municipais, que tenham passado pela luta e construído sua história e trajetória nas lutas sociais, facilita muito.*

Valdelene menciona que houve um grande avanço e algumas conquistas pontuais dos movimentos, que só foram possíveis no governo Lula.

Embora, no momento, a CMP não tenha convênios estabelecidos com o governo federal, alguns dos movimentos que se articulam em seu bojo os possuem, principalmente os que atuam nas áreas da moradia e saúde.

Nas entrevistas verificam-se muitas ambiguidades quando o assunto é o governo. É uma novidade para os movimentos a relação com um governo considerado tão próximo, por isso há relação, afetos, histórias, perspectivas, objetividade e subjetividade que estão muito emaranhadas. Ora tem fluxo, aproximação e apoio, ora tem refluxo com críticas.

O dirigente Carlão expressa que se estabeleceu uma relação muito utilitária da CMP com os governos estadual, federal e municipal.

É uma relação institucional com pouca independência e autonomia. Isso tem feito com que a entidade perca a sua capacidade de crítica da estrutura do Estado, e isso tem dificultado muito as ações nos municípios, Estados e com os governo federal. Em função disso tudo, a interlocução passa a ser de

busca de recurso para os movimentos de forma muito desorganizada, espontânea e sem autonomia.

Sem ilusões, Paulo Cohen ressalta que a força dos movimentos residiria na *organização independente de governo ou setor, porque só isso muda. Sabemos que o jogo de interesse dentro de qualquer governo, em nível municipal, estadual ou federal, é muito grande.*

Apostar na organização e pressão da sociedade, é isso o que vai mudar. *Se nos acomodarmos!.. nós temos muita dificuldade ainda, há uma mentalidade de comodismo, não podemos fazer grandes mobilizações, manifestações pois setores que sempre nos ajudaram dizem ‘vocês hoje têm muito do que vocês queriam.*

Para ele, mudar essa mentalidade é um dos principais desafios hoje enfrentados para concretizar o projeto da CMP, para retomar com força a organização.

Segundo Bonfim, dosar o apoio aos governos não tem sido uma tarefa fácil. Na entidade, há divergências sobre o tema. De um lado do debate, os dirigentes que pensam que tem que negociar mais, do outro, aqueles que acreditam que deveriam apostar mais na mobilização. Como não há posição majoritária, nem de um lado nem de outro, *você vai tentando trabalhar com as duas visões. Isso é cotidiano, desde a fundação.*

Chegando quase no final do segundo mandato, nossa pesquisa constatou que os dois mandatos de Lula influenciaram as demandas, táticas e estratégias da CMP. Houve uma mudança significativa que futuros estudos precisarão explicitar melhor.

4.3 CMP e a Utopia da Articulação de Movimentos Populares

Contudo, a história continua. Novas situações exigem novas respostas. Revisitar o passado, com prudência e perspicácia, fazendo avaliações finas, superando erros e derrotas, fortalecendo verdades e vitórias é um imperativo. Os saudosistas agarram-se ao antes vivido, no pensar e no agir, e ficam céticos quanto ao futuro. Os realistas fazem da presente realidade algo determinístico, caem no individualismo extremado e muitos aderem gostosamente ao sistema. Os utópicos mantêm a esperança e acreditam que um novo mundo é possível, muitos lutando por projetos viáveis. (WANDERLEY, 2007:9)

Estimulados pelas ideias de Wanderley sobre utopia, nos propomos a olhar a CMP e sua trajetória de quase duas décadas nessa perspectiva. A utopia, não no sentido mais conhecido da palavra, no significado etimológico, ou seja, de um lugar não existente, “país que não se encontra em lugar algum” (SZACKI, 1972:2). Wanderley, por exemplo, apoia-se em Paulo Freire quando este se refere ao “inédito viável” ou seja, algo que ainda não existe - por isso inédito - mas que pode ser realizado, ou seja, é viável.

Apoiamo-nos em outro sentido para a utopia, que será a viável e, embora nunca se realize em plenitude, é uma antecipação. O importante é descobrir o que já está acontecendo, o que de fato aponta para um projeto novo de sociedade:

As utopias podem ser consideradas por um lado como sintomas de crise de uma dada organização social e, outro, como sinal de que no seu interior existem forças capazes de saltar além dela, embora ainda não estejam conscientes de como fazê-lo. (SZACKI,1972:129)

Relacionamos a trajetória da CMP com a utopia, pois Szacki afirma que não há utopia sem um ideal, mas a configuração de uma utopia requer uma posição definida do ideal em relação à realidade.

Na CMP, a utopia já tem um longo percurso, que vem desde a articulação da Anampos, passando pela Pró-Central, se consolidando na fundação da Central. Um projeto e processo que tem animado o sonho de homens e mulheres que acreditam na transformação desta sociedade, sem distinção de classe, de gênero e de etnia, sem dominados e dominantes. Sabemos que é um desafio constante articular os movimentos sociais populares, devido à sua fragmentação. Articular os movimentos e lutar por políticas públicas e com participação popular. Implementar esse eixo é influenciar no cenário político e social do País para disputar as riquezas socialmente construídas e que são apropriadas e usufruídas de forma desigual e principalmente pela classe dominante.

Há uma utopia de superar as desigualdades e construir políticas públicas com participação popular. A utopia de que as políticas não sejam discutidas e decididas nos gabinetes de cima para baixo, mas que se radicalize a democracia, que ela seja política, econômica e social, que se transforme em um modo de vida.

O que faz mudar as sociedades e as épocas é precisamente o excesso de problemas que suscitam em relação às soluções que tornam possíveis. A teoria crítica é a consciência desse excesso. A sua aspiração utópica não reside em propor soluções desproporcionadas para os problemas e postos, mas antes na capacidade para formular problemas novos para os quais não existem ou não existem ainda soluções. (BOAVENTURA, 2000:36)

Ao confrontar a situação política do Brasil com sua trajetória histórica de massacres de indígenas, negros e pobres, deve-se reconhecer que houve avanços. Constatase a maioria da população elegendo seus representantes pela via da democracia representativa, participando das mais diversas formas. E perguntamo-nos: Seria apenas isso o que nos resta? Quais são as mudanças estruturais necessárias? Que resultados esse processo político trouxe para alcançarmos outro modelo de sociedade?

Os direitos sociais, políticos, econômicos e culturais estão longe de se concretizar no País. Enquanto funcionam e são garantidos para alguns segmentos sociais, uma parcela significativa da população está à margem, sem acesso a esses direitos, sem condições mínimas de sobrevivência. Para Szacki (1972),

As épocas de estabilidade e de paz são exceção na vida social. Isto decide o significado histórico das utopias – elas são sobretudo tentativas intelectuais de controle sobre situações de crise, tentativas de superação de divisões penosas experimentadas por indivíduos quando a situação social lhes parece absurda, tentativas de reconstrução da comunidade humana que no momento só é possível através do sonho (p.129).

Para finalizar este capítulo, citamos Szacki (1972) uma vez mais: “Mais próximo do pensamento utópico é sem dúvida o revolucionário que luta para destruir as relações dominantes e construir novas no lugar. Falo é claro do revolucionário social, e não do que se limita a postular mudanças de dinastia ou de governo (p.17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da constatação de que uma das principais justificativas para a criação da CMP era superar a fragmentação dos movimentos sociais populares e organizá-los numa Central de Movimentos Populares, indagamos sobre qual é o sentido dado à articulação por seus fundadores e dirigentes. E se há reconhecimento da CMP como articuladora dos movimentos sociais populares em torno do eixo de luta por políticas públicas com participação popular.

Os resultados da pesquisa evidenciam que a natureza articuladora da CMP se mantém desde a fundação. O que mudou foi o eixo de luta, a partir do congresso de 1999. A particularidade de ser articuladora dos movimentos populares é reconhecida pelos dirigentes e diversas vezes explicitada na pesquisa e nos documentos da CMP. Isso reflete que a novidade da articulação foi incorporada.

Segundo Lavallo, Castelo, Bichir, a novidade dos anos 1990 foi a criação das articuladoras. Essa configuração organizativa dos movimentos foi compreendida e absorvida pelos sujeitos da pesquisa. No entanto, se nos anos 1990 era uma novidade, no início do século 21 já é uma realidade. Há os mais diversos segmentos se organizando e mais distintas formas de articulação.

Pode-se observar que há uma gama de organizações que articulam as múltiplas problemáticas, as mulheres em articuladoras de mulheres, as religiosas em articuladoras de organizações religiosas, os moradores de rua em suas articulações, por exemplo. A CMP foi uma novidade para os anos de 1990, com um “encanto” que naquele momento aproximou e fez parecer que a organização realmente era a saída para superar a fragmentação. No entanto, no que diz respeito aos movimentos populares, a fragmentação continua. Por outro lado, constata-se que existe uma série de outras formas de articulação, como os fóruns e redes.

A persistência da fragmentação explica um certo esvaziamento da CMP, além da atual incapacidade de articular e compor uma base mais ampla, com outros movimentos.

E se o cenário hoje é esse, é porque a fragmentação das lutas ainda não foi superada. Os movimentos continuam atuando nas lutas específicas de forma fragmentada, da mesma forma que as políticas públicas também o são, ao contrário do que deveria ocorrer. Sabe-se que a fragmentação da política pública dificulta a apreensão da totalidade, reforçando a própria fragmentação da gestão pública.

Pensar táticas e estratégias para superar essa fragmentação das políticas e dos movimentos, exige dos dirigentes dos movimentos sociais e populares e dos participantes da CMP formação política para compreender a organização do Estado e as diversas instâncias de participação, sejam elas partidárias ou governamentais. Além disso, é necessária uma visão crítica sobre o papel do Estado nas diversas conjunturas.

No tocante ao eixo de luta por políticas públicas com participação popular, nota-se uma certa incompreensão, o que impede sua incorporação. Os sujeitos da pesquisa atestam essa afirmação. Ora, se nem a direção incorporou o eixo, indaga-se qual será o entendimento dos que compõem a base da organização. Sugere-se que outras pesquisas analisem empiricamente esse ângulo da Central, uma vez que este estudo não teve essa questão como objeto de pesquisa.

Nas entrevistas realizadas, percebeu-se que há dirigentes ainda ligados ao antigo eixo, qual seja, a reforma urbana e cidadania. Há, nesse sentido, um problema a ser enfrentado pela CMP, pois as lutas desenvolvidas, suas articulações, mobilizações e as estratégias de atuação no espaço público são permeadas pela luta da moradia. A base foi descrita como sendo majoritariamente ligada aos movimentos de moradia, o que reforçaria o eixo antigo.

Nesse sentido, o eixo das políticas públicas com participação popular, que abrange outros setores dos movimentos, tem dificuldade de ser absorvido. O antigo eixo de reforma urbana e cidadania é muito mais associado à CMP, fruto de anos de discussão, desde a sua formação. O eixo atual necessitaria ser melhor divulgado e inserido em cursos de formação da entidade. A aproximação de novos e a recuperação de antigos movimentos para a CMP provavelmente seja a saída para a consolidação de seu eixo.

A CMP inova, ao propor o eixo de política públicas com participação popular, assim como outros movimentos inovaram ao criar um repertório novo, muitas noções e conceitos desconhecidos do público em geral e dos participantes dos movimentos. Com o tempo, e depois da influência e da atuação dos próprios movimentos, começam a ser incorporados. Pode-se citar a novidade que significou a discussão sobre os alimentos transgênicos e seus perigos para a saúde, ou o significado da Alca, que só foi apropriado pelos movimentos após toda a luta contra a sua implantação. Foi assim, também, com a noção de privatização e tantas outras situações que, quando compreendidas, se tornam bandeiras de luta.

No tocante ao projeto político, pode-se apontar uma incoerência em relação ao eixo de luta numa organização articuladora dos movimentos populares cujo projeto político é o “socialismo”. Para isso, se deveriam empregar táticas e estratégias desenvolvidas para consolidar o projeto. As referências teóricas indicam que, para conquistar o projeto socialista, a tática e a estratégia não seriam a de ficar de “frente para o Estado”, reconhecendo nele um parceiro estratégico, ainda que com críticas. A construção do projeto socialista pressupõe outras ações e estratégias. No entanto hoje determinar o que é o “socialismo” é uma tarefa em construção. Essa construção não depende apenas da CMP é uma luta por modelos alternativos que não está decidida no Brasil e depende de outros contextos.

Nos documentos da CMP, o eixo de luta por política pública com participação popular é defendido como um estágio para se avançar rumo ao socialismo. Nesse sentido, essa trajetória passa pela conquista das políticas públicas pela organização e mobilização dos movimentos populares, além do enfrentamento do modelo neoliberal, que tem na essência a diminuição do papel do Estado como ator principal na intervenção econômica e social. A participação popular também é elemento fundamental nesse estágio. Ponderemos que a entidade deve atentar para que tipo de participação está vinculada a participação “convidada” nos termos colocados por Cornawal, Romano e Shankland (2007) ou se a atuação tem efetivamente fortalecido a participação popular expressa no seu eixo e no desejo dos participantes da CMP ao mudar o eixo. O projeto político expresso é o socialismo, mas para alcançá-lo a atuação

da entidade está focada, até o momento, no que Dagnino(2006) conceituou como projeto democrático participativo, porém num contexto neoliberal.

A CMP mudou o eixo, sua tática e sua estratégia e o projeto político continua o mesmo. Pode refletir, portanto, que o eixo não acompanha o projeto político, pois, para alcançá-lo haveria que lançar mão de maior ousadia em sua tática, que, no entanto, se limita à luta por políticas públicas com participação popular, articulando os movimentos para a ação nos diversos conselhos e conferências e em torno da reforma urbana, como reflexo da sua base principal.

Nos anos 1990, a CMP explicitamente combatia o projeto neoliberal personificado e implantado pelo governo FHC, momento em que a Central estava “de costas para o Estado”. Já nos anos 2000, vendo chegar ao planalto a figura simbólica do presidente Lula, que inclusive participou do Congresso de fundação, a entidade, como tantas outras, tem dificuldade de atuar com autonomia política, embora reconheça que não aconteceram as mudanças estruturais tão esperadas e que ainda persistem as desigualdades no País e, que, portanto, é necessário avançar. A CMP e seus antigos parceiros (hoje influenciados pelo discurso da governabilidade) não conseguem fazer oposição mais consistente e, no momento, procuram estabelecer novos rumos e outras parcerias.

A base e a direção também mudaram. Os antigos dirigentes – que detinham o conhecimento de funcionamento do jogo político e da entidade –, eram reconhecidos externamente como interlocutores. Passaram, então, a desempenhar outros papéis e assessorias em instâncias partidárias ou governamentais. Como não houve a necessária reprodução de novas lideranças, a CMP se ressentiu de não ter quadros tão preparados como antes para essa nova fase.

Todas essas constatações não são motivos de desmerecimento do empenho dos dirigentes e participantes da CMP. A organização é referência no Brasil, principalmente por sua participação na resistência democrática ao projeto neoliberal, estando presente no cenário político brasileiro em todos esses anos. Segue, ainda, fortalecendo a democracia participativa e popular e o espaço público das mais diversas formas. Além disso, tem o papel de ser, e é, um espaço em que os movimentos, mesmo os menos

numerosos do ponto de vista da mobilização, podem se articular, acessar informações, trocar experiências, formular propostas políticas, e desta forma serem sujeitos da sua história e interagir com os mais diversos movimentos e atores sociais.

A lógica de acessar as informações e o controle sobre as políticas públicas não pode ser local, isolada, já que um movimento que não se articula em entidades de âmbito nacional fica sem informação e dificilmente consegue vitórias. Assim, tanto a CMP depende deles para sua sobrevivência política, como também dela dependem os movimentos para articulados obter conquistas.

Pode-se afirmar que adentramos o século 21 perplexos pelas mudanças no cenário mundial e no nacional. Mas ainda vemos presente a utopia de mudança, e de que um “outro mundo é possível” fora da lógica do capital.

A CMP permanece nesse cenário, como uma semente, uma utopia do que é possível fazer agora, com a tarefa e o desafio de fazer funcionar uma Central de Movimentos Populares neste país continente, uma articuladora de movimentos populares para lutar junto com outros parceiros contra a dominação e a exploração de classe e transformar o cenário de desigualdade vivido pelo povo brasileiro. É uma experiência de articulação dos movimentos populares. Para finalizar, nos referenciamos no que afirma Gohn (2004):

Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram e cremos que sempre existirão. Isto porque eles representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como força-tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividades e de experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. A experiência que são portadoras não advém das forças congeladas do passado - embora este tenha importância crucial ao criar uma memória que, quando resgata, dá sentido às lutas do presente. A experiência se cria cotidianamente, na adversidade de situações que enfrentam (p.14).

Entende-se que a tarefa posta foi atendida pela pesquisa, entretanto, em função da amplitude e complexidade do tema, sabe-se não tê-lo esgotado. Espera-se que este estudo contribua para o aprofundamento dos conhecimentos sobre os movimentos sociais populares e fomenta novas pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, Lúcio Flávio, FELIX Sanches. Um grão menos amargo das ironias da história: o MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo. **Lutas Sociais**, nº 5, 1998.

ALVAREZ, E. Sonia, DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

BAUMAM, Z. A criação e anulação dos estranhos e os estranhos na era de consumo; do estado de bem-estar à prisão. **O Mal estar na modernidade**, RJ: Jorge Zahar ed.

_____. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1999.

BERNARDO, Teresinha Resende, ALMEIDA, Paulo-Edgar (Orgs.). **Ciências sociais na atualidade**: movimentos. São Paulo: Paulus, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **História do menino que lia o mundo**. Rio Grande do Sul (RS): Iterra.

BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas da América Latina. **Programa Educativo Dívida Externa – Pedex**, caderno 6, São Paulo, 1994.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CACCIA BAVA Sílvia. A produção da agenda social: uma discussão sobre contextos e conceitos. SEMINÁRIO: MITOS E REALIDADES SOBRE INCLUSÃO SOCIAL, PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E DESENVOLVIMENTO LOCAL. Córdoba (Argentina), 21 e 22 de nov. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 31, ago. 2003.

CALDERÓN, Aldolfo Ignacio. **Democracia local e participação popular**: a lei orgânica paulista e os novos mecanismos de participação popular em questão. São Paulo: Cortez, 2000.

CARVALHO, Sônia Regina Ribeiro. **A central de movimentos populares e o processo brasileiro de democratização**: uma trajetória em construção - 1993-2003. Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2007.

CASTORIADIS, Cornelius. Autonomia em política. Sobre o racismo, encruzilhadas do labirinto III, **Revista Margem**, São Paulo: Paz e Terra, 1992.

CHOSSUDOVSKY, Michel I. **A globalização da pobreza**: impactos da reformas do FMI e do Banco Mundial. Tradução de Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.

CORNWALL, A., ROMANO, J. O., SHANKLAND, A. Culturas da política, espaços de poder: contextualizando as experiências brasileiras de governança participativa. In: ROMANO, Jorge, ANDRADE, Maristela de Paula, ANTUNES, Marta. (Org.). **Olhar crítico sobre participação e cidadania**: a construção de uma governança democrática e participativa a partir do local. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

DAGNINO, Evelina, OLIVERA, Alberto J., PANFICHI, Aldo (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. Campinas (SP): Paz e Terra:Unicamp, 2006.

DURKHEIM, E. **A divisão do trabalho social**. Lisboa: Estampa, 1950.

ENRIQUEZ, Eugéne. Caminhos para si caminhos para o outro. **Revista Sociedade e Estado**, v. IX, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

GIDDENS, A. **Consequências da modernidade**. 2. ed., São Paulo: Unesp, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais** - a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

_____. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** Coleção Questões da Nossa Época, v.84, São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais, Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.

GURZA, Adrián Lavalle, CASTELLO, Graziela, BICHIR, Renata Mirandola. **Quando novos atores saem de cena** - continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. Cultura e política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 5, Santa Catarina:UFSC, out. 2004.

_____. **Os bastidores da sociedade civil** - protagonismos, redes e afinidades no seio das organizações civis. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap, Nov. 2006.

JACOBI, Pedro R. Do autoritarismo à transição. In: SADER, Emir. **Movimentos sociais na transição democrática.** São Paulo, 1987.

LÖWY, Michael. Negatividade e utopia do movimento altermundialista. **Revista Lutas Sociais**, 19/20, 2. sem.2007 e 1. sem. 2008. Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, São Paulo, 2008

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos.** São Paulo: 34, 2000.

MALAQUIAS, Ariovaldo. **O cotidiano do morador de Heliópolis (1971-1992).** Dissertação apresentada à Faculdade de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, 1994.

MARX, K. **O capital.** Livro I, cap. IV, XI, XII, XXIV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MIRANDA, José da Cruz Bispo. **Central de movimentos populares do Piauí: dilemas e perspectivas**. Tese (Mestrado)- Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1998.

NETTO, José Paulo. O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: NOGUEIRA, Francis M., RIZZOTTO, Maria Lúcia F. (orgs.). **Estado e políticas sociais**. Cascavel (PR): Edunioeste, 2006.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um estado para sociedade civil**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. A agenda cristalizada, o estado e o governo Lula. **Revista Serviço Social & Sociedade**, ano XXIV, n. 76, 2003, Ed. Cortez.

NOGUEIRA, Paulo Batista Jr. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas da América Latina. **Caderno Dívida Externa**, n. 6, São Paulo: Pedex, 1994.
PAZ, Rosangela Dias Oliveira. **Dimensões e Indicadores de participação social na avaliação de programas habitacionais**. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo:2002.

PETRAS, James. O manifesto comunista: qual sua relevância hoje? **Lutas Sociais**, n. 3, 1997.

RICCI, Rudá. Lulismo: três discursos e um estilo. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 45, fev. 2005.

SADER, Emir. **Século XX: uma biografia não-autorizada**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SAES, Décio. **Estado e democracia: ensaios teóricos**. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998. Coleção Trajetórias:1.

SALLES Mione. Ética, democracia participativa e socialismo: o modo petista de governar em xeque no governo Lula. **Revista Social & Sociedade**, n. 85, ano XXVII, São Paulo: Cortez, 2006.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral. **Heliópolis, o percurso de uma invasão**. Tese apresentada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-USP, 1990.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia participação na “reforma” do estado**. São Paulo: Cortez, 2003. Coleção Questões da Nossa Época.

_____. Os desafios da participação popular no contexto da “reforma” do Estado brasileiro. **Lutas sociais**, Revista Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), n. 5, São Paulo, 1998.

SILVA, Maria Lúcia Carvalho da. Movimentos sociais: gênese e principais enfoques conceituais. **Revista Kairós**, 4(2), São Paulo, dez. 2001. pp.13-38.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Revista Novos Estudos Cebrap**, 85, 2009.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, n. 49, 1992.

_____. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Estado e miséria social no Brasil** (de Getúlio a Geisel). 4. ed., São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Poder político e resistência cultural**. Cap. 5: Sociologia de Max Weber: a racionalização formal e material do direito, Campinas (SP): Autores Associados, 1998.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Dez anos que abalaram o século XX: da crise do socialismo à guerra contra o terrorismo-político internacional de 1989 a 2002**. 2. ed., Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

WANDERLEY, L. E. W. Os sujeitos sociais em questão. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 40, São Paulo: Cortez, 1992 .

_____. Avatares sobre a natureza universitária da PUC-SP. **Revista PUC Viva**, ano 7, n. 26, abr. a jun. 2006.

_____. Movimentos sociais populares: aspectos econômicos, sociais e políticos. In: **Ciências sociais na atualidade: movimentos**. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. **Democracia e igreja popular**. São Paulo: Educ, 2007.

WANDERLEY, Mariangela-Belfiore, BÓGUS, Lúcia, YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.) **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 1997.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. Revisão técnica e edição de texto de Antônio Flávio Pierucci.

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado, políticas sociais e implementação do suas. Estado de bem-estar social e as políticas sociais. A política social no Brasil. In: BRASIL. **Capacita Suas**. Suas: configurando os eixos de mudança. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), v. 1, Brasília, 2008.

Documentos Consultados

- Jornal da CMP. Lula Quer Dar um Nocaute na Crise!!. abr.2009.
- Jornal da CMP: Construindo o Movimento Popular na Luta pelo Socialismo! Manifesto pela Unidade dos Movimentos Populares da América Latina. Fórum Social Mundial de 2009.
- Relatório do Seminário Nacional da Central de Movimentos Populares, 8 e 9 de maio de 2009.
- Relatório do 4º Congresso da CMP-SP. Realizado nos dias 29 e 30 de setembro de 2007.
- AGUIAR, Camille Soares de. **Os atuais desafios dos fóruns e movimentos sociais na cidade de São Paulo**. Subtema: Central de Movimentos Populares

(CMP). Projeto de Iniciação Científica (Graduação)- Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), 2006.

- Jornal da CMP. Gegê Livre, maio/jun. 2004.
- GOMES, Francisca Genilce. **Pesquisa sobre o perfil dos participantes do III Congresso da CMP/2003**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)- Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2004.
- Jornal da CMP, *1º Fórum Social Brasileiro Abre com Marcha e Ato Público*, nov./dez. 2003.
- Jornal Resoluções do 3º Congresso Nacional da CMP. 10 Anos da CMP, ago. 2003.
- Resolução da 1ª Conferência Nacional da Central de Movimentos Populares, 27 e 28 de junho em Ipatinga (MG), s/d
- Cartilha de Políticas Públicas, 2001.
- Cartilha Políticas Públicas com Participação Popular, 2002. Seminário Nacional Mobilizar, Participar e Decidir Faz a Diferença, realizado nos dias 29,30,31 de março de 2000, em Mauá (SP).
- Cartilha Central de Movimentos Populares. Um Instrumento de Luta dos Movimentos Populares, mar. 1999.
- Relatório do II Congresso Nacional da Central de Movimentos Populares, maio 1999.
- Caderno de debates - O PT e o 2º Congresso da Central de Movimentos Populares, 1999.
- Cartilha Balanço e Perspectivas na Construção da Central de Movimentos Populares. Contribuição aos Debates nos Congressos Estaduais e Nacional, jan. 1996.
- MARTINS, José de Souza. Carta ao Frei Betto. **Boletim Quinzena**, 168, São Paulo: CPV, policopiado, 31 ago.1993.
- Jornal da Pró-Central, n. 1. Milhares de Mãos Constroem a Central da Democracia, maio 1993.

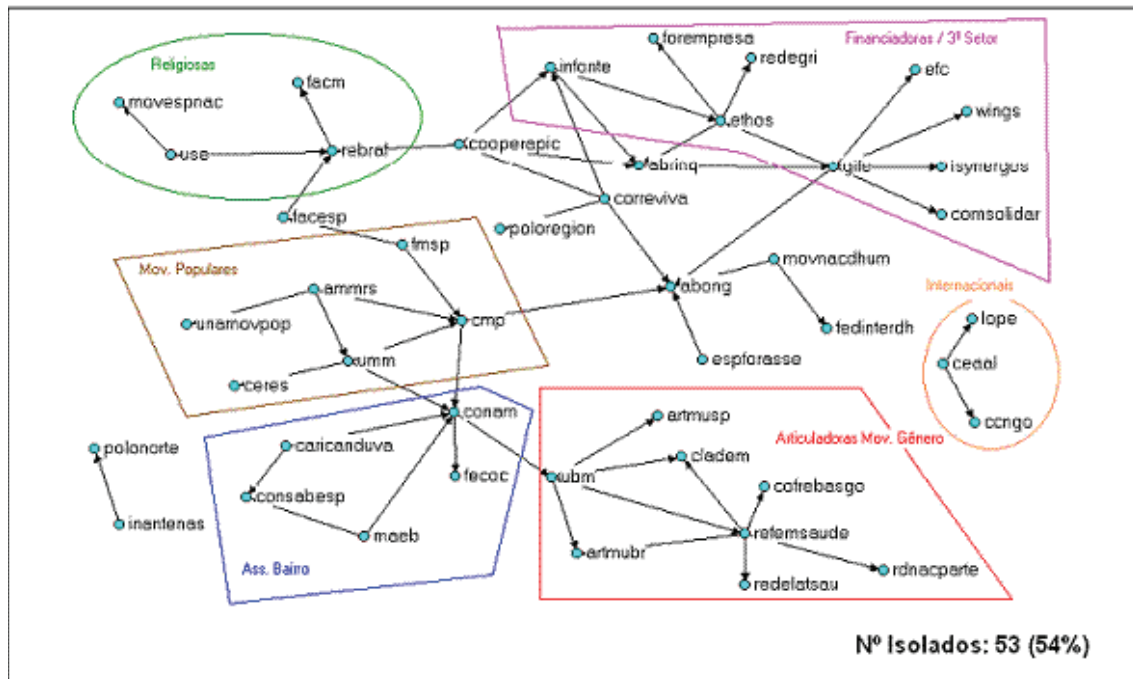
- Texto base em preparação ao 1º Congresso dos Movimentos Populares, maio 1993.
- Pesquisa: O Perfil dos Participantes do 1º Congresso Nacional dos Movimentos Populares, 1993-1995.
- Cartilha para trabalhar nos grupos, setembro de 1992.
- Tese da Coordenação Nacional da Pró-Central para a 2ª Plenária Nacional de Movimentos Populares. Rumo à Construção da Central de Movimentos Populares, 1991.
- Documento do 8º Encontro da Anampos, realizado em Belo Horizonte (MG), 11,12 e 13 ago. 1989.
- Revista Movimento Popular n. 1- Lutas Populares e Urbanas: Articulação e Unificação, São Paulo, Polis-CPV, abr. 1989.

Sites

- [www.astormentas.com/escrituras.aspx?id=Bertold Brecht&tp=>](http://www.astormentas.com/escrituras.aspx?id=Bertold+Brecht&tp=>). Acesso em: 27 jan. 2010.
- www.pime.org.br/noticias/noticiasbrasil48.htm
- www.cut.org.br/content/view/13217/309/. Acesso em: 1º fev. 2010.
- brasilacimadetudo.lpchat.com/index.php?option=com_content&task=view&id=3289&Itemid=238- Acesso em: 1º fev. 2010.
- vermelho.org.br/pcdob/secretarias/movimentos/part_movimentos2.asp. Acesso em: 1º fev.2010.
- www.espacoacademico.com.br/050/50pol_ms.htm/ Acesso em: 28 jan. 2010.
- www.aatr.org.br/Artigos/mndh_21062005.htm Acesso em: 28 jan. 2010.
- www.espacoacademico.com.br/045/45ricci.htm. Acesso em: 28 jan. 2010.
- www.folha.uol.com.br
- www.ibge.gov.br
- www.ipea.gov.br

ANEXOS

O gráfico apresentado é significativo para o nosso estudo, já que mostra o cenário em que estão inseridas as entidades articuladoras de movimentos, de ONGs, e a CMP é apontada como a articuladora dos movimentos populares. A pesquisa é parte do banco de dados disponível no Centro Brasileiro de Análises e planejamento (Cebrap): a partir de resultados empíricos inéditos, fruto de análise com tecnologia de rede.



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo:

Declaro que os objetivos e detalhes desse estudo foram-me completamente explicados, conforme seu texto descritivo. Entendo que não sou obrigado a participar do estudo e que posso descontinuar minha participação, a qualquer momento, sem ser em nada prejudicado.

Meu nome não será utilizado nos documentos pertencentes a este estudo e a confidencialidade dos meus registros será garantida. Desse modo, concordo em participar do estudo e cooperar com o pesquisador.

Nome do pesquisado:

Nome:

Data: ____/____/20____.

RG:

Assinatura:

Pesquisador:

Nome:

Data: ____/____/20____.

RG:

Assinatura:

Dados de controle

Número da entrevista: _____ **Data** _____

Nome do entrevistado _____ Data de nascimento...../...../.....Cidade _____Qual o Estado que representa? _____Há quanto tempo faz parte da direção nacional? _____

Representa algum movimento na CMP? _____

Há quanto tempo é militante da CMP?

Como começou a participar da CMP?

Posição do entrevistado na entidade _____

Congressos que já participou?

fundação CMP- Belo Horizonte(1993)

primeiro congresso/Praia Grande-SP(1996)

segundo congresso Belo Horizonte-MG(1999)

terceiro congresso São Paulo-SP(2003)

quarto congresso Brasília- DF(2008)

1- Que tipo de associação é a CMP?

2- Qual é o projeto político que norteia a ação da CMP?

3- Qual a particularidade/especificidade da CMP para outros movimentos, partidos e sindicatos?

4- Qual(is) é(são) o (s) papel(eis)/função(s) da CMP?

5- Continuam os mesmos ou, na época da fundação, qual era o papel/função da CMP?

6- Qual é a capacidade de organização e mobilização da CMP em nível nacional?

7- Atualmente, quais são os principais temas ou áreas de trabalho que a CMP desenvolve?

8- Nos primeiros anos de atuação da CMP, quais eram os principais temas ou áreas de trabalho?

9- Dos principais temas ou área de trabalho com os quais trabalham atualmente, quais são os mais importantes para a CMP?

10- Em que medida a CMP tem contribuído para gerar mudanças sociais no Brasil?

11- Qual tipo de trabalhos de organização popular a CMP realiza?

Formação de lideranças ou agentes comunitários?

Organização, assessoria ou participação de grupos de ajuda mútua ou de trabalho popular?

Coordenação de trabalhos entre diferentes associações ou ONGs?

Realização de outras atividades na área de educação popular? Quais?

A CMP realiza alguma das seguintes atividades que

- ajudam as pessoas a ter acesso às instituições do governo?

- Ajudam as pessoas a fazer reivindicação ao governo?

- Oferecem informações ou documentação às pessoas para facilitar o acesso?
 - Abrem porta para que as pessoas sejam atendidas por funcionários públicos?
 - ajudam as pessoas a ter acesso a instituição do governo?
- 12- Quais os 3 feitos (maiores resultados/marcos) de destaque da CMP nos 16 anos, desde a fundação?
 - 13- Por que conseguiu estes resultados e não outros? Há causas estruturais que podem explicar esses resultados?
 - 14- Como é a relação da CMP nacional com as CMP estaduais e locais?
 - 15- De que maneira a CMP nacional ajuda na organização e na articulação de lutas comuns nos estados?
 - 16- Qual é o público-alvo? Quem são os associados?
 - 17- Quais são os critérios usados para definir quem se beneficia ou não do trabalho?
 - 18- Com que frequência a CMP mobiliza seus (militantes, participantes?) em atos públicos, protestos ou manifestações?
 - 19- A CMP mantém relações formais ou informais com ONGs, movimentos sociais, partidos e sindicatos. Cite alguns deles e há quanto tempo.
 - 20- Quais são os principais aliados da CMP?
 - 21- Como a CMP articula parcerias e relações de cooperação com seus aliados?
 - 22- Elas são importantes para a CMP? Por quê?
 - 23- A CMP consegue fazer ações que outros movimentos sozinhos não conseguem? Quais e por quê?
 - 24- A CMP mantém relações formais ou informais com grupo ou entidades religiosas? Quais? Há quanto tempo?
 - 25- A CMP participa de algum fórum, congresso, rede, federação que tenha como atividade a coordenação de associações? Esta participação é importante? Por quê?
 - 26- A CMP participa de algum conselho popular, do orçamento participativo, ou qualquer espaço de participação do governo?
 - 27- Em termos gerais, por que a participação é importante?
 - 28- Há algum tipo de associação, instituição ou grupo de pessoas que dificultam seu trabalho? Qual têm sido os grandes entraves para a ação política da CMP?
 - 29- Algum candidato ou partido solicitou o apoio da CMP nos últimos 5 anos?
 - 30- Como é a relação da CMP com os poderes públicos instituídos?
 - 31- Nos dois últimos anos, tem organizado que tipo de atividade?
 - 32- Quais são as estratégias para alcançar os objetivos da CMP?
 - 33- Quais são as potencialidades e os limites da CMP?